

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO**

**A EDUCAÇÃO E A AÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA DO
IMPERADOR DO BRASIL D. PEDRO II**

MARLI MARIA SILVA QUINTANILHA

**MARINGÁ-PR
2006**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO**

**A EDUCAÇÃO E A AÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA DO
IMPERADOR DO BRASIL D. PEDRO II**

MARLI MARIA SILVA QUINTANILHA

**MARINGÁ-PR
2006**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO
EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

**A EDUCAÇÃO E A AÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA DO IMPERADOR DO
BRASIL D. PEDRO II**

Dissertação apresentada por MARLI MARIA SILVA QUINTANILHA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na área de Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora:

Prof^ª. Dr^ª: CELINA MIDORI MURASSE

MARINGÁ-PR
2006

MARLI MARIA SILVA QUINTANILHA

**A EDUCAÇÃO E A AÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA DO IMPERADOR DO
BRASIL D. PEDRO II**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Celina Midori Murasse (Orientadora) – UEM

Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho – UFU – Uberlândia

Prof.^a Dr.^a Marcília Rosa Periotto – UEM

Data de Aprovação
31/03/2006

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter dado força e saúde para prosseguir com este curso até o final.

Ao meu esposo Zacarias, pelo amor, carinho, amizade e companheirismo, não medindo esforços para apoiar a conclusão do curso.

A minhas filhas Ticiany e Ludmilla, pela compreensão dos momentos que não pude estar presente.

À professora Dr^a. Celina Midori Murasse, pelo apoio, pela confiança, pelas palavras de ânimo nos momentos de angústia e pela dedicação dispensada na orientação e execução desta pesquisa.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Muito poucas nações estão preparadas para o systema de governo para que se caminha, e eu decerto poderia ser melhor e mais feliz presidente de republica do que imperador constitucional. Não me illudo; porém não deixarei de cumprir como até aqui meus deveres de monarcha constitucional (DOM PEDRO II, 1956b, p. 249).

QUINTANILHA, Marli Maria da Silva. **A EDUCAÇÃO E A AÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA DO IMPERADOR DO BRASIL D. PEDRO II.** 142 f. Dissertação do Mestrado em Educação — Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Celina Midori Murasse. Maringá, 2006.

RESUMO

É uma investigação acerca da educação brasileira no período de 1825 a 1889, cujo objeto é a educação do Imperador do Brasil, D. Pedro II. Trata-se de um estudo de cunho bibliográfico, realizado sob o ponto de vista histórico, que aborda os problemas da educação com base nas relações sociais produzidas pelos homens que, ao transformarem a realidade na qual estão inseridos, transformam-se junto com ela. A pesquisa priorizou fontes documentais primárias impressas, tais como: cartas, discursos, leis e projetos do período, bem como publicações periódicas. Utilizou, também, fontes secundárias impressas de autores tanto contemporâneos quanto do século XX, que abordam a temática ou o período delimitado para este estudo. Além de revelar os principais pontos da educação do Imperador, buscaram-se as razões pelas quais D. Pedro II, enquanto chefe de Estado, não proporcionou as condições ideais para a criação da escola pública para todos, ainda que este fosse um debate universal e os países mais desenvolvidos estivessem empenhados na democratização do ensino. A instrução ministrada a D. Pedro II foi a enciclopédica, que era, por tradição, dada aos príncipes e em nada se diferenciava da educação da elite. Embora o Imperador conhecesse todos os problemas da Nação, pouco pôde fazer, pois exercia o papel de Rei Constitucional, cuja função moderadora consistia apenas na fiscalização dos ministros e deputados. As realizações ficavam sob a responsabilidade dos Gabinetes. Durante quase meio século, sua tarefa, como Rei Constitucional, foi desempenhar as atribuições do poder moderador, que visavam a manutenção da Independência do país, e proporcionar equilíbrio e harmonia entre os demais poderes. Foi partidário da criação de escolas de primeiras letras e manifestava sua opinião à medida que as circunstâncias lhe permitiam. Embora entendesse ser necessária uma ampla reforma na Educação Pública, o Imperador foi um homem do seu tempo, dessa forma, suas realizações se restringiam em atender às necessidades à proporção que as condições materiais assim o permitissem.

Palavras-chaves: Educação; Brasil; Século XIX; D. Pedro II; Educação Pública.

QUINTANILHA, Marli Maria da Silva. **D. PEDRO II BRAZIL EMPEROR'S EDUCATION AND EDUCATIVE POLITICS-ACTION**. 141 f. Dissertation (Master en Education) — State University of Maringá. Supervisor: Celina Midori Murasse. Maringá, 2006.

ABSTRACT

It is an investigation about the Brazilian education among the period between 1825 to 1889, which purpose is the Brazil Emperor's education, D. Pedro II. It expounds about a study of biographic type, done under the historic point of view, which boards the education problems with basis in the social relations produced by men who, when transform the reality on which they are inserted, transform themselves together with that. The research privileged printed primary documental sources, such as: letters, speeches, laws and projects of the period, as well as period publications. It used, also, printed secondary sources of authors as contemporary as from the XX century, who board the theme or the limited period for this study. Besides of revealing the main items of the Emperor's education, it was looked for the reasons for which Pedro II, as State chief, didn't proportioned the ideal conditions for the creation of the public school for everyone, even if it was na universal discussion and the more developed countries were engaged on the teaching democratization. The instruction furnished to D. Pedro II it was the encyclopedia, which was, by tradition, given to the princes and in nothing was differentiated from the elite's education. Although the Emperor knew all the matters pf the nation, little he could do, because he exercised the roll of Constitutional King, which moderater function consisted only in the ministers and deputies inspection. The accomplishments were under the responsibility of the Cabinets. During almost half century, his duty as Constitutional King, it was to performer the moderator power atributions, which vived the keeping of the Independence of the country, and to proportionate equilibrium and harmony between the other powers. He was favorable of the creation of schools of first letters and he showed his opinion when the circumstances allowed him. In spite of he understood being necessary an wide reformo in the Public Education, the Emperor was a man of his time, this way, his dones were restricted to attend to the needs in the rather as the material conditions allowed so.

Key words: Education; Brazil; XIX Century; D. Pedro II; Public Education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. A EDUCAÇÃO DO FUTURO IMPERADOR DO BRASIL DOM PEDRO II – 1825-1840	13
2.1. A ama Mariana – moral e religiosidade.....	18
2.2. As influências do pai D. Pedro I	20
2.3. A influência de alguns professores.....	41
2.4. A educação real e a educação ideal	43
3. A AÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA DO IMPERADOR DO BRASIL – DOM PEDRO II – 1840-1889.....	59
3.1. O início do aprendizado político de D. Pedro II	64
3.2. O Imperador ensina a elite a administrar	70
3.3. O Imperador educa os partidos.....	81
3.4. O Imperador ensina D. Isabel a governar a Nação.....	85
3.5. O Imperador expõe seus atos	91
4. A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO REINADO DE DOM PEDRO II – FORMAR O POVO.....	97
5. CONCLUSÃO	125
REFERÊNCIAS	133

1. INTRODUÇÃO

É uma pesquisa acerca da História da Educação Brasileira no período de 1825 a 1889, que toma como ponto de partida a educação ministrada a D. Pedro II, Imperador do Brasil.

A maioria dos estudos da área de História da Educação concentra seus objetos em instituições escolares, educadores, leis, projetos, dentre outros, e arrola os principais fatos e acontecimentos educacionais de uma determinada época, mas, em geral, tais estudos aparecem fragmentados e dissociados da história dos homens. Este, entretanto, realizado sob o ponto de vista histórico, aborda os problemas da educação vinculados às relações sociais produzidas pelos homens que, ao transformarem a realidade na qual estão inseridos, são também por ela transformados.

Nessa perspectiva, a história da educação não possui uma vida própria, está condicionada às mudanças ocorridas devido à construção humana. Pode-se dizer que a educação forma, portanto, os homens necessários a cada época. Deste modo, de 1825 a 1889, era preciso formar, aqui no Brasil, aqueles que dariam sustentação ao Estado Imperial, bem como cuidar da formação e educação do futuro Imperador D. Pedro II, que conduziria o destino do país.

Além de revelar os principais pontos da educação do Imperador, em contraposição à educação destinada ao povo brasileiro durante a edificação e a consolidação do Estado Imperial, evidencia-se a educação que estava destinada ao povo brasileiro. Também se buscaram as razões pelas quais D. Pedro II, enquanto chefe de Estado, não proporcionou as condições ideais para a criação da escola pública para todos, ainda que este fosse um debate universal e os países mais desenvolvidos estivessem empenhados na democratização do ensino.

O interesse por esta temática surgiu durante as leituras efetuadas para a elaboração da monografia final do Curso de Especialização *A Educação Pública no Brasil*. A pesquisa monográfica, intitulada *A Escola da Vida e a Formação Intelectual do Visconde de Mauá*, teve como mote a educação que Irineu Evangelista de Souza – o Visconde de Mauá – recebeu à margem das instituições escolares. No decorrer da pesquisa diversos

pesquisadores que investigaram a vida do Visconde de Mauá fizeram comparações entre ele e o Imperador D. Pedro II e isto se repetiu em várias situações. Alguns autores afirmavam que, embora possuíssem muitas coisas em comum em suas vivências pessoais, D. Pedro II e Mauá eram antagônicos em suas experiências intelectuais, profissionais e materiais.

Eles compartilharam uma mesma época, é bem verdade, mas cada qual representava uma face distinta da educação brasileira. D. Pedro II recebeu a educação que era destinada à elite, Mauá nem ao menos frequentou uma escola, sendo esta uma situação comum àqueles que provinham das classes subalternas. É possível que estes dois grandes homens, um da política e o outro dos negócios, apesar das farpas que trocavam em público, em secreto, admiravam-se mutuamente.

Este trabalho se justifica na medida em que busca situar, no contexto de sua época, este importante personagem da história do Brasil que é muito citado, porém pouco estudado.

A relação do tema com o contexto atual reside na compreensão de que muitos dos problemas que a escola pública enfrenta na atualidade tiveram origem na forma como ocorreu a organização do sistema de ensino. Esta sofreu as influências dos momentos sociais e políticos que marcaram a sociedade brasileira.

Trata-se de trabalho de cunho bibliográfico, que prioriza fontes documentais impressas tanto primárias – cartas, discursos, leis e projetos do período e publicações periódicas – como secundárias – as publicações de autores tanto contemporâneos quanto do século XIX, que abordam a temática e o período delimitado para este estudo.

D. Pedro II teve sua infância marcada pela orfandade de mãe, com apenas um ano de idade, e, pode-se dizer, também de pai aos cinco anos, quando este partiu para o exílio. Na adolescência, teve que assumir o Trono com menos de 15 anos em virtude da antecipação de sua maioridade.

Educado sob uma rígida disciplina, imposta pelos tutores e mestres, de acordo com a opção dos dirigentes políticos da nação para preservar o único regime monárquico entre todas as Repúblicas recém-instaladas na América do Sul, dedicou-se de corpo e alma para desempenhar seu ofício de rei. A instrução ministrada a D. Pedro II foi enciclopédica, que

era, por tradição, aplicada aos príncipes. Assim, adquiriu noções de tudo: do conhecimento científico à equitação, música, dança, pintura e jogo. A educação literária foi também ininterrupta. Estudou, com afinco, as línguas vivas e mortas, falava inglês, francês, alemão, espanhol, italiano e provençal. Possuía um conhecimento profundo de grego, latim, hebraico, russo, árabe, sânscrito e tupi-guarani. Seu sólido aprendizado deu-lhe destaque entre os seus contemporâneos coroados.

Durante o seu reinado, D. Pedro II contratou sábios para visitar o país e enviou brasileiros para estudar no exterior com recursos de sua dotação. De uma forma ou de outra, estabeleceu contato com as figuras mais importantes do século XIX. Foi protetor das artes e das ciências. Correspondeu-se, até o fim de sua vida, com artistas e sábios.

Este estudo sobre a educação de D. Pedro II, Imperador do Brasil e a sua ação frente as reformas educacionais, foi estruturado em três capítulos.

O primeiro capítulo, que tem por título **A Educação do Futuro Imperador Dom Pedro II – 1825 - 1840**, descreve a vida de D. Pedro II, seu nascimento (1825) e sua educação, abordando as várias influências que foram responsáveis pela sua formação intelectual, seus professores e o seu aprendizado teórico para o exercício de Rei.

No segundo capítulo, denominado **A Ação Político-Educativa do Imperador Dom Pedro II - 1840-1889**, é demonstrado o início do aprendizado político de D. Pedro II com o Decreto da Maioridade e sua ação frente aos Gabinetes e Ministérios ensinando à elite, aos partidos e a D. Isabel o modo correto como a Nação deveria ser administrada.

No terceiro capítulo, intitulado **A Educação Pública no Reinado de Dom Pedro II – Formar o Povo**, aponta-se que, tomando-se por base o ensino ministrado ao Monarca D. Pedro II, estabeleceu-se a forma de como se educava a elite detentora do poder. Também é traçado o modo como o ensino foi organizado e a ação efetiva de D. Pedro II diante das reformas e investimentos educacionais.

D. Pedro II exerceu por quase meio século a tarefa de Rei Constitucional, cujas atribuições do poder moderador centravam-se em manter a Independência do país e propiciar equilíbrio e harmonia entre os demais poderes. Era partidário da criação de escolas de primeiras letras e sempre manifestava sua opinião se as circunstâncias lhe permitiam. Embora entendesse ser necessária uma ampla reforma na Educação Pública,

pode-se afirmar que o Imperador D. Pedro II foi um homem do seu tempo, visto que suas realizações se restringiam em atender às necessidades quando as condições materiais assim o permitissem.

Dessa forma, ao estabelecer as relações que se deram entre o Imperador D. Pedro II e a sociedade do século XIX, tendo como fundamento os relatos sobre o Segundo Império e os escritos sobre a sua pessoa, situando-o no seu tempo e comparando a educação oficial com a sua educação, as suas realizações e até mesmo sua falta de ação em relação à Educação Pública poderão ser interpretadas de uma maneira diferente.

As respostas para os questionamentos que deram razão a este trabalho há que se ressaltar foram estabelecidas no decorrer da investigação que proporcionou oportunidades para melhor interpretar, revelar e promover o conhecimento das fontes que integram um processo de pesquisa. Ao mesmo tempo em que modificaram alguns pressupostos, deram lugar a uma interpretação mais adequada do aspecto e do movimento desse período da História da Educação Brasileira. No entanto, o que esteve presente em todo este processo foi a idéia da existência de um estreito vínculo entre a educação para todos e a política interna que trata do problema, em especial a orientação do governo em relação ao assunto. Ao término deste trabalho, acredita-se não terem sido respondidas todas as questões, mesmo porque se pressupõe que o fim de um estudo não conclui o trabalho de um pesquisador, pelo contrário, no decorrer da pesquisa surgem outros questionamentos, resultando em novo material para um novo estudo.

2. A EDUCAÇÃO DO FUTURO IMPERADOR DO BRASIL DOM PEDRO II – 1825-1840

Partindo do princípio que a educação forma o homem necessário para cada época, e, para demonstrar que o ensino ministrado ao Príncipe D. Pedro II objetivava a formação do Imperador necessário para aquele momento, inicialmente, abordaremos a trajetória de sua vida desde seu nascimento em 1825 e sua educação que sofreu várias influências de tutores e mestres responsáveis pela sua formação intelectual e pelo seu aprendizado teórico para o exercício de Rei.

D. Pedro II, o sétimo filho do Imperador D. Pedro I — português de nascimento — e da Imperatriz D. Maria Leopoldina — de origem austríaca — nasceu em 2 de dezembro de 1825.

Dos seis filhos anteriores do casal, sobreviveram somente as quatro meninas (D. Maria da Glória, D. Januária, D. Francisca e D. Paula que faleceu aos dez anos). Os dois infantes, D. João Carlos e D. Miguel, faleceram antes de completar um ano de vida. Por isso, os imperadores aguardavam ansiosamente por um herdeiro do sexo masculino (VAINFAS 2002, p. 198).

No mesmo dia em que nasceu, o príncipe imperial foi apresentado à Corte pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva¹, no Paço da Boa Vista. Uma semana mais tarde, foi batizado na capela imperial com o nome D. Pedro Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Gabriel Rafael Gonzaga de Bragança e Habsburgo, tendo como madrinha sua irmã, Dona Maria da Glória, então com seis anos.

No dia 2 de agosto de 1826, foi reconhecido solenemente como sucessor do trono brasileiro. O ato foi presidido pelo Visconde de Santo Amaro, oficializado no Paço do Senado e presenciado pelas duas Câmaras que constituíam a Assembléia Geral Legislativa, tendo como seus representantes 39 senadores e 68 deputados.

¹ Trata-se de o pai de Luís Alves de Lima, o futuro Duque de Caxias.

O primeiro aniversário do Príncipe brasileiro, do mesmo modo que o de coroação de seu pai, respectivamente nos dias 2 e primeiro de dezembro de 1826, não foram comemorados da maneira como se aguardava no Império, uma vez que a Imperatriz já se achava muito doente devido a um outro parto prematuro. Pouco dias depois, em 11 de dezembro de 1826², veio a falecer, deixando D. Pedro II³ órfão de mãe.

Após difíceis negociações, três anos mais tarde, D. Pedro I casou-se novamente. A noiva era a princesa da Baviera, D. Amélia de Leuchtenberg, filha do ex-vice-rei da Itália, na época com 16 anos. Com o novo casamento, o Infante e suas irmãs ganharam uma nova mãe. No entanto, a jovem madrastra desempenhou este papel por um período muito curto, pois, na madrugada de 7 de abril de 1831, em meio a grande agitação nas ruas e um forte descontentamento por parte dos brasileiros, D. Pedro I abdicou do trono (MATHIAS, 1984, p. 14).

O ato da abdicação de D. Pedro I foi o desfecho de uma série de acontecimentos que se iniciaram no dia 7 de setembro de 1822. Com a proclamação da Independência, tornou-se necessária a formação de uma Assembléia Legislativa que, logo após ser constituída, deu início a seus trabalhos, mesmo não tendo em seu quadro políticos experientes.

Sob o ponto de vista nacional, a nação brasileira não usufruía uma total independência, tal qual desfrutavam outros países do continente graças ao modo como se desligaram da metrópole: de uma só vez, romperam com todos os laços que os prendiam a ela, não só os políticos, mas também os pessoais. O Brasil, porém, ainda estava ligado a Portugal pelo Imperador D. Pedro I, descendente direto da realeza europeia, nascido em terras portuguesas, em cujas veias não corria sangue brasileiro. Dessa forma, não se fugia, aqui, das influências dos portugueses, nem ele se achava alheio aos acontecimentos de Portugal.

² Mathias (1984, p. 13) informa que, à época do falecimento de Dona Leopoldina, o Imperador D. Pedro I se encontrava no sul do país, onde os brasileiros travavam, em condições desfavoráveis, uma difícil campanha militar contra a união das forças de argentinos e orientais (o povo não apoiava esta guerra).

³ Nos primeiros anos de vida, Pedro II foi notícia apenas três vezes: quando nasceu, quando foi batizado e ao ser reconhecido como “[...] herdeiro presuntivo da coroa do Império brasileiro” (ENCICLOPÉDIA GRANDES PERSONAGENS, 1978, p. 2).

Os anos que seguiram após a Constituinte de 1824 foram marcados por inúmeros tumultos, dentre eles cabe enumerar a oposição ao Imperador pelos grandes latifundiários cujo temor estava em que, após a imposição da Constituição, D. Pedro I reunisse Portugal e Brasil. Outro fato foi a morte de D. João VI, que aumentou as preocupações de D. Pedro I com os assuntos relativos a Portugal. Isso porque o Imperador havia abdicado do trono português em favor de sua filha D. Maria da Glória com sete anos de idade, deixando na regência seu irmão D. Miguel, que se casaria com a rainha quando esta atingisse a maioridade. No entanto, D. Miguel não cumpriu essa determinação e proclamou-se Rei de Portugal, afligindo visivelmente o Imperador. Havia, ainda, a questão das ações militares e dos gastos decorrentes da Guerra da Cisplatina, movimento este muito criticado pelos folhetins da época, além das insatisfações com a administração de D. Pedro I, cujos ministros, na sua maioria, eram nascidos em Portugal (TAPAJÓS, 1944, p. 299).

O documento, por meio do qual D. Pedro I abdicou e que foi entregue ao major Miguel Frias, continha uma escrita simples e direta nos seguintes termos: “[...] usando do direito que a Constituição me concede, declaro que hei mui voluntariamente Abdicado na pessoa do Meu Muito Amado e prezado Filho o Sr. D. Pedro de Alcântara [...]” (MATHIAS, 1984, p. 14). Nessa mesma madrugada, D. Pedro I despediu-se dos seus filhos, não permitindo que fossem acordados, e embarcou na Warspite rumo ao exílio.

Após a abdicação do Imperador D. Pedro I, o Brasil passou a ser administrado somente por brasileiros e, concomitantemente, o Pequeno Infante surgia como verdadeiro representante da nação. O herdeiro do trono teve uma infância pouco comum: com menos de cinco anos de idade, pode-se dizer que ficou órfão pela segunda vez e, num clima dominado pelas paixões políticas, tornou-se propriedade do Estado. Era o filho da Nação, a quem não seria permitido nada de íntimo e pessoal (BESOUCHET, 1993, p. 46).

Dessa forma, os deputados e senadores brasileiros depositaram em D. Pedro II suas esperanças: “[...] já temos Pátria, temos um monarca, símbolo da união e da integridade do Império. Que, educado entre nós, receba quase no berço as primeiras lições de liberdade americana, aprenda a amar o Brasil que o viu nascer” (ENCICLOPÉDIA GRANDES PERSONAGENS, 1978, p. 218).

Para que o futuro imperador cumprisse o seu papel, era necessário programar a sua educação uma vez que aqueles que conduziram o destino do país durante a menoridade de

D. Pedro II consideravam perigosas as experiências democráticas que haviam sido transplantadas para o território americano. As lutas que ali se travavam para a adoção do regime republicano eram geralmente violentas e com muito derramamento de sangue.

Dessa forma, deve-se, pois, à geração dos homens aristocratas por título e não pelo nascimento o sistema de governo firmado ao redor do herdeiro da casa de Bragança. O sentido da escolha e o firme propósito de consolidar, no Brasil, a continuação da monarquia significava uma ruptura com a tradicional dinastia portuguesa, pois apresentavam um caráter exclusivamente brasileiro (BESOUCHET, 1975, p. 45).

O simples fato de ter nascido um Rei no Brasil não seria fator suficiente para que a monarquia fosse consolidada. Era necessário que esses homens públicos estivessem convictos de que, após ter declarado a Independência do país, não deveria ser fundada a República no Brasil.

Para Gama e Castro (1841, p. 274-275), no território brasileiro a causa monárquica estava gravemente comprometida, pois a lei, ainda, não havia estabelecido, no país, a nobreza como uma classe separada e distinta:

He certo que por aqui e por alli se encontram algumas dezenas de indivíduos a quem se dão os títulos de Marquezes, de Condes de Barões; mas como estes diferentes nomes não dão privilégios reconhecidos por lei, e os filhos dos que os tem tornão a entrar na massa geral do povo, he evidente que tudo isto não passa de huma espécie, sem vocação, e por conseqüência sem utilidade alguma.

Percebe-se, que, embora a Nação tenha aberto as suas portas para as idéias vigentes na Europa e na América no século XIX, estas foram filtradas pelos estadistas que prepararam o Monarca para o ofício de governar. Este, por sua vez, absorveu as idéias que lhe chegaram por intermédio de leituras e contatos com os professores. Explica-se desse modo a personalidade do Imperador, cuja evolução lenta, reformista e unificadora foi a responsável pelo quase meio século de governo.

Os homens que o cercavam, ao mesmo tempo em que se submetiam à sua palavra final, exerciam sobre ele uma influência espiritual e intelectual que não se pode negar. Esta situação pode ser percebida nas palavras de Besouchet (1975, p. 45): “Pela inteligência,

pela cultura, pela moralidade, pela convicção de suas idéias políticas, pela participação na vida particular do Paço, pela proximidade familiar do Trono, é essa pequena elite que governa o Brasil [...]”.

Aclamado oficialmente como o novo Imperador do Brasil em 9 de abril de 1831, D. Pedro II foi levado a uma janela do Paço da cidade onde uma multidão, que aguardava no pátio, gritava: “[...] viva o Imperador viva D. Pedro II”. O menino, à época com apenas cinco anos de idade, de pé sobre uma poltrona, trazia na mão um lenço e sua ama Mariana lhe dizia ao ouvido: “[...] cumprimente, cumprimente”. E ele acenava com o lenço para o povo reunido (ENCICLOPÉDIA GRANDES PERSONAGENS, 1978, p. 218).

Esta aclamação mereceu, segundo Besouchet (1993, p. 46), o registro do historiador Auguste de Saint-Hilaire. Ele afirmou que D. Pedro II era o único entre os brasileiros que ligava a época atual à passada e, sendo propriedade exclusiva do país, poderia estabelecer um elo feliz entre a Nação e a Europa.

O afastamento de D. Pedro II dos pais foi possivelmente o responsável pelo reforço das divergências que existiam entre a sua essência e a dos seus antepassados, fazendo com que a educação e não a hereditariedade⁴ fosse o fator de maior influência na formação do seu caráter (PIMENTEL, 1925, p. 23).

Os nove anos que se seguiram à abdicação de D. Pedro I foram de incertezas e de agitações intensas no país. Para garantir a integridade física do pequeno soberano, muitas vezes ele foi transferido da capital para a Fazenda de Santa Cruz. Esse ambiente só serviu para imprimir no menino um espírito reservado: desenvolveu uma precaução generalizada, não confiava em ninguém e era inseguro.

⁴ Pimentel (1925, p. 23-24) faz o seguinte comentário com relação à personalidade de D. Pedro II: “De facto é difficil discernir na personalidade de D. Pedro II traços nos quaes reconheça semelhança com os seus ascendentes, ainda os mais próximos. Que lhe terão legado — o seu avô materno, Francisco II da Alemanha e 1º da Áustria, esse imperante de espírito estreito, falso e cruel; o seu avô paterno D. João VI, timorato e bonachão, sensual e medíocre; o seu pae, D. Pedro I, inteligente mas inconstante e desordenado, frenético e impulsivo, generoso até o altruísmo, apaixonado até o mais fero egoísmo; — e mesmo a sua mãe, a imperatriz Leopoldina, bondosa, paciente, orgulhosa mas, sobretudo, desconfiada e que é ainda em nossa história um obscuro enigma de coração e inteligência? [...] É fora de dúvida que de todos esses D. Pedro II se distingue francamente, e com todos elles, pela viveza e sensatez da inteligência, pela serenidade da acção, pela abertura e limpidez da alma, faz marcado contraste”.

De acordo com Bomfim (1986, p. 195), esta situação fez com que Pedro II se tornasse um adolescente reservado, distante das atitudes infantis, nas quais não se via as atitudes impensadas da juventude, “[...] cujo melhor elogio estava em que ainda não tinha atingido a idade dos quinze anos, os que o conheciam prestavam homenagem sincera às suas qualidades de reflexão, prudência [...] ao procedimento grave”.

No que se refere ao fato D. Pedro II não ter um comportamento próprio da sua idade, o Barão de Hübner, no diário de viagem ao Brasil, fez a seguinte observação durante uma visita a uma escola:

Uma particularidade a notar é que as crianças não gostam de brincar. Durante as horas de recreio formam grupos, ficando de pé e conversando, os filhos de fazendeiros sobre o café, preço mercado, cotização da bolsa! — e os filhos dos políticos sobre a maioria nas Câmaras e sobre as futuras contingências do ministério no poder [...] Não são verdadeiras crianças; antes, são homenzinhos precoces, parece-me evidente.[...] (*apud* GONÇALVES, 1970, p. 65).

Deste modo, o comportamento do Monarca estava totalmente de acordo com a maneira que se educava à época, além de tudo, ele deveria estar preparado para desempenhar a função que futuramente iria assumir.

A educação de Pedro II recebeu influências diversas e marcantes: da ama, do pai, dos professores e, especialmente, dos tutores.

2.1. A ama Mariana – moral e religiosidade

Com a morte prematura da Imperatriz Leopoldina, a educação do herdeiro do trono do Brasil, durante a sua infância, ficou sob a responsabilidade da sua aia Dona Mariana de

Verna Magalhães Coutinho⁵ que, em 1844, tornou-se a Condessa de Belmonte. Os princípios da moral cristã, que mais tarde norteariam o caráter de D. Pedro II, foram nele inculcados por esse “anjo protetor” (LYRA, 1977a, p. 14).

Dona Mariana foi sem dúvida alguma a segunda mãe de D. Pedro II, a ela coube guiar os primeiros passos e a segurar suas pequenas mãos nas primeiras tentativas de escrita; velou o seu sono e cuidou de sua frágil saúde. Ensinou-o a ser bom, a ser justo e a ser grande. Ensinou-lhe temer e amar a Deus por meio dos primeiros ensinamentos religiosos.

D. Mariana, seguindo as recomendações de Fénelon⁶ no livro *Dialogues sur le éloquence, Mémoire sur les occupations de l'Académie Française*, sobre a educação dos filhos, em que advertia que estes deveriam ser instruídos pela preceptora, tendo como fundamento o *Catéchisme Historique*, elaborou o *Pequeno Catecismo Histórico*, dedicado a Sua Majestade Imperial, que, em idade bem tenra, começou a progredir nos princípios da virtude e na solidez do caráter (CALMON, 1975a, p. 35).

De acordo com a dedicatória do livro feita ao Príncipe por D. Mariana, a obra era composta de 61 lições que resumiam todos os dogmas e os fundamentos da fé da religião católica desde a criação do mundo até aquele momento.

Um soberano verdadeiramente cristão há de infallivelmente fazer a felicidade dos povos que lhe forão sujeitos, sendo bens do Throno as virtudes principais da Religião, a Justiça e a Caridade. Vossa alteza Imperial que em tão tenros annos principia a desenvolver tanto os princípios da virtude e firmeza de character, espero que com o andar do tempo fará Gloria ao Brasil, a quem Vossa Alteza Imperial se dará por bem pago dos sacrificios que fizer merecer a sua admiração, estes são os ardentes votos e bem esperanças, desta – De Vossa Alteza Imperial Fiel Criada – D^a. M.C. de V. (MARIANA, *apud* GARCIA, 1946, p. 8).

⁵ Com relação à nacionalidade de Mariana Lyra (1977a, p. 275) afirma que era portuguesa da cidade de Elvas.

⁶ Segundo Rosa ([19--?], p.181), François Salignac de La Mothe Fénelon (1651-1715) era descendente de família nobre, estudou em Cahors e no colégio de Plessis em Paris. Fêz o curso de Teologia e recebeu as ordens sacras. Foi preceptor do Duque de Borgonha, neto de Luís XIV. A obra *Tratado da Educação dos Filhos*, escrita em 1687, “[...] destinada ao Duque e à Duquesa de Beauvilliers, revela as qualidades do pedagogo que foi Fénelon”. O lugar que Fénelon tem na História da Educação se deve a esta obra.

Entendia que, ao iniciá-lo desde cedo nos dogmas religiosos, ele estaria apto quando a idade lhe permitisse conhecê-los por intermédio de estudos mais aprofundados, uma vez que a religião, naquele momento, estava relegada ao abandono, era preciso resgatá-la, em particular pelo soberano.

Na maturidade de Pedro II, muitos autores consideram a sua inclinação religiosa contraditória. Ao mesmo tempo que admirava as fórmulas espirituais de Renan, Victor Hugo e Pasteur — que anunciavam a queda da espiritualidade para dar lugar à idealidade —, revelava a influência do pensamento de Fénelon no seu espírito ao afirmar que era um homem religioso porque a moral, condição da inteligência, era o princípio da concepção religiosa (BESOUCHET, 1993, p. 31).

Bem cedo, D. Pedro II mostrou interesse pelos estudos. Antes de completar seis anos de idade, já dominava a escrita das línguas: portuguesa e inglesa e estava aprendendo a língua francesa e a gramática. Entretanto, com relação à precocidade do Monarca, ela só é real no que se refere ao aprendizado das línguas, pois com relação ao saber ler e escrever esta impressão pode ser desfeita pelo livro *Da Educação*, do Visconde de Almeida Garret. Trata-se de cartas escritas a uma senhora ilustre, encarregada da educação de uma jovem princesa, sendo esta a D. Maria da Glória, herdeira do Trono de Portugal, irmã de D. Pedro II. Embora a obra se destine à educação da Princesa, na parte II, terceira carta, *Puerícia*, Garret (1899, p. 63) faz o seguinte relato sobre a educação de um pupilo: “Um menino deve conhecer o alfabeto aos tres annos, ligar as letras e solettrar bem aos quatro, e ler corretamente aos cinco para seis annos [...]”.

Desse modo, pode-se afirmar que ler e escrever aos seis anos, para os nascidos na classe privilegiada, não era um feito incomum, estava dentro da normalidade.

2.2. As influências do pai D. Pedro I

A forte influência de D. Pedro I na formação do Imperador, sem sombra de dúvida, foi inegável. Embora a convivência com seu progenitor tenha sido por um período muito curto, visto que, quando este foi para o exílio, D. Pedro II contava apenas com cinco anos

de idade, o pequeno Infante assimilou as instruções dadas por seu pai por meio das cartas que trocavam nos primeiros anos do exílio de D. Pedro I.

O desejo de D. Pedro I era que seu filho, diferentemente dele e do irmão, tivesse uma educação aprimorada. Nesse sentido, ao apresentá-lo para o Visconde de Barbacena, na época uma criança com apenas dois anos de idade, afagando a cabeça de D. Pedro II, afirmou: “Este será bem educado, há de ver. Eu e o mano Miguel havemos de ser os últimos malcreados da família!” (DOM PEDRO I, *apud* J. M. M. F., 1927, p. 706).

Quando foi apresentado a D. Pedro I o catecismo por intermédio do qual seriam ensinadas as noções religiosas para D. Pedro II, novamente deixou claro seu posicionamento com relação à educação que seria ministrada ao futuro Imperador. Ele desejava que se ensinassem ao filho, na época certa, os deveres de príncipe e de homem.

De acordo com Calmon (1975a, p. 36), em outra situação, quando um fidalgo lhe recriminou a grosseria, D. Pedro I teria se desculpado afirmando que fora educado como criado, e em seguida, jurou ao mano Miguel que eles seriam os últimos sem educação da família.

Na véspera de sua partida para a Europa, D. Pedro I escreveu para D. Pedro II uma carta da qual retira-se o seguinte trecho: “Lembre-se sempre de seu pai, ame a sua e minha pátria, siga os conselhos que lhe derem aqueles que cuidarem da sua educação e conte que o mundo o há de admirar, e que eu me hei de encher de ufania por ter um filho digno da pátria [...]” (DOM PEDRO I, *apud* MATHIAS, 1984, p. 16).

Ainda sobre o zelo educativo de D. Pedro I, em carta enviada em 10 de maio de 1832 para D. Pedro II, aconselhou-o a estudar, pois a época em que se respeitavam os príncipes somente pelo seu nascimento já havia acabado. Nesse sentido, pode-se afirmar que o desejo de D. Pedro I era que seu filho fosse um soberano que estivesse de acordo com seu tempo.

No século em que estamos, em que os povos se acham assas(sic) instruídos de seus direitos, é mister que os príncipes igualmente estejam e conheçam que são homens e não divindades, e que lhes é indispensável terem muitos conhecimentos e boa opinião para que possam ser mais depressa amados do que mesmo respeitados: o respeito de um povo livre para com o seu chefe deve nascer da convicção que aquelle tem de que

seu chefe é capaz de o fazer chegar áquelle gráo de felicidade a que elle aspira; em assim não sendo, desgraçado chefe, desgraçado povo (DOM PEDRO I, *apud* NASCIMENTO, 1927a, p. 675).

Contrariando os ensinamento de Maquiavel em *o Príncipe*, no qual apregoava que um governante deveria se fazer temido no lugar de se fazer amado, entende-se que D. Pedro I seguia o conselho de Frederico II⁷, o Grande, que, na sua obra *O Anti-Maquiavel*, dava a seguinte orientação: “[...] um Príncipe que tenha o dom de se fazer amar reinará sobre os corações, pois que os súditos vêem conveniência em tê-lo por senhor, e que há um largo número de exemplos, na História, de grandes e belas ações que foram cometidas por amor e fidelidade [...]”. De acordo com o autor, os Príncipes felizes são aqueles que merecidamente alcançaram o amor e a afeição dos povos (FREDERICO II, 1998, p. 99 e 116).

No que se refere a conquistar primeiro o amor do povo depois o respeito, parece que D. Pedro II atingiu o objetivo de seu pai. Em um artigo do *Jornal do Brasil* (1927, p. 821), sob o título *O Centenário de D. Pedro II*, o autor afirmou que o Monarca era prezado pelos brasileiros não somente pela sua posição de Chefe de Estado. Mas amavam-no pelo homem que era e pelas suas virtudes; amavam o concidadão e não o Imperador, sendo a bondade de D. Pedro II a virtude que mais cativava o povo.

Mesmo distante D. Pedro I acompanhou o desenvolvimento intelectual de seu filho por meio das correspondências que lhe enviava Dona Mariana, às quais respondia e relembrava sempre a responsabilidade do Monarca, incentivando-o a continuar aplicado nos estudos.

Nas respostas enviadas por D. Pedro II ao seu pai, sempre constavam as afirmações do Príncipe: “[...] eu vou seguindo os preceitos que V.M.I. me deixou, cumprindo os meus

⁷ “Frederico II nasceu em Berlim em 24 de janeiro de 1712 e morreu em Postdam, em 17 de agosto de 1786. Filho de Frederico Guilherme I, assumiu, com a morte do pai, o trono da Prússia em maio de 1740. Naquele mesmo ano, foi publicado seu livro *O Anti Maquiavel*. Tido como o maior governante do século XVIII, patrono das artes, estimulou o povoamento de seu país, desenvolveu sua indústria e o comércio, fez da Prússia uma grande potência européia”. (FREDERICO II, 1998, p. 659).

deveres [...]”, ou ainda em outra, “[...] sempre serei obediente filho e seguirei os ditames de meu Augusto Pai” (DOM PEDRO II, *apud* BESOUCHET, 1993, p. 47-48).

Ser obediente, dedicado e cumpridor das orientações de seu pai foi uma constante na vida do Imperador, e isso se refletiu no seu governo, tanto que, no ano de 1862, D. Pedro II, ao ler um artigo no jornal *Mercantil*, no qual, possivelmente, registravam elogios à sua administração, afirmou que se durante o seu reinado tem “[...] havido verdadeira glória a meu Pai a devo” (D. PEDRO II, 1956a, p. 68).

JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADE E SILVA

D. Pedro I⁸, quando partiu para Portugal, deixou a tutoria dos seus quatro filhos a José Bonifácio de Andrada e Silva⁹. Antes de indicá-lo como tutor de D. Pedro II redigiu-lhe uma carta com o seguinte teor:

Amicus certus in re incerta cernitur. É chegada a ocasião de me dar mais uma prova de amizade, tomando conta da educação do meu muito amado e prezado filho, seu Imperador. Eu delego em tão patriótico cidadão a tutoria do meu querido filho, e espero que, educando-o naqueles sentimentos de honra e de patriotismo, com que devem ser educados todos os Soberanos, para serem dignos de reinar, ele venha um dia, a fazer a fortuna do Brasil, do qual me retiro saudoso.

Eu espero que me faça este obséquio, acreditando que a não m’o fazer, eu viverei sempre atormentado.

Seu amigo constante, Pedro.

Bordo na nau inglesa, surta neste porto do Rio de Janeiro, 7 de abril de 1831. P.S. Veja se as filhas poderão vir comigo para as fazer bem educar

⁸ Conforme Costa Porto (1976, p. 109), D. Pedro I, ao nomear José Bonifácio como tutor do Monarca, não o fizera em testamento como rezava a Constituição, motivo pelo qual o Congresso queria destituí-lo e designar outro para o cargo. No entanto, diante da inconformação de José Bonifácio e, quem sabe, para não desencadear nenhuma crise, “[...] venceu a idéia da transação; a 30 de junho de 1831, resolveu o Congresso ‘homologar’ ou ‘confirmar’ o ato de D. Pedro I” .

⁹ José Bonifácio foi educado em Coimbra, era um homem de ciência, químico, botânico, mineralogista, estadista, homem público, parlamentar, administrador, pensador crítico, poeta e homem de letras. Embora tenha sido um homem com tantos predicados, sua contribuição para a ciência foi pequena.

na Europa e serem um dia dignas Princesas do Trono Brasileiro¹⁰ (D. PEDRO I, *apud* MATHIAS, 1984, p. 15).

A escolha de José Bonifácio para ser tutor dos príncipes não foi fruto do acaso, mas sim em virtude do relacionamento de longa data que D. Pedro I mantinha com ele. Ao assumir a Tutoria, José Bonifácio manteve os vários professores que eram encarregados da educação do Príncipe.

O mestre de desenho e pintura era Simplício Rodrigues de Sá, que havia sido discípulo de J. B. Debret. Porém, devido a problemas de saúde, foi substituído, em 1835, por Félix Emílio Taunay, na época diretor da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro.

As aulas de música e de composição do Príncipe eram de responsabilidade do italiano Fortunato Mazzioti. Em 1845, Isidoro Beviláqua, brasileiro nato, assumiu esta cadeira (LYRA, 1977a, p. 35-36).

O responsável pelas aulas de dança era Luiz Lacombe, de origem francesa, que desembarcou no Rio de Janeiro em 1811. Após sua morte em 1833, foi substituído por seu irmão Lourenço que chegou ao Rio de Janeiro juntamente com sua mulher, em 1819, para serem bailarinos no Teatro de São João.

O Reverendo Guilherme Paulo Tilbury ensinava inglês, natural de Londres, professor do Seminário Episcopal de São José no Rio de Janeiro. Em 1832, o também inglês Nathanael Lucas assumiu as aulas de língua inglesa. Além das aulas, D. Pedro II exercitava esse idioma com um criado de nome Richard Shelly, o que lhe fora muito mais proveitoso (LYRA, 1977a, p. 36).

O padre René Pierre Boiret¹¹, de nacionalidade francesa, da cidade de Angers, era o responsável pelas aulas de francês do Príncipe. Este professor merece uma distinção

¹⁰ Mathias (1984, p. 15) afirma que o decreto, no qual José Bonifácio era designado como tutor, foi assinado no dia seis de abril, com o seguinte teor: “[...] tendo maduramente refletido sobre a posição política deste Império, conhecendo quanto se faz necessário a Minha Abdicação e não Desejando mais nada neste mundo senão Glória para Mim, Felicidade para a Minha Pátria: Hei por bem usando do direito que a Constituição.

¹¹ Besouchet (1993, p. 55) afirma ter sido Boiret o professor de leitura e primeiras letras de D. Pedro II. Dessa forma, Dom Pedro II foi alfabetizado em francês por um estrangeiro.

especial devido à sua trajetória: fugitivo da revolução de 1789 refugiou-se na Inglaterra, indo depois para Portugal. Lecionou francês no Colégio dos Nobres de Lisboa, onde:

[...] talvez tivesse travado relações com José Bonifácio, a esse tempo Secretário da Academia das Ciências dessa cidade. Boiret, veio para o Rio de Janeiro exercendo o cargo de capelão da Casa Cadaval, quando a Família Real Portuguesa teve que se retirar de Portugal e vir para o Brasil (LYRA, 1977a, p. 37).

Com a morte de René Pierre Boiret, o professor Félix Emílio Taunay assumiu a cadeira de francês.

José Bonifácio nomeou o Frei Antônio de Arrabida¹², o qual havia sido preceptor e confessor de D. Pedro I desde os tempos de D. João VI, como Diretor de Estudos do pequeno Monarca (LYRA, 1977a, p. 39).

A forma severa com que era tratada a educação de D. Pedro II foi a responsável pela batalha velada que José Bonifácio travou com alguns dos seus contemporâneos. Os jornais da época igualavam a forma que se educava o Príncipe a um regime de reclusão. Chamavam a educação que era ministrada ao menino de “fradesca”, chegando alguns a atacarem até a moral de muitos dos membros do conselho que cercavam o tutor. José Bonifácio foi apontado pelo jornal *Aurora Fluminense* como o responsável pela educação viciosa que se aplicava ao Infante, o que lhe rendeu um temperamento débil, rodeado por terrores verdadeiros ou ilusórios. O tutor nem ao menos se dava ao trabalho de levar o Augusto menino para fazer alguns passeios, denunciava o jornal.

Além dessas delações, alguns conflitos pessoais existentes dentro do Paço entre o tutor e D. Mariana (aia de D. Pedro II), somados às divergências com alguns políticos da regência, culminaram na acusação de que José Bonifácio queria instituir novamente o reinado de Pedro I e, assim, provocar o seu retorno ao País. Fato que veio minar sua autoridade.

¹² Lyra (1977a, p. 39) informa que Arrabida nasceu em Portugal e foi professor do Convento de Mafra. Veio para o Brasil junto com a Família Real. Nomeado, em 1822, diretor da Biblioteca Nacional, “[...] descobriu o original da Flora Fluminense, de Frei Conceição Veloso, que se julgava perdido. Nomeado Bispo titular de Anemúria e coadjutor do Capelão-Mor era em 1838 Reitor do Colégio Pedro II, e em 1842, Conselheiro de Estado Honorário” .

Diante desse clima, Diogo Antonio Feijó¹³ propôs que José Bonifácio fosse destituído de seu cargo. A proposta foi aceita pela Câmara, mas rejeitada pelo Senado, fazendo com que ele permanecesse como tutor. No entanto, sua desavença com Feijó se intensificou, e, em 14 de dezembro de 1833, o governo regencial o destituiu (SCHWARCZ, 1999, p. 568).

Embora sua tutoria tenha durado apenas três anos, a figura imponente de José Bonifácio deixou uma marca permanente no Príncipe, que, mesmo não tendo a compreensão de sua grandeza, tinha por ele admiração e temor. Não se pode, pois, minimizar a importância daquele que foi o primeiro substituto do pai junto a D. Pedro II.

MARQUÊS DE ITANHAÉM

Com a destituição de José Bonifácio, o Marquês de Itanhaém, Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, assumiu a tutoria, primeiramente como interino e posteriormente como efetivo no cargo.

A nomeação de Itanhaém como Tutor de D. Pedro II levou o Frei Antonio de Arrabida a retirar-se do Paço. Dessa forma, uma das primeiras providências de Itanhaém foi convocar um novo Diretor de Estudos para o Imperador. Frei Pedro de Santa Mariana e Sousa¹⁴, que desde 1833, já ministrava algumas lições de Latim, Matemática e de Lógica

¹³ Diogo Antonio Feijó foi político e eclesiástico brasileiro – 1784-1843. Ordenou-se em 1809, dedicando-se ao ensino. Mais tarde, abandonou os serviços eclesiásticos. Deputado às Cortes de Lisboa em 1821, deixou-a com outros deputados brasileiros em seis de outubro de 1822. De volta a São Paulo, foi eleito deputado nas legislaturas de 1826 a 1829 e de 1830 a 1833. Nesse último ano, foi escolhido senador pela província do Rio de Janeiro. Depois da abdicação de D. Pedro I (1831), foi nomeado Ministro da Justiça (1831-1832) e substituiu interinamente José Lino Coutinho na pasta do Império, ainda em 1832. Votado pelo Poder Legislativo, o ato adicional de 12 de agosto de 1834, a Regência do Império passou, por força da lei, a ser una. Na eleição de sete de abril de 1835, obteve a maioria e foi proclamado regente em nove de outubro e tomou posse no dia 12 do mesmo mês (GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, 1995a).

¹⁴ De nacionalidade brasileira, Frei Pedro nasceu no dia 30 de dezembro de 1782, em Pernambuco na cidade de Recife, formou-se em Filosofia e Retórica pelo Seminário de Olinda. Após concluir estudos em Lisboa, onde foi ordenado, retornou ao Rio de Janeiro e assumiu a cadeira de Lente de Matemática da Academia Militar. Em 1833, jubizou neste cargo. Além de Latim e Matemática, também lecionava Religião.

ao Imperador, assumiu a função. Mais tarde, Frei Pedro foi nomeado Bispo de Crisópolis (LYRA, 1977a, p. 43).

Como preceptor, coube-lhe a responsabilidade de supervisionar tudo o que se relacionava à vida privada do Imperador até a sua maioridade. Nada poderia ser feito sem sua ordem. Ao padre, ainda estava destinada a tarefa de fazer-se presente às aulas do Imperador e das suas irmãs que fossem ministradas por outros professores. Estes, após cumprirem sua tarefa, deveriam comunicar a Itanhaém o resultado das lições¹⁵.

Outra responsabilidade do Frei consistia em separar um período de uma hora por dia para o Imperador aplicar-se à leitura de assuntos interessantes dos conteúdos de história e literatura. Esse exercício possuía a dinâmica da leitura em voz alta que o levaria a adquirir interesse e gosto pela leitura¹⁶.

No que se refere ao quadro de professores, Itanhaém, ao assumir a Tutoria, conservou o quadro de mestres responsáveis pelo ensino do Imperador e das princesas. As nomeações só eram feitas na medida em que houvesse necessidade ou em substituições daqueles que se retirassem por conta própria.

Em dezembro de 1835, Roberto João Damby, um oficial da Secretaria de Guerra, foi nomeado para iniciar o pequeno Monarca na arte da equitação. Embora possuísse desembaraço nessa prática, demonstrando grande desenvoltura nos longos passeios que

¹⁵ De acordo com Monteiro (1927, p. 41), o relatório de 1836, entregue para Itanhaém, quando D. Pedro contava com a idade de 11 anos, registra as seguintes informações: o professor de língua francesa, Renato Pedro Boiret, afirmou que o Imperador escrevia e lia sem dificuldades, e os erros que acaso cometia eram próprios da idade; possuía facilidade para decorar trechos da literatura francesa seja em verso ou prosa. Fortunato Maziotti, professor de música, afirmou que o menino Imperial, a cada dia, aperfeiçoava-se e desenvolvia-se no piano forte, já conseguindo tirar sozinho as lições. Era uma promessa satisfatória para o futuro. O mestre de caligrafia, Luiz Aleixo Boulanger, informou que D. Pedro progredia rapidamente. A declaração de que o “augusto discípulo” aproveitava bem as lições era do mestre de dança, o Sr. Lourenço Lacombe. Já nas aulas de desenho, que duravam uma hora e vinte cinco minutos, assegurava o mestre Felix Emilio Taunay que seu discípulo desenvolvia suas tarefas com satisfação, em muitas situações resolvendo dificuldades além do que se podia desejar. Das aulas de inglês, cuja duração eram de uma hora e meia, o professor Nathaniel Lucas quebrou a “unanimidade de louvores”, afirmando que seus pupilos não estavam correspondendo à altura seus anseios, no entanto o Imperador se desenvolvia mais que suas irmãs. E, por último, o professor de equitação afirma que o Augusto menino prometia “[...] grande desenvolvimento quando em tempo oportuno, freqüentasse o manejo”.

¹⁶ Monteiro (1927, p. 40) explica que esse comportamento adquirido por D. Pedro II fez com que até o fim da sua vida, habitualmente fizesse leituras para outras pessoas, “[...] e de mandar também que lessem para elle”.

fazia nas terras da fazenda Santa Cruz, D. Pedro II, diferentemente de seus pais, não se sentia atraído por esta arte¹⁷.

O professor de Literatura e Ciências Positivas, nomeado em 1839, foi Cândido José de Araújo Viana.

Em 1839, último ano da minoridade do Imperador, Itanhaém nomeou Alexandre Vandelli, nascido em Lisboa, para ensinar Ciências e Roque Schuch, austríaco de nascimento, para iniciar o Monarca nos estudos da Língua Alemã. Schuch desembarcou no Brasil em 1817 (PIMENTEL, 1925, p. 28).

D. Pedro II também recebeu aulas de esgrima do coronel Luiz Alves de Lima, o futuro Duque de Caxias.

A instrução ministrada a D. Pedro II foi a enciclopédica, que era, por tradição, dada aos príncipes. Esta seguia os moldes da Antigüidade, em que o fidalgo perfeito, qualquer que fosse sua posição na sociedade, deveria adquirir noções de tudo: do conhecimento científico à equitação, música, dança, pintura e jogo. Sua educação literária foi também ininterrupta (AZEREDO, 1923, p. 91).

Uma das providências de Itanhaém foi distribuir, entre os professores e mestres de D. Pedro II, as *Instruções*¹⁸ para serem observadas pelos Mestres¹⁹ do Imperador na Educação Literária e Moral do Mesmo Augusto Senhor, reproduzido abaixo na íntegra:

1º. Conhece-te a ti mesmo. Esta máxima que todos sabem ser uma sentença dos sete sábios da Grécia e um dos mais virtuosos e honrados homens que tem visto o mundo: esta máxima servirá de base ao systema de educação do imperador, e uma base da qual os Mestres deverão tirar

¹⁷ De acordo com Lyra (1977a, p. 45), apesar das longas caminhadas a cavalo que o Imperador percorria em suas viagens pelo interior das Províncias, a imagem que passará à História é a da sua estátua em Petrópolis, sentado numa poltrona com um livro na mão.

¹⁸ Calmon (1975a, p. 106) afirma que as Instruções foram escritas pelo Frei Pedro, o Bispo de Crisópolis. No entanto para Monteiro (1927, p. 36) e J.M.M.F. (1927, p. 713) as “Instruções” são de autoria do Itanhaém.

¹⁹ Sobre a educação de D. Pedro II, Besouchet (1975, p. 39) afirma o seguinte: “A matéria humana encontrada pelos professores parece ter sido propícia à experiência: a pedagogia da época, anterior a Claparède, insistia sobre a ‘cera mole em formação’ que constituía a alma infantil, que devia ser modelada pelas mãos dos adultos [...]”.

precisamente todos os corolários, que formem um corpo completo de doutrinas, cujo estudo possa dar ao Imperador idéias exactas de todas as cousas, a fim de que elle, discernindo sempre do falso o verdadeiro, venha em último resultado a comprehender bem o que é a dignidade da espécie humana, ante a qual o monarcha é sempre homem, sem differença natural de qualquer outro indivíduo humano, posto que sua categoria civil o eleve acima de todas as condições sociaes.

2°. Os mestres, apresentarão ao discípulo este planeta que se chama *terra*, onde nasce, vive e morre o homem, indicar-lhe-ão ao mesmo tempo as relações que existem sempre entre a humanidade e a natureza em geral, para que o imperador, venha a sentir, sem o querer mesmo, aquella necessidade absoluta de ser um monarcha bom, sábio e justo, fazendo-se garbo de ser o amigo fiel dos representantes da Nação e o companheiro de todas as influências e homens de bem do paiz.

3°. Farão ver ao imperador que a tyrannia, a violência da espada e o derramamento de sangue nunca fizeram bem a pessoa alguma; e que antes pelo contrario, o grande imperador romano Augusto Cezar acabava de uma vez todas as conspirações com um passo muito simples, indo elle mesmo á casa do seu adversário Cinna para lhe dar um abraço fraternal e chamal-o para seu collega no governo.

4°. Deverão os mestres por todos os seus desvelos para mostrar ao imperador o accordo e harmonia da religião com a política, e de ambas com as sciencias todas. A moral funda ao mesmo tempo a tolerância e o mútuo perdão das injúrias, defeitos e erros. Essa tolerância ou mútuo perdão, sobre revelar a perfeição do christianismo; revela também os quilates das almas boas nas relações de civilidade entre todos os povos, seja qual for sua religião e a forma do seu governo.

5°. Lembrem-se os mestres que o imperador é homem; e de que lhe devem dar conhecimentos exactos e reaes das cousas, sem gastarem o tempo com palavras e palavrões que ostentam uma erudição estéril e prejudicial.

6°. Em consequência não farão o imperador decorar um montão de palavras ou um dictionário de vocábulos sem significação, porque a educação litterária não consiste decerto nas regras da grammatica nem na arte de fallar isto que toda a gente falla. O fim da educação litterária “é saber por meio das lettras”.

7°. Os prolegomenos ou preliminares de qualquer sciencia devem conter-se em muito poucas regras, assim como os axiomas e doutrinas geraes. Os mestres não gastem o tempo nem mortifiquem a memória do seu discipulo com sentenças abstractas: mas descendo logo às hypótheses, “classifiquem as cousas e idéas, de maneira que o imperador, sem abraçar nunca a nuvem por Juno, comprehenda bem que o pão é pão e o queijo é queijo”.

8°. Farão os mestres comprehender ao imperador que o poder monarchico se limita ao estudo e observância das leis da Natureza, e que, não obstante ser o monarcha um representante da Divindade na terra, todavia é sempre homem e um homem tão sujeito, que nada póde contra as leis da Natureza feitas por Deus.

9º. Em seguimento ensinarão os mestres ao imperador que todos os deveres do monarca se reduzem a sempre animar a indústria, a agricultura, o comércio e as artes; e que tudo isto só se pode conseguir estudando o mesmo imperador, de dia e de noite, as ciências todas, das quais o primeiro e principal objeto é sempre o corpo e a alma do homem; vindo portanto a achar-se a política e a religião no amor dos homens. E o amor dos homens é que é o fim de todas as ciências; pois sem elas, em vez de promoverem a existência feliz da humanidade, ao contrário promovem a morte.

10º. “Eu quero que o meu augusto pupillo seja um sábio consummado e profundamente versado em todas as sciências e artes, até mesmo nos officios mecânicos...” “Mas não quererei decerto que elle se faça um litterato supersticioso para não gastar o tempo em discussões theológicas como o imperador Justiniano.”

11º. Os mestres hajam de observar quanto o imperador é talentoso e docil de gênio e de muita boa índole. Assim não custa nada encaminhar-lhe o entendimento sempre para o bem e verdade, uma vez que um dos mestres em sua classe respectiva tenha com efeito idéas exactas da verdade e do bem, para que as possa transmitir e inspirar ao seu augusto discipulo.

12º. Não deixaram os mestres de “lhe repetir todos os dias que um monarcha, toda a vez que não cuida seriamente dos deveres do throno, vem sempre a ser victima dos erros, caprichos e iniquidades dos seus ministros, cujos erros, caprichos e iniquidades são sempre a origem das revoluções e guerras civis; e então paga o justo pelos peccadores, e o monarcha é que padece, enquanto que seus ministros sempre ficam rindo-se e cheios de dinheiro e de toda sorte de commodidades. Por isso cumpre absolutamente ao monarcha ler com attenção todos os jornaes e periódicos da Côrte e das províncias²⁰, e, além disto, receber com attenção todas as queixas e representações que qualquer pessoa lhe fizer contra os ministros de Estado, pois só tendo conhecimento da vida pública e privada de cada um dos seus ministros e agentes é que o monarcha pôde saber se os deve conservar ou demitil-os immediatamente e nomear outros que melhor cumpram seus deveres e façam a felicidade da Nação”.

Marquês de Itanhaém - Tutor da Família Imperial (J. M. M. F., 1927, p. 714-715).

O tutor, ao estipular essas “Instruções”, depositava a sorte do futuro do Brasil na educação do Imperador e afirmava que, se esta fosse eficiente e estivesse adequada à inclinação natural dos nascidos da nação, o resultado seria a liberdade, distinção e vida

²⁰ Esta Instrução, D. Pedro II cumpriu a risca durante toda a sua vida. “Lia todos os jornaes da Capital e muitos das Províncias. Tinha funcionarios incumbidos de extractar e marcar os escriptos que se relacionavam com a administração, principalmente os que lhe eram particularmente dirigidos” (JORNAL DO BRASIL, 1927, p. 820).

para os brasileiros. No entanto, se essa educação fosse ruim e contraditória às tendências natas dos “filhos do país”, produziria pobreza, miséria e prejuízos incontáveis, podendo o próprio Imperador ser vítima desse infortúnio, o que provocaria no Tutor grande amargura, pois D. Pedro II, conforme as palavras do próprio Itanhaém, era-lhe muito querido, e seus interesses, junto ao pequeno príncipe, era honrá-lo e proporcionar-lhe “liberdade, fortuna e glória”, uma vez que amava-o²¹ como filho e respeitava-o como pai supremo (MONTEIRO, 1927, p. 36).

Ao pronunciar essas palavras, o Marquês estava convencido intimamente de suas responsabilidades diante do jovem Monarca e da nação. Ele tinha consciência que o destino da monarquia, bem como do país, dependia, em grande parte, da educação de D. Pedro II. E, não sem razão, entendia ser necessário adequar o Monarca ao “[...] caracter e sentimentos da nação, e não adaptar a nação aos sentimentos e ao caracter do Imperador [...]” (MONTEIRO, 1927, p.36).

Seu papel era, acima de tudo, coordenar e acompanhar a educação que os professores aplicavam ao Infante. Dessa forma, essas Instruções dão uma idéia sobre a formação moral que o Tutor buscava ministrar ao seu pupilo, retratando ao mesmo tempo o perfil de quem as delineou. Embora esse programa não tivesse uma forma determinada, por intermédio dele o Imperador deveria ser transformado no mais perfeito dos homens, sábio e portador de qualidades morais que o elevassem a uma perfeição resistente a qualquer prova.

Para Calmon, existe uma analogia entre as *Cartas de Garret* e as *Instruções de Itanhaém*; esta era destinada à educação do Imperador²², aquela objetivava a educação da Rainha de Portugal, D. Maria II. Enquanto a primeira tinha como foco a Rainha Elisabeth, a segunda estava centrada no *Emílio* de Rousseau. Para o autor, o ponto de encontro dos dois documentos é exatamente Rousseau. Nas *Cartas*, Garret traz à lembrança de D. Maria

²¹ J. M. M. F. (1927, p. 718) traz o trecho de uma carta que D. Pedro II teria escrito a seu pai com os seguintes dizeres: “Dou parte a v.m.i. que eu e as manas estamos muito contentes com o nosso amigo o marquez de Itanhaém que gosta muito de nós e nós gostamos muito dele. [...]” . Como se vê, o sentimento era mútuo.

²² Calmon (1975a, p. 106) afirma que ambos os documentos foram produzidos “[...] pela mesma conveniência, as normas do escritor tem as tintas inglesas do exílio em Londres. As do frade conservam o francesismo do Seminário de Olinda”.

II o forte espírito do pai; nas *Instruções*, o objetivo era banir a imagem paterna. Mediante as doutrinas filosóficas consideradas pelos filósofos como verdades eternas, Rousseau educou Emilio “[...] nem magistrado, nem soldado, nem padre: ele será primeiramente um homem²³ [...]”. Já Frei Pedro faria do Monarca D. Pedro II “[...] um homem, sem diferença natural de qualquer” (CALMON, 1975a, p. 106).

Sobre a instrução da Rainha, Garret desenhou-lhe o retrato perfeito. Aplicada às artes, músculos fortificados pela ginástica; “[...] inteligência aberta [...]”, não alienada, mas bem inteirada da situação do mundo em que vivia, pois, embora nas posições cotidianas a mulher fosse feita para obedecer, no trono, sua tarefa era mandar (CALMON, 1975a, p. 106).

Já as *Instruções* fariam do Monarca um Rei sábio, bom e justo. Enquanto as *Instruções* reduziam a coroa a um exemplo, nas *Cartas*, o estadista Garret transformava-a em força. Desse modo, orientava ao preceptor da Rainha que seu braço delicado deveria ser transformado em braço musculoso e varonil, capaz de equilibrar um cetro, e sua alva frente carregada com o peso da coroa deveria sustentá-la sem se inclinar. Nas *Instruções*, a orientação para o preceptor de D. Pedro II consistia em: “[...] entendam-me porém os Mestres do Imperador. Eu quero que o meu Augusto Pupilo seja um sábio consumado e profundamente versado em todas as ciências e artes e até mesmo nos ofícios mecânicos” (CALMON, 1975a, p. 106).

Nas *Instruções*, de acordo com Calmon (1975a, p. 108), não havia uma tendência educacional exclusiva, mesclavam-se as teorias de Rousseau, Montaigne, Montesquieu e Helvetius.

Tendo como fundamento a afirmativa “conhece-te a ti mesmo”, o desejo de Itanhaém era que seu pupilo “[...] compreendesse o que era a dignidade humana [...]”, diante da qual o Rei é sempre homem, naturalmente igual a qualquer outro indivíduo,

²³ Rangel (1943, p. 77-78) explica que, no que se refere a esse postulado, St. Priest, em 31 de janeiro de 1837, fez a seguinte profecia com relação à educação ministrada ao jovem soberano. Se as coisas continuarem assim (e está difícil que seja de outro modo, dentro de um país onde os elementos de instrução e moralidade são negligenciados igualmente) ou a gente terá que tirar no horóscopo o que será o jovem Monarca brasileiro. Possivelmente sendo na mesma proporção que o resto de seus compatriotas, seguramente este não será jamais nem um homem nem um rei.

embora seja elevado acima de outras classes sociais por causa de sua condição civil. E, somente conhecendo-se, poderia o Monarca ter a compreensão de que era um homem tal qual outro qualquer, diferindo dos outros somente pela sua posição.

Almejava que o menino fosse um Rei sábio, justo e bom, mas, para que isso acontecesse, era necessário que conhecesse as condições do indivíduo sobre o planeta, ou seja, as eventualidades do nascer, viver e morrer. Só desta forma poderia ter um conhecimento exato “[...] da força da natureza social [...]”. Seus bons conselhos não se perderiam, conforme o Imperador demonstraria mais tarde (LYRA, 1977a, p. 49).

Com relação ao artigo 2º, ao que tudo indica, está nele implícito o conselho de Frederico II, o Grande: “Um homem que comece por não ser inteiramente bom, acaba, de ordinário, por ser muito mau [...]” (FREDERICO II, 1998, p. 90). Neste sentido, basta olhar através da história para encontrar D. Pedro II governando o país durante quase 50 anos, sendo fiel cumpridor dos desejos de seu tutor, e, de fato, foi um monarca bom, sábio e justo (MONTEIRO, 1927, p. 37).

No que se refere ao artigo 3º, a lição ali contida ficou bem gravada na mente do Imperador, que, por várias vezes, chamou desafetos seus para fazerem parte do governo. No entanto, um fato em especial chama a atenção. O episódio com Salles Torres Homem, autor de *Timandro*, um livro revolucionário, no qual o Imperador, esposa e filhas foram tratados cruelmente. O Imperador, ao tomar conhecimento de uns artigos sobre economia política, cujo autor se apresentava com o pseudônimo de Veritas, pediu para que o presidente do Conselho dos Ministros descobrisse o responsável pelos artigos e convidasse-o para assumir a pasta da Fazenda. Após dois dias, ao reunir-se o Ministério, quis o Imperador saber o resultado da incumbência. A resposta do presidente foi a seguinte: se V. M. conhecesse quem é Veritas... Antes de terminar a frase o Imperador interrompeu afirmando que já sabia de quem se tratava e arrematou:

Bem vejo que me não conhece. Olhe, sr. presidente do Conselho, quando lhe confiei esta delicada missão, já sabia que Veritas era o pseudonymo do dr. Francisco de Salles Torres Homem [...] Mas eu não posso collocar os meus sentimentos pessoases acima dos interesses do meu povo. Atravessamos uma crise econômica e financeira das mais agudas, esse homem parece dispor dos meios precisos para attenual-a, senão vencel-a

vá convidal-o em meu nome a vir á minha presença (DOM PEDRO II, *apud* J. M. M. F., 1927, p. 747-748).

Nesse artigo, encontra-se outra aproximação de uma das máximas de Frederico II, que os Príncipes que desejarem ser grande devem deixar de lado sua vontade própria, esquecer-se de si mesmo e pensar apenas no bem comum (FREDERICO II, 1998, p. 148). Além do que, afirma o mesmo autor, deve também o Soberano “[...] aproveitar de todos os avisos, de todos os socorros e de todos os grandes homens que encontre, numa palavra, de tudo o que seja capaz de contribuir para a execução das boas intenções que alimenta para a felicidade dos seus súditos” (p. 77).

No artigo 5º, o tutor orientava os mestres de que os conhecimentos, a serem passados ao Imperador, deveriam ser livres de palavras que não possuíssem significados reais e exatos das coisas.

Já o artigo 6º deixava claro que a educação literária do Monarca se faria por meio de leituras e não por meio de memorização de regras e nem de gramáticas. Essa norma parece ter sido bem assimilada por D. Pedro II, pois, segundo Besouchet (1975, p. 573), ele se deliciava com as mais diversas literaturas, lia as obras de Claude Bernard, de Renan, de Longfellow, de Vigny, de Musset e de Flaubert.

Nas cartas que enviava à Condessa de Barral, o Monarca, ao agradecer ou pedir a ela que lhe enviasse literaturas, usava constantemente os seguintes termos: “Muito obrigado pelo que mandou e não se esqueça de meu appetite litterário.” Ou ainda dizia: “Obrigado pelas gulodices litterarias, e nunca se esqueça do meu pratinho n’esse banquete [...]” (D. PEDRO II, 1956b, p. 99 e 103).

D. Pedro II também lia a Bíblia, Thucidides, Homero, Píndaro, Teócrito, Anacreonte, Horácio, Pérsio, Tácito, Félix Augusto, Bossuet, Dante Alighieri além dos clássicos portugueses João de Barros, Padre Vieira, os dois Bernardes, Camões, Lucena, Alexandre Herculano e Antonio Feliciano de Castilho. Leu, ainda, algumas obras de Garret (J. M. M. F., 1927, p. 732-733). Um dos objetivos dessas leituras era colocar D. Pedro II em contato com a experiência dos homens do passado, pois, de acordo com Garret, a educação do Príncipe deveria ser efetivada mais “[...] pela experiência alheia que pela sua própria” (GARRET, 1899, p. 116).

Sobre o modo como seria iniciado o Imperador em qualquer ciência, conforme orientação do artigo 7º, não deveriam os mestres gastar tempo com coisas abstratas, tais como regras e fórmulas, nem sobrecarregar a memória do aluno, mas, partindo das hipóteses, passariam ao ensino das coisas, nunca deixando o Monarca sem saber o seu real significado, nem que o seu estado emocional impusesse imagem sobre a matéria exterior que não fosse a verdadeira.

Talvez aqui se encontra a explicação sobre o comportamento do Monarca que sempre inspecionava fábricas, escolas, hospitais, obras públicas, construções diversas, conferindo ele mesmo o funcionamento de cada um, não se atendo a relatórios ou a manuais de instruções.

O papel dos Mestres, de acordo com o artigo 8º, seria fazer com que D. Pedro II aceitasse suas limitações. Partia-se, ainda, da premissa de que o Monarca era o representante de Deus na terra; no entanto, tratava-se de um homem como outro qualquer, e seu poder se limitava a cumprir as leis da Natureza, que foram feitas por Deus.

A orientação constante no artigo 9º, aos mestres de D. Pedro II, consistia em ensiná-lo que todos os seus deveres se reduziam a sempre animar a Indústria, a Agricultura, o Comércio e as Artes; e que, para alcançar tudo isso, deveria o Monarca estudar, dia e noite, todas as ciências. A base teórica dessa lição se encontra em Frederico II quando ele afirma que:

Há duas maneiras pelas quais um soberano se pode engrandecer: é uma a da conquista, quando um príncipe guerreiro faz recuar pela força das armas os limites da sua dominação; é outra a da atividade, quando um príncipe laborioso faz florir nos seus Estados todas as artes e todas as ciências que os tornam mais poderosos e civilizados. (FREDERICO II, 1998, p. 122).

Como D. Pedro II tinha aversão a guerras e disputas, sua tendência o levou para a segunda questão, fazer prosperar as artes e as ciências. Essa orientação foi totalmente assimilada pelo Imperador, e isso pode ser verificado no seu *Diário de 1862*, no qual estão registrados as orientações e estudos para introdução de novas indústrias, como é o caso da

indústria seropédica: “Recomendei ao superintendente²⁴ Marques Lisboa que estudasse a introdução da cultura da amoreira e a criação do bicho da seda em Petrópolis.” (D. PEDRO II, 1956a, p. 25); ainda sobre esta indústria “[...] falei na exposição a respeito da necessidade de pôr algum homem inteligente e ativo à testa do estabelecimento seropédico.[...] Há muitos anos que me interesso por tal indústria; mas ainda não encontrei quem me auxiliasse de igual boa vontade” (DOM PEDRO II, 1956a, p. 33-34).

Também estão registradas neste Diário as constantes visitas que ele fazia às diversas fábricas, verificando seu funcionamento, suas instalações e a necessidade de investimentos: “[...] certas indústrias são indispensáveis a qualquer país, e quando pouco desenvolvidas não podem prescindir de proteção que não é senão um sacrifício que os nacionais fazem durante tempo mais ou menos longo para irem firmando sua verdadeira independência” (DOM PEDRO II, 1956a, p. 64).

Ainda sobre seu interesse em animar as indústrias, no dia 4 de junho de 1862, o Imperador fez visitas a três fábricas. A de refinação de açúcar, destilação e preparação do carvão animal; ao estabelecimento de Fundação e Construção Naval Ponta d’Areia e à fábrica de sabão e velas que, naquele momento, estava paralisada. Após verificar todo o funcionamento das três fabricas e até mesmo a produção e faturamento, ao final de cada inspeção, fazia anotações. Na fábrica de construção naval Ponta d’Areia anotou: “[...] cumpre olhar com toda a atenção para esta fábrica de tanta importância [...]” e anexou, ao lado, o mapa constando a quantidade de funcionários da fábrica. Sobre a fábrica de sabão e velas registrou: “É indústria digna de animação” (D. PEDRO II, 1956a, p. 122).

Nesse mesmo dia, estive no gabinete de D. Pedro II, o Sr. Barão de Capanema, mostrando-lhe documentos da fábrica de papel do Meio da Serra da Estrela, provando que ela tinha condições de continuar suas atividades ao invés de ter fechado suas portas, causando prejuízos ao Monarca que a financiou com recursos próprios.

Com relação a estudar constantemente para conseguir esta animação, D. Pedro II foi, durante toda a sua vida, alguém que buscou estar a par das descobertas das ciências,

²⁴ Da Imperial Fazenda de Petrópolis.

acompanhou de perto toda a produção literária e científica que se produzia no Brasil e seguiu de longe o progresso da ciência no resto do mundo, inteirando-se das pesquisas de Darwin, das experiências de Pasteur e dos inventos de Graham Bell. Gurgel (1936, p. 135) informa que Pedro II foi membro correspondente da Academia de Ciências de Paris e de muitas outras sociedades estrangeiras.

Em sua confissão pública a *Fé de Ofício*, escrita no exílio, o Monarca relacionou seus constantes estudos para melhoramentos nas mais diversas áreas.

Estudei com cuidado o que era relativo à moeda corrente e se prendia à questão dos bancos [...] Cautelosamente e insistentemente estudei questões de imigração sobre a base da propriedade e o aproveitamento das terras, explorações para o conhecimento das riquezas naturais, navegação de rios e diferentes vias de comunicação [...] Preocupavam-me seriamente os estudos de higiene pública e particular, de modo a nos livrar das epidemias; e isso sem grande vexame para as populações [...] Para mim, o homem devia ser regenerado e não suprimido; e por isso estudava a penalidade, tomando grande parte no que se fez relativamente a prisões e pesando todas as questões modernas que tendiam a seu melhoramento [...] Nunca deixei de estudar um só projeto, discutindo com os seus autores e procurando esclarecer-me [...] Sempre me interessei pelas expedições científicas [...] Sempre procurei animar palestras sessões, conferências científicas e literárias, interessando-me muito pelo desenvolvimento do Museu Nacional [...] Dei toda a atenção às vias de comunicação de todas as espécies no Brasil, tendo feito, além de outros, estudo especial dos trabalhos do célebre engenheiro Haikshaw relativos aos melhoramentos da barra do Rio Grande do Sul [...] estabelecer a circulação do Brasil por água, desde o Amazonas até ao Prata e daí ao São Francisco, da foz para o interior, ligando-se por estradas da região dos Andes às bacias do Prata e amazonas [...] (DOM PEDRO II, *apud* MATHIAS, 1984, p. 87-89).

Sobre a agricultura, uma vez que o país possuía a sua base econômica quase que totalmente neste ramo, as questões da imigração, as vias de comunicação, as estradas, bem como os constantes apelos do Monarca para construção de escolas de agronomia e zootecnia são mencionados diversas vezes no seu Diário, e também em sua *Fé de Ofício*, demonstrando que não descuidou dessa instrução.

Já nas questões das artes, D. Pedro II sempre afirmava que gostava extremamente do teatro dramático e lírico, e planejava, sem cessar, construir um teatro nacional. Também

nunca se esquecia da Academia das Belas-Artes, pintura escultura, desenho e gravura e pelo Liceu de Artes e Ofícios, fez o que pode.

No exílio, em uma de suas cartas para o Visconde de Taunay, escreveu: “Vou bem de saúde e estudo bastante para mesmo de longe servir á nossa Pátria” (DOM PEDRO II, 1913, p. 165).

Desse modo, percebe-se que D. Pedro II não deixou de atender às solicitações do artigo 9º durante toda a sua vida e que, mesmo depois de destronado, não deixou de estudar para obter conhecimentos que pudessem ser de alguma utilidade ao país. Esta prática servia de consolo para o Imperador, como afirmou no fim da sua *Fé de Ofício*, que ao preocupar-se com as questões científicas, estudando-as constantemente, preservava-se, deste modo, dos sofrimentos morais (MATHIAS, 1984, p. 90).

D. Pedro II contratou eruditos para visitarem o Brasil e financiou estudos no exterior para alguns brasileiros²⁵. Patrocinou a edição de livros e foi o protetor das ciências e das artes, conforme atesta Besouchet (1993, p. 14).

A solicitação constante no artigo 10º foi cumprida na íntegra no que se refere a ser D. Pedro II transformado em um sábio com conhecimento em todas as ciências, pois, em conversação sobre qualquer assunto, o Imperador expunha seus pontos de vista, afirma Sampaio (1927, p. 144), e por eles se distinguia, demonstrando conhecimento muito além do senso comum.

Nos últimos annos, o seu gosto pela literatura hebraica levava-o a aprofundar-se nos estudos philologicos e d. Pedro, com larga cultura de que dispunha, causava verdadeira admiração aos profissionais na especialidade, que nelle viam o mais afável e o mais instruído dos monarchas do seu tempo. Mossé, o illustre traductor dos Psalmos, depois de prolongada entrevista com d. Pedro, sobre línguas orientaes, despedia-se delle com estas palavras bem sinceras: Senhor, sois mais do que um imperador, sois um philosopho e um sábio.

²⁵ Azeredo (1923, p. 90) menciona o nome de alguns que foram protegidos por D. Pedro II, dentre eles: Gonçalves Dias, Domingos de Magalhães, Porto Alegre, Pedro Américo de Figueiredo, Carlos Gomes e José de Alencar.

No *Diário de 1862*, existem algumas anotações de visitas a fábricas e a construções, em que D. Pedro II descreve com minúcias as máquinas ali em funcionamento, como é o caso de uma inspeção a uma obra que estava sendo realizada no cais, demonstrando não se tratar de alguém leigo sobre o assunto:

Enfim examinei o sistema de guindastes de 7 toneladas movidos pela pressão d'água que é conduzida à prensa por meio de 2 máquinas de vapor cada uma de 15 cavalos. Os guindastes movem-se com a maior facilidade, e a pressão sobre o êmbolo da prensa hidráulica é de 800 a 1000 libras por polegada \square (sic), sendo a superfície do êmbolo de 800 pol. \square (sic). Podem se estabelecer quantos se quiserem ao longo do cais e do cano que conduza a água (DOM PEDRO II, 1956a, p. 103).

Sobre gastar tempo com discussões de fundo religioso, não se tem notícia de que o Monarca se prestasse a isso, a não ser no incidente da *Questão Religiosa*. No que se refere a esse assunto convém esclarecer que, embora a Maçonaria no Brasil não fosse aceita pela Igreja Católica, devido à promulgação, em 1864 pelo Papa Pio IX, do *Syllabus*, lista de erros condenados pela Igreja, dentre os quais contavam as sociedades secretas, incluindo a Maçonaria, havia uma certa tolerância, e muitos de seus membros pertenciam às irmandades religiosas.

Entretanto essa convivência foi abalada grandemente em 1872. Com o objetivo de comemorar o primeiro aniversário da Lei do Ventre Livre e homenagear seu autor, o Visconde do Rio Branco, foi organizada uma festa pela Maçonaria. Na seção solene, o orador oficial foi o padre Almeida Martins. Preocupado em cumprir as orientações do Papa, o Bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, orientou ao padre Almeida que abandonasse a Maçonaria. Não logrando sucesso o Bispo suspendeu o padre de sua prática religiosa.

Naquela mesma ocasião em Olinda, o Bispo D. Frei Vital, visando reformar o clero e depois as irmandades, suspendeu dois padres que também se recusaram em abandonar a Maçonaria, ordenou, ainda, que fossem excluídos das ordens católicas todos os maçons. O seu exemplo foi seguido pelo Bispo do Pará.

As Irmandades apelaram à Coroa contra a determinação dos Bispos. Intimidados para que anulassem as interdições, os Bispos não obedeceram. Diante do posicionamento dos

Bispos e da acirrada campanha que a Maçonaria moveu contra eles, foram denunciados pelo governo ao Supremo Tribunal de Justiça e, uma vez que se negavam a defender-se, pois não viam naquele Tribunal competência para julgá-los espiritualmente, foram condenados a quatro anos de prisão.

Nesse sentido, levando-se em conta que no Brasil, todas as decisões dos Papas só teriam validade quando fossem aprovados pelo Imperador, os atos dos Bispos foi uma imprudente provocação. Pode-se dizer que a reação do Imperador foi apenas uma atitude política.

No artigo 11º, a orientação era que se encaminhasse o entendimento de D. Pedro II sempre para o bem e para a verdade. Aqui, também não seria diferente, e o ensinamento mais uma vez cumpriu seu objetivo. Ao buscar saber sobre um incidente ocorrido entre o primeiro tenente Mariano de Azevedo e o Dr. Sampaio Viana e sua mulher, após ouvir a versão do acusado, o primeiro tenente, o Imperador asseverou-lhe que:

Nunca formava mau conceito de alguém sem procurar ouvi-lo antes; mas que em certas circunstâncias não se podem demorar algumas medidas [...]. Rematei dizendo-lhe que se precisasse de elucidar quaisquer pontos para sua defesa podia procurar-me porque desejo ser informado da verdade que aliás cedo ou tarde triunfa (DOM PEDRO II, 1956a, p. 149).

E, finalmente, o último artigo das *Instruções* era muito importante por tratar de matéria de ordem política. Como não podia ser diferente, o Monarca não se descuidou deste aprendizado, observando-o durante todo o seu Reinado. Ao iniciar o seu Diário, o Monarca registrou: “Leio constantemente todos os periódicos da côrte e das províncias [...]” (DOM PEDRO II, 1956a, p. 16).

O Imperador procedia deste modo, pois considerava a imprensa como um importante meio de comunicação, em que a opinião pública era manifestada. Naquele período, a imprensa funcionava para os políticos como um canal alternativo no qual lhes era permitido externar, escondidos pelo anonimato, o que não teriam coragem de falar no Senado ou na Câmara.

Convém esclarecer que, no período em que governou o país, a Imprensa possuía ampla liberdade, sendo lícito expressar todo o pensamento contra a política, contra os

juízes, contra o governo e, até mesmo, contra o Imperador. E, embora existissem leis contra o abuso dessas liberdades, essas leis geralmente não eram aplicadas.

D. Pedro II tinha por hábito, durante as reuniões ministeriais, interrogar detalhadamente cada Ministro sobre os papéis de despacho, levantando dúvidas, provocando discussões. Esse procedimento, apesar de não agradar aos Ministros, que fora do gabinete reclamavam do Soberano, impedia constantemente que por trás do interesse público se fizesse passar “[...] algum contrabandosinho partidário” (VIANNA, 1927, p. 875).

2.3. A influência de alguns professores

Na formação intelectual do Imperador, três homens em especial tiveram grande contribuição. Frei Pedro, Félix Taunay, Araújo Viana²⁶, respectivamente o monge, o helenista e o poeta foram as figuras, na acepção grave do termo, que se encarregaram da instrução que formaria o caráter de D. Pedro II. O preceptor proveu-o de ciência. Foi habituado aos padrões da Língua por Araújo Viana. O grande mundo foi-lhe apresentado pelo velho mestre Félix, que lhe inculcou a paixão pela paisagem e o saciou com o grego e

²⁶ Candido José de Araújo Vianna, depois Marquês de Sapucaí, era um homem de gabinete, tímido de ação pessoal, mas enérgico no curto período em que passou pelo governo. Formado em Direito pela Universidade de Coimbra. No mesmo ano em que era nomeado professor de D. Pedro II, era eleito e nomeado Senador pela Província de Minas. Em 1854, recebeu o título de Visconde de Sapucaí. Em 1872, o título de Marquês. Faleceu no Rio de Janeiro em 1875. Sapucaí, além de ter sido professor de ciências e literatura, foi também o preceptor do Imperador na mocidade, a exemplo do que o foi Crisópolis na infância. Araújo Vianna foi, na regência, aquele que equilibrava os orçamentos: “O estadista que quebrou o padrão que nos vinha do tempo que éramos grandes produtores de ouro, que organizou a contabilidade, [...] o doutrinador e aplicador do nosso direito orçamentário recente. O planejador do segundo Banco do Brasil.[...] Além disso, depois da maioridade, como Ministro do Império, quando não havia presidente do Conselho, sustentou o princípio da autoridade e pacificou para sempre o Brasil, fazendo terminar o período de revoltas e de apello á violência e preparando a phase de ordem pública e de traquillidade política. Com esse passado e essa experiência, antigo magistrado e poeta, Sapucahy exerceu sobre o espírito do monarcha uma grande influência, sem nenhuma preocupação e, assim, de 1850 em diante, agiu pouco como político e tratou de sustentar a monarchia e a política no Conselho dos Estados e no Parlamento, mas sem fim político” (JORNAL DO COMMERCIO, 1927, p. 540-541).

a estética, “[...] que o discípulo a bem dizer, nunca abandonou de vez” (CALMON, 1975a, p.112).

Com o mestre Félix Taunay o Imperador firmou fortes laços de amizade que duraram até o fim de sua vida. A amizade do Imperador com o professor de desenho e francês estendeu-se por muitos anos. Durante mais de quatro décadas, D. Pedro II e Félix Emílio Taunay se encontravam às terças-feiras e aos sábados, na torre direita do Paço de São Cristóvão, das 11 às 15 horas, à semelhança do tempo em que eram aluno e professor, para discutir as recentes descobertas literárias, artísticas e científicas, além de lerem as obras clássicas ou periódicos.

A influência poderosa exercida, na formação da personalidade do Imperador, pelo seu mestre de Desenho, confessou-a o próprio Monarca: Devo-lhe muitíssimo, principalmente quanto ao amor do belo e seu cultivo.[...] Anos depois, ele repetiria ao filho de Félix Taunay: ‘por mais longe que eu olhe no passado, sempre encontro seu pai ao meu lado, solícito e nunca importuno!’. Era uma amizade que ele não só manteria pelo seu velho mestre [...] como a transmitiria a seu filho, o Visconde de Taunay (LYRA, 1977a, p. 39).

Na educação de D. Pedro II, presume-se que Frei Pedro tenha tido influência moral e intelectual. Pode-se deduzir que nenhum dos homens que, então, o rodeavam exerceu influência igual. A ação do Frei Pedro estava diretamente ligada às oportunidades do dia-a-dia, por meio de ensinamentos orais e de exemplos.

Nenhum outro mestre manteve contato tão direto com o jovem Monarca do que Frei Pedro. Sua assiduidade junto ao Monarca foi maior que a do próprio Tutor ou dos professores da preferência do menino Imperador, como Félix Taunay ou Araújo Viana, futuro Marquês de Sapucaí. Supõe-se que Frei Pedro foi uma das poucas e bem raras, afeições de D. Pedro II fora do círculo limitado de sua pequena família (LYRA, 1977a, p. 45).

Um dos atos de decisiva influência de Frei Pedro, no ânimo do jovem Monarca, parece ter sido na questão da maioridade. Ouvia-se de Pedro II que, após saber a opinião do Frei, daria a resposta.

Já a ascendência do mestre Cândido José de Araújo Viana sobre o discípulo foi ininterrupta, mesmo depois de homem feito, D. Pedro II o consultava sobre todos os assuntos mais importantes do dia. Discutiam também sobre os livros e os estudos que o Monarca fazia.

Araújo Viana não foi somente o Mestre de Literatura e Ciências Positivas do Imperador. Foi o preceptor da sua mocidade. Araújo Viana era um grande leitor, e D. Pedro II um grande inquiridor, consultava-o sobre tudo. Quando o Monarca lia uma obra clássica grega e encontrava alguma dificuldade, logo queria saber o motivo de seu embaraço, não estando o professor no Paço de São Cristóvão, escrevia-lhe uma carta. Quando recebia algum livro de presente e não tinha tempo para lê-lo, pedia ao Marquês de Sapucaí que lhe desse informações sobre a leitura.

2.4. A educação real e a educação ideal

De acordo com Besouchet, o esforço que se desenvolveu em torno da educação do Infante, o qual estava destinado a governar um país recém-independente de Portugal, teve como objetivo evitar que se cometesse as mesmas falhas que ocorreram na “[...] educação arbitrária de seu pai, caprichosa e mesmo contrária às funções que exerceria mais tarde como imperador [...]”. Seus tutores e mestres desejavam fazer do príncipe uma antítese de seu pai: um homem de letras, uma pessoa com grandes habilidades políticas, um ser totalmente dedicado ao Brasil, sem elos com a mãe-Pátria, em que o símbolo estava centrado na figura de D. Pedro I, cujo caráter pessoal podia estimular o respeito do Filho (BESOUCHET, 1993, p. 56).

Ao que tudo indica, as qualidades que marcaram tanto o coração como o espírito de D. Pedro II eram resultantes de uma formação ininterrupta de cortes, podas e adubagens primorosamente efetuadas por seus professores e tutores com base nos princípios que lhe foram dados pela natureza, uma vez que, de acordo com Frederico II (1998, p. 84), “[...]”

os homens dependem muito dos hábitos que contraem, e [...] as suas ocupações influem infinitamente sobre a sua maneira de pensar[...].”

Não havia nada mais melancólico do que a vida que se construía ao redor do Menino Imperial no Paço de São Cristóvão. O ritmo dessa pequena sociedade, à qual coube a incumbência de formar a personalidade do futuro Imperador, era regulado pela monotonia. O ambiente criado pelos homens responsáveis por direcionar a vida do Pupilo da Nação e formar o caráter de Pedro II foi definido por um de seus biógrafos como “taciturno”²⁷.

A vida de D. Pedro II era regulada por meio de um severo horário previamente fixado.

Sete da manhã: despertar; toailete e oração. Oito horas: comida, evitando-se que o menino coma demasiado; refeição feita em presença do médico. De nove às onze horas e meia: aulas, estudos, descanso. — Pequenos brinquedos dentro do Paço. — Toailete para a refeição. À uma hora da tarde, refeição em presença do médico, do camarista e da camareira-mor, os quais têm como dever entreter a conversação, evitando-se ao mesmo tempo, que ela descambe para assuntos desagradáveis, e procurando que se encaminhe, de preferência, sobre o tempo ou sobre assuntos científicos. Nenhum criado, mesmo particular, tem autorização para se dirigir ao Príncipe. Apenas pode responder às suas perguntas. Após o almoço, todos devem se esforçar para que a criança não faça esforços exagerados, não pule, não corra, não durma, não brinque. Passeios no jardim quando o tempo permitir. Esses passeios devem começar às quatro e meia da tarde e terminar às cinco. Quer a pé, quer a cavalo, os exercícios devem ser moderados. Se após esses exercícios o Príncipe estiver suado, nova toailete, mudança de roupa e, depois, leitura de pequenos contos. — Às oito da noite: orações. Às nove: ceia. Depois da ceia: leitura até às dez da noite. Às dez: apagar a luz e dormir (BESOUCHET, 1993, p. 49).

²⁷ Sobre o ambiente no qual D. Pedro II foi criado, havia uma aridez de atenções, e estas, quando demonstradas, eram no sentido mercenário. Este cenário poderia ter dado vida a um “monstro”, no entanto, em D. Pedro II, foi formado um grande homem, “[...] a que porventura faltou, para ser melhor, além de um plano de estudos, experimentais e mais sistemáticos, o que a morte e abdicação arrancaram violentamente, em 1826 e em 1831, aos seus naturais sentimentos chocados na surpresa de uma dupla orfandade” (RANGEL, 1943, p. 59).

Todos os dias seus horários permaneciam os mesmos, excetuando-se aos domingos para os ofícios religiosos. Suas brincadeiras eram realizadas em um pequeno jardim, um tanque cheio de água sobre o qual brincava com um pequeno barco, um jogo de cavalinhos, um teatro pequeno instalado no pátio interno do Paço, onde recitava em francês e representava algumas peças infantis e um jogo de baralho. O Infante também gostava de brincar com soldadinhos de chumbo. Seus amigos de brincadeiras eram os filhos de José de Assis Mascarenhas, do Visconde de Sepetiba e do Marquês de Sapucaí; os filhos do desembargador Luís Ferreira Couto Ferraz e o “[...] filho do médico Otaviano de Almeida Rosa²⁸, um dos fundadores da Escola de Medicina do Rio de Janeiro [...]” (BESOUCHET, 1993, p. 50).

No que se refere a esta rotina de hábitos, nas *Cartas de Garret*, consta a seguinte orientação: “Deitae o vosso pupillo, levantae-o á mesma hora; seja uma sempre e certa a hora do banho, do passeio, da comida, da oração; [...]” (GARRET, 1899, p. 67). Neste sentido, pode-se concluir que, ao proceder deste modo, imprimir-se-ia na criança a regularidade das ações e, quando chegasse à maturidade, teria facilidades para tarefas rotineiras. Assim, preparavam-no para ser um Imperador de Gabinete.

Pedro II era vestido sempre de acordo com a temperatura ambiente, com roupas que eram escolhidas pelo Sr. Richer, o criado efetivo do Príncipe. Os médicos regulavam a temperatura dos banhos. Seu quarto era governado pelo Frei Pedro de Santa Mariana, e todas as ordens aos criados eram de sua competência. D. Pedro II só podia visitar suas irmãs após o almoço, assim, os quartos já estavam em perfeita ordem, evitando, dessa forma, qualquer contato com a intimidade feminina ou alguma peça de vestuário à vista.

O jardim de sua propriedade era privilégio só seu. As Princesas – suas irmãs, Dona Januária e Dona Francisca, além de não terem nenhum, só podiam brincar no jardimzinho com a permissão de D. Pedro II.

²⁸ Rangel (1943, p. 61) afirma que esse pequeno círculo de amizade “[...] não seria suficiente a desenvolver a emulação e estabelecer a sociabilidade que se exigiria mais lata e desimpedida para ser benéfica”.

As únicas diversões que eram oferecidas ao Monarca-menino se resumiam em: assistir a algumas peças teatrais de valor questionável e às comemorações das grandes festas religiosas do catolicismo, religião oficial do Estado.

Além do teatro e das festas religiosas, havia também as festas oficiais no Paço, que deveriam contar com as presenças do Imperador e de suas irmãs. Embora fizessem parte do protocolo, estas festas eram mais alegres, apesar de, algumas vezes, serem enfadonhas: eram movimentadas, e possuíam vivacidade, com muitas pessoas, músicas tocadas por bandas, muitas roupas e uniformes bonitos, com as suas condecorações reluzentes, prendendo desta forma a imaginação das crianças que participavam delas, não se limitando ao papel de simples espectadores, como nos teatros e nas festas. Delas, tanto o Imperador quanto suas irmãs participavam ativamente.

O ambiente tedioso foi realmente assimilado pelo espírito do Imperador, pois, ao ter seus hábitos sedentários censurados por sua irmã Francisca, justificou-se: “Reconheço que o exercício é preciso à vida e um médico distinto diz que o homem para viver muito devia ter nascido postilhão²⁹; mas que fazer, fui educado com outra gente e assim agora já não há remédio” (CALMON, 1975a, p. 99).

O Marquês de Itanhaém incluiu, no programa de D. Pedro II, alguns exercícios físicos: “[...] graças à influência de um exercício regular no ar mais ativo e puro que o da cidade, e de uma residência favorável às distrações de sua idade [...]”. Isto trouxe melhoras à saúde do jovem Monarca e fez com que desaparecesse toda aquela irritabilidade existente, que, provavelmente, era resultado mais dos traumas da infância do que da sua própria personalidade. O Imperador também aprendeu a caçar e a montar muito bem. No entanto, estas mudanças não foram suficientes para alterar, de um modo significativo, os hábitos sedentários do Monarca (CALMON 1975a, p. 77).

Realmente, D. Pedro II não recebeu de seus preceptores, desde cedo, os ensinamentos que criariam nele o hábito de praticar exercícios físicos. De acordo com Rangel (1943, p. 59), a educação retrógrada e desorientada ministrada às portas cerradas, entre velhos padres e velhas amas de aparência sombria, alguns combatentes antiquados,

²⁹ Homem que transporta a cavalo notícias e correspondências.

foi a responsável pelo agravamento no “infortúnio da criação” do Imperador que tantos denunciaram.

Além do mais, seus tutores, ressentidos pelo excesso de energia do pai, quiseram fazer do filho o oposto, um homem de gabinete, um Rei que se sentisse mais à vontade à mesa com seus conselheiros do que à frente de batalhões. “Ter-se-ia tornado o que os ingleses chamam ‘uma traça de biblioteca’, se não tivessem sido seu interesse apaixonado pelas questões sociais e o ardor do seu patriotismo [...]” (OLIVEIRA LIMA, 1997, p. 229).

Para Garret, a educação ideal dos monarcas deveria ser dividida distintamente dentro das quatro primeiras épocas da vida do homem e, em cada fase, um tipo de educação deveria ser predominante. Na infância, seria ministrada, em primeiro lugar, a educação física para formar um corpo forte; em segundo lugar, ensinaria a educação moral; e, só depois, seria aplicada a educação intelectual de um modo indireto. Na puerícia, buscaria, primeiramente, educar o coração, por meio do ensinamento moral, depois fortalecer o corpo com a educação física e, por último, formaria o espírito com a educação intelectual. Na adolescência, o espírito receberia os ensinamentos intelectuais, em seguida viria a educação moral e, por último, a educação física. E, na última época, a puberdade novamente se preocuparia com a moral, na seqüência se completaria e educação intelectual e a educação física viria em último lugar (GARRET, 1899, p. XX).

Desse modo, as censuras dirigidas ao modo como se educava D. Pedro II não eram de todo infundadas. Havia críticas não só no que se referia às distrações, bem como às matérias e aos métodos de ensino. Outro questionamento estava centrado no fato de sua educação estar, em grande parte, nas mãos de professores estrangeiros.

Os professores que educaram D. Pedro II eram mestres do tempo de D. João VI, que resistiram às três revoluções: a liberal, a da independência, a de sete de abril. Os seus conceitos de moral ainda se embasavam na moral do século anterior, através deles, o Imperador respirou o sopro da era ultrapassada. Dessa forma, deixavam de cumprir as ordens de Pedro I: deveriam educar o rei da era industrial; “[...] dos imortais princípios, da gazeta, do sufrágio universal [...]”. Não podiam ir além daquilo que sabiam, por isso ensinaram-lhe histórias do antigo regime. As novas idéias não os tinham conquistado (CALMON, 1975a, p. 85).

No relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa em 1837 por Itanhaém, constava as matérias que faziam parte do programa de estudos do Monarca, na época, com doze anos incompletos: dança, desenho, música, francês, caligrafia, inglês, matemática prática e geografia. A manutenção do professor de caligrafia em suas funções era necessária para que o Imperador aprimorasse o bonito traçado de sua letra que a cada dia era aperfeiçoada (MONTEIRO, 1927, p. 43).

No entanto, de acordo com Garret, a educação intelectual ou do espírito subdividia-se em: necessária ou útil e de ornamento. A educação necessária ou útil seria o ensino de: Gramática, Matemática, Geometria, Línguas, História – Geral, Antiga e Moderna e a História do próprio país, Geografia, Direito Natural, Civil e Direito Público Constitucional e Economia Política. Já a música, o desenho, a pintura, a equitação, a esgrima, a natação, a caça eram tidas como as matérias que compunham a educação de ornamento e que, embora seu conhecimento fosse necessário, não deveria nenhum homem de bem “[...] se fazer eminente e formoso em nenhuma d’éstas prendas [...]” (GARRET, 1899, p. 35-36).

Neste sentido, durante muitos anos, ensinou-se a D. Pedro II o desenho, a sintaxe, a dança, a música, conhecimentos que serviriam apenas como ornamento para o seu ofício de Rei. Somente em 1839, foram descortinadas aos seus olhos a Física, História, Filosofia e a Retórica (RANGEL, 1943, p. 59).

Sobre o temperamento do Príncipe, Besouchet o descreve como sendo uma criança fácil de lidar, obediente, com alteração de humor e com uma rara tendência para as ciências naturais. D. Pedro II aprendeu bem cedo a dominar suas manifestações naturais de raiva, desapontamento e felicidade. Humildade, um traço de caráter que se parece bastante, na infância, com a simulação³⁰, foi lhe ensinada pelo seu preceptor, Frei Pedro de Santa

³⁰ Lyra (1977a, p. 77) informa que o Barão Daiser, representante da Áustria no Rio de Janeiro desde 1827, ao escrever para sua Corte sobre Pedro II, dizia: “É impossível acreditar que esse jovem Príncipe, tão bem dotado, evidentemente, de talentos e capacidade, seja tão apático quanto dizem. [...] Parece-me, ao contrário, que na sua idade tão jovem, se vê forçado a dissimular e ocultar suas opiniões, e que no íntimo deve ser trabalhado por uma luta penosa, que o põe a todo instante num estado violento, e deve inspirar-lhe desconfiança e desprezo por esse torvelinho que o assedia para amparar-se de seu espírito e desvirtuar os seus sentimentos”.

Mariana. Precocemente, revelou aptidões para os idiomas e desenhos, além de uma grande tendência para música (BESOUCHET, 1993, p. 50-51).

Na opinião do próprio Monarca, a ampla cultura que adquiriu se deveu unicamente ao seu esforço: “[...] sou dotado de algum talento. Mas o que sei devo principalmente à minha aplicação; a leitura, o estudo [...]. Nasci para consagrar-me às letras e às ciências [...]” (D. PEDRO II, 1956a, p 15).

D. Pedro II demonstrava tal avidez pelo conhecimento que empregava até mesmo suas minguadas horas de lazer na tarefa de se instruir e aformosear o seu espírito no cultivo das ciências e da arte, dedicando-se, assim, dia e noite, à sua instrução, como se percebe nesta passagem do autor: “[...] muitas vezes se erguia do leito para accender a lâmpada que o Bispo de Chrysopolis, seu preceptor, cautelosamente apagara” (PIMENTEL, 1925, p. 28).

Dotado de grande inteligência e de uma extraordinária memória, ainda criança descobriu uma estrela no observatório de astronomia que instalara na varanda do Paço Imperial, episódio este que causou espanto à comunidade científica européia. Aos dez anos de idade, o pequeno Monarca já possuía uma educação bastante “rara” para uma criança da sua idade naquele período, demonstrando, acima de tudo, um discernimento pouco comum.

Assim, foi em um ambiente sério, marcado pela simplicidade e pela pureza de costumes, que D. Pedro II teve sua mentalidade forjada e, ao moldar sua moral, via suas virtudes serem fundidas nas fortes virtudes de seus professores e políticos que o rodeavam, virtudes essas que, futuramente, seriam exemplo para o povo brasileiro. No pequeno menino, estavam concentradas todas as esperanças do país. O Brasil inteiro esperava na criança que, nas salas do palácio de São Cristóvão, numa existência que já seria modelo, era treinada na arte de governar (LYRA, 1977a, p. 65).

D. Pedro II estava convicto do papel histórico³¹ que viria a desempenhar, por isso entregou-se de corpo e alma ao aprendizado da arte de governar. Além de efetuar seus estudos, procurou a companhia de pessoas cultas. Ainda jovem, criou o Instituto Histórico

³¹ No que se refere ao papel desempenhado por Pedro II, Gurgel, (1936, p. 132) afirma que, em 1842, o Príncipe Adalberto da Prússia ao visitar o país afirmou que era uma felicidade para o Brasil ter em seu governo alguém que possuía a perfeita noção dos deveres de sua posição cujo único desejo era fazer a felicidade de seus súditos.

e Geográfico do Brasil³², cedendo uma das salas do palácio para a instalação da sede do mesmo. O Monarca também patrocinava de seu bolso alguns projetos e pesquisas de documentos desenvolvidos pelo Instituto Histórico e Geográfico, desde que fossem relevantes à história do Brasil (SCHWARCZ, 1999, p. 131).

Para Sampaio (1927, p. 143), foi D. Pedro II quem dinamizou o Instituto Histórico pela sua assiduidade e interesse com que sempre freqüentava as reuniões. Seu apoio sempre eficaz foi quem proporcionou as boas iniciativas nas pesquisas de história, geografia e da etnografia no território brasileiro. Era nesse ambiente que o Monarca embevecia o seu espírito ao tratar com “homens eminentes no saber”, que souberam honrar a cultura do Brasil.

Nesse espaço, D. Pedro II não contribuiu com trabalhos escritos, pois certamente não lhe sobrava tempo para tanto, mas era aquele que inspirava, que fazia as idéias movimentarem-se, chamando para elas a “[...] competencia daquelles de quem solicitava a atenção e estudo. A sua presença no Instituto era a vida; era a animação a combater a lethargia costumeira nos nossos centros de saber” (SAMPAIO, 1927, p. 143).

O Monarca foi o tempo todo um cultivador amante das letras, que promovia, incessantemente, o seu desenvolvimento no Brasil. Esteve a serviço da ciência³³ com um

³² Com relação ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Schwarcz (1999, p. 127) relata qual era o objetivo desta instituição: “Composta em sua maior parte da ‘boa elite’ da corte e de alguns literatos selecionados, que se encontravam sempre aos domingos e debatiam temas previamente escolhidos, o IHGB pretendia fundar uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal qual heróis nacionais. Criar uma historiografia para esse país tão recente, ‘[...] não deixar mais ao gênio especulador dos estrangeiros a tarefa de escrever nossa história [...]’”. Outro objetivo dessa instituição era estabelecer uma cronologia contínua e única, visando a fundação da nacionalidade. O IHGB estava comprometido totalmente na organização de uma memória para o Estado Imperial.

³³ Nesse sentido, na obra *D. Pedro II e a Cultura* (DOM PEDRO II, 1977), estão relacionados vários ofícios em que Dom Pedro II buscava informações ou aquisições de algum instrumento que pudesse auxiliar o desenvolvimento científico do País, como: Ano 1849 – p. 6, 7, 14 e 15 – Ofícios 4/7 e 9/7 – Encomendas de instrumentos geodésicos ao Instituto Politécnico de Viena. — p. 14, Ofício 14/6 – reclamando da demora da remessa dos instrumentos geodésicos.— p. 15, Ofício 13/8 – Acusando o recebimento dos instrumentos geodésicos e informando que, a respeito do estabelecimento da regeneração vacínica do Brasil, iria enviar pessoas para estudar o aperfeiçoamento na Europa. – p. 23, Ofício 14/7 – Estabelecer uma fábrica de vacina no Brasil em uma das fazendas imperiais perto da Corte. — p. 13 e 15, Informações sobre ampliação do observatório. — p. 14 recebimento de instrumentos fotográficos. p. 20 e 21. Auxílio a Varnhagen para conclusão da obra “História Geral – História do Brasil. — p. 39. Compra de produtos e objetos para laboratórios químicos. p. 187 – Donativo de 200\$00 para a Sociedade de Socorro dos Amigos da Ciência em França.

sentimento patriótico incomum, e conquistou, pelo seu saber, a admiração e o respeito do mundo. Sampaio (1927, p. 143) afirma que Darwin, ao comentar sobre D. Pedro, dizia que, diante dos feitos do Imperador pela ciência, todo o sábio lhe devia respeito.

Lamartine, ao comparar Frederico da Prússia — o Grande com D. Pedro II, comovido expressou: “[...] o príncipe philosopho excede ao poeta coroado de Potsdam” (SAMPAIO, 1927, p. 143).

Em 1840, D. Pedro II, então com quinze anos, foi declarado maior de idade e, apesar de sua pouca idade, já possuía “[...] um espírito esclarecido, ponderado e sensato, virilizado antes do tempo pelas circunstâncias especiais de uma infância excepcionalmente séria” (PIMENTEL, 1925, p. 31).

Com relação aos estudos do Monarca, o Barão Daiser, em uma carta datada de março de 1841 para Viena, afirmou que ele continuava a receber lições e que, na sua opinião, era inadequado deixá-lo envolver-se tanto nos estudos, também reclamou para o Imperador uma instrução menos teórica.

Ocupam-no demais com literatura, e pouco com as ciências que deviam formar o fundamento principal dos conhecimentos de um jovem príncipe, destinado a governar um dia. Felizmente ele tem ainda tempo para preencher essa lacuna, o que, com seu amor ao estudo, não deixará de fazer assim se encontre sob melhores influências e animado por bons exemplos (DAISER, *apud* LYRA, 1977a, p. 86).

O príncipe Adalberto da Rússia, que conheceu D. Pedro II quando este tinha dezessete anos, relatou a rotina do Monarca; às seis horas já estava de pé aplicando-se aos interesses do Império, o tempo que lhe restava dedicava-o à leitura, afirmando existir um elevado “espírito de ambição” no jovem Monarca, que o levava a instruir-se cada vez mais para bem exercer sua posição (J. M. M. F., 1927, p. 718).

O próprio D. Pedro II, no seu Diário, distribuiu o seu tempo dessa forma: “Acordar às 6, e até 7 grego ou hebraico, passeio até 8 ou 8 1/2, e de então até 10 grego ou hebraico. 10 almôço. De meio dia às 4 exceto 3as. e 5as. Em que será até às 3, exame de negócios, ou estudo. Jantar, e às 5 1/2 passeio. Das 9 às 11 escrita deste livro, e leitura; depois dormir”

(DOM PEDRO II, 1956a, p. 22). Provavelmente, o período se referia às férias do Imperador, já que sua anotação é de 5 de janeiro de 1862.

Ainda sobre os seus estudos, numa carta datada de 21 de março de 1884 à condessa de Barral, o Monarca fez o seguinte comentário: “[...] tenho meus estudos e meus livros [...]”. Ainda em correspondência à Barral, no mesmo ano de 1884, D. Pedro II informou a condessa que seus estudos com Henning foram interrompidos devido uma enfermidade que o professor havia contraído nos pés (BARROS, 1977, p. 232 e 243).

Além do que, D. Pedro II havia confidenciado a seus serviçais mais próximos o seu desejo de instruir-se da melhor maneira possível, contrastando com o legado de seu pai, homem dado a muita ação, no entanto pouco propenso a leituras. Neste sentido, afirma Sampaio (1927, p. 142-143), as atividades literárias³⁴ sempre foram para o Imperador o alvo relevante de sua preferência; era um leitor incansável, cujo desejo de saber só não era superior ao seu amor à Pátria.

No que se refere à cultura literária de D. Pedro II, escreveu Monsenhor Pinto de Campo que o Imperador discorre bem em todos os saberes humanos. Suas disciplinas prediletas são as ciências físicas e naturais³⁵, astronomia, história natural nas suas variadas divisões e as matemáticas. Aplica-se totalmente aos estudos de história, cronologia e geografia. Tem como objetos de particular atenção e familiaridade os compêndios que tratam da Arte de Governar, Direito Público e Internacional, Econômico e Político, além da Ciência da Administração nos seus vários ramos.

Conhece a fundo as línguas pátria, latina, franceza, italiana e alemã: sabe a hespanhola e a ingleza; não é estranho à grega. A etnografia, a

³⁴ J. M. M. F. (1927, p. 773), além de fazer menção da veia poética de Dom Pedro II, traz a relação de alguns trabalhos literários: “Impressão de viagem – (ao Egipto, Palestina e outros lugares); tradução do hebraico de passagem de Isaias, Job, dos Salmos, de Ruth, Cântico dos Cânticos, etc., tradução de The Story of King Robert of Sicily, de Longfellow; tradução da Ode II Cingue Maggio, de Manzoni, inspirada pela morte de Napoleão I [...] tradução do hebraico para o francez das Poesies Hebraico Provençales, du Rituel Israélite Comtadin; anotações da obra de Pressencé, Les Origines”.

³⁵ Calmon (1975a, p. 112), D. Pedro II, em carta à sua amiga russa Alice Kantzow, segredou-lhe: “A tendência do meu espírito me traz sempre na direção das ciências naturais, para a qual as matemáticas são uma grande auxiliar”.

língua guarani, e os principaes dialectos selvagens hão-lhe sido assumptos de locubração. Faz as suas delícias a litteratura em geral, sendo cabal conhecedor da clássica, e da franceza, italiana, ingleza e allemã.

Esmera-se na cultura da língua portugueza, que falla e escreve com pureza superior ao commum dos letrados (MONSENHOR PINTO DE CAMPO, *apud* J. M. M. F., 1927, p. 727).

Sobre a quantidade de línguas que D. Pedro II estudava, não havia nelas uma finalidade em si, mas este era um meio pelo qual ele poderia adquirir conhecimento. Nesse sentido, afirma Garret (1899, p. 29-30),

[...] por necessidade, para as transacções da vida, que no estado de relações em que se acha o mundo é quase indispensável á máxima parte das classes da sociedade; — por utilidade, para conhecimento de muitos e excellentes auctores que n'ellas escreveram; — para ornamento, porque não só é signal de boa educação, mas familiariza com as litteraturas, costumes e maneiras dos povos, aos quaes a civilização todos os dias estreita e fraterniza mais e mais.

Além do mais, as línguas ocupavam um lugar de destaque na educação dos nobres. Nas *Cartas de Garret*, o autor orientava que, ainda na puerícia, o pupilo deveria ser iniciado no estudo das línguas vivas, não por meio de livros, mas, naturalmente, por meio de palavras e frases. E para aqueles que possuíssem meios, não deveriam poupar despesas com um criado que fosse natural do país da língua que se pretendia ensinar. Para os portugueses, Garret aconselhava que o alemão fosse a primeira língua a ser ensinada, pois, apesar de sua difícil construção, uma vez apreendida, o aluno estaria pronto para, com pouco estudo, aprender todas as línguas que derivam do alemão. Valendo-se deste método, um jovem aos dezoito anos poderia falar e entender muitas línguas com perfeição (GARRET, 1899, p. 64).

Dentro desta perspectiva, pode-se afirmar que a nacionalidade dos professores de D. Pedro II tinha ligação direta com a educação proposta pelos seus tutores, sendo que esta atingiu seu objetivo, uma vez que, aos 18 anos, o Monarca já falava diversos idiomas.

Já o aprendizado das línguas clássicas, o grego e o latim visava o aperfeiçoamento da gramática portuguesa, pois, de acordo com Garret (1899, p. 29), ninguém poderia conhecer perfeitamente sua própria língua sem sabê-las.

Para Lyra (1977b, p. 103), o seu interesse pelas línguas mortas residia no auxílio que elas poderiam trazer “[...] ao aperfeiçoamento de sua instrução em geral. Por isso, talvez, ele não tinha um empenho especial em conhecê-las a fundo. Bastava compreendê-las”.

No tocante aos estudos de tupi-guarani, o interesse do Monarca não se restringia apenas à aprendizagem, D. Pedro II dispensava a essa disciplina uma atenção que era digna de louvor, preocupava-se com o futuro da língua indígena, que estava legada ao esquecimento. Por isso, não descuidava em estudá-las com afinco, creditando ao tupi-guarani um nível igual ao das línguas cultas, sempre afirmando serem elas portadoras de grande valor “histórico e etnográfico” na construção do sentimento nacional (GARCIA, 1927, p. 126).

E foi por meio do trato contínuo com os livros e com os sábios que D. Pedro II teve o seu espírito aperfeiçoado. No final de sua vida, cultivava gosto pelas letras hebraicas levando-o a aprofundar-se nos estudos daquela cultura e, com o extenso conhecimento que possuía, provocava grande respeito aos especialistas na área, que visualizavam nele o Monarca mais instruído do seu tempo (SAMPAIO, 1927, p. 144).

Com relação ao amor de D. Pedro II aos livros, este pode ser avaliado pela quantidade de livros que o Monarca possuía em sua biblioteca: em torno de 60.000 volumes. Na sua biblioteca, havia de tudo um pouco, livros dos mais diversos assuntos, além de um grande número de obras raras e, em havendo uma certa predominância, esta poderia ser verificada nos livros de estudos lingüísticos³⁶ (LOPES, 1927, p. 579-580).

No entanto, havia naquela biblioteca algo que não era comum a todas as bibliotecas e isto não dependia da vontade, mas sim do perfil do seu dono. Este traço particular refere-se às anotações feitas à margem dos livros, que iluminam os textos, que servem para fazer

³⁶ De acordo com Lopes (1927, p. 579), todo o acervo bibliográfico de D. Pedro II foi por ele doado em testamento para a Biblioteca Nacional e para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

ou desfazer a história, para destruir a mentira ou realçar a verdade. Ao ver do autor a biblioteca examinada, atendia perfeitamente aos anseios de um homem como D. Pedro II. “Era enfim a biblioteca de um homem estudioso”, conclui Lopes (1927, p. 581-582).

Era nos ambientes em que os intelectuais reinavam que o Imperador brilhava. Era conhecido por quase todos os homens de ciências, e estes, por sua vez, o admiravam e o tinham em elevada estima, uma vez que reconheciam nele o real interesse que dispensava aos seus trabalhos e às suas produções (OLIVEIRA LIMA, 1927, p. 147).

Para Rangel, a esta educação de D. Pedro II, faltaram os conhecimentos que o colocariam a par da realidade brasileira, partindo dos aspectos particulares até chegar às condições gerais do vasto Império. E não poderia ser diferente, pois os mestres do Imperador, todos estrangeiros, pouco conhecimento possuíam da terra estranha que os acolheu. Por mais ilustrados que fossem, e realmente o foram, não poderiam ter transmitido uma formação com características nacionais. “Nesses forasteiros não existia o fogo sagrado, que os levasse a transmitir ao discípulo o calor do interesse pelo Brasil que êles próprios desconheciam” (RANGEL, 1943, p. 66).

Nesse sentido, nas *Cartas de Garret*, o autor afirma que nenhuma educação poderia ser boa se não fosse altamente nacional. Até porque nem mesmo o “cidadão de Genebra” seria capaz de bem educar um cidadão estranho à sua cultura. As escolas e os sistemas de outros países deveriam ser estudados não para que fossem enviados para lá se educarem os jovens, mas sim para aperfeiçoamento do sistema escolar das instituições nacionais. Desse modo, ao utilizar livros estrangeiros para instruir era o mesmo que promover uma educação estrangeira (GARRET, 1899, p. XVI).

De acordo com o livro *O Novo Príncipe, ou o Espírito dos Governos Monarchicos*, outro inconveniente na educação de D. Pedro II foi a sua excessiva aplicação ao estudo das ciências e da literatura. Quanto mais o Príncipe delas se ocupasse, mais se afastaria dos negócios, uma vez que, quando o espírito anda absorto em reflexões muito sublimes, o desempenho das tarefas mecânicas do governo será um peso muito grande (GAMA E CASTRO, 1841, p. 356).

Ao que tudo indica o espírito de D. Pedro II foi um exemplo desta proposição. Para o Monarca, sua posição lhe era enfadonha, em carta enviada à Condessa de Barral em vinte e um de março de 1884, D. Pedro II escreveu: “[...] tenho meus estudos e meus livros

cumpro mesmo com fadiga às vezes as obrigações de meu encargo” (DOM PEDRO II, 1956b, p. 232).

Embora na sua formação não lhe tenham dado a conhecer a realidade da Nação e não se sentisse à vontade com o seu ofício de Rei, D. Pedro II não se descuidou de suas obrigações. Levantava-se muito cedo e se deitava muito tarde, e estava sempre trabalhando. Percorreu várias províncias do país na ânsia de tudo conhecer, tudo fiscalizar, verificando as necessidades e avaliando os recursos. Além das viagens, o Monarca procurou suprir a falha de sua educação, estudando com afincamento todas as questões políticas, todos os negócios, projetos e relatórios que lhe eram apresentados pelos seus ministros e pelos presidentes das províncias, nos quais constavam dados minuciosos de situações políticas, bem como as necessidades de cada província. As informações passadas pelos estadistas, em muitas situações, sofriam a complementação ou a contradição do Monarca, uma vez que já havia se inteirado da situação do país.

Nesse sentido, encontra-se o registro do Imperador no *Diário de 1862* quando da nomeação de Sá e Albuquerque para presidente da Bahia: “[...] guardando-me para lhe falar sobre as diversas necessidades da província da Bahia quando êle se viesse despedir tendo até então tido tempo de examinar os últimos relatórios da província” (D. PEDRO II, 1956a, p. 214).

Também nos conselhos à Princesa D. Isabel, D. Pedro II reafirmava seu costume de orientar os presidentes: “Quando se me apresentam os presidentes nomeados antes de irem para as Províncias, eu costumo chamar sua atenção para as principais necessidades delas, para o que trato de ler todos os relatórios provinciais [...]” (D. PEDRO II, apud BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 648).

Outro hábito do Monarca era o de interrogar todas as pessoas sem exceção, usando de mórbida curiosidade, pois: “[...] só por meio d’ella o chefe de um paiz tão vasto podia formar conceitos diretos e pessoas sobre todas as cousas” (AZEREDO, 1923, p. 41).

Desse modo, ao analisar a educação de D. Pedro II, que teve como princípio a honra, a virtude e a bondade, verificando se foi esta útil ou não ao progresso da Nação, comparando este modelo de educação com o de outras nações mais civilizadas, alguns limites precisam ser estabelecidos.

Primeiro: não se pode exigir que uma nação seja madura sem que primeiro tenha sido menina e adulta, querendo fazer com que a sociedade ande aos empurrões. Assim, querer que o Brasil, cuja economia quase essencialmente agrária e com mão-de-obra escrava, estivesse nas mesmas condições das nações que já estavam em plena maturidade política e no auge desenvolvimento industrial são esforços “[...] inúteis, senão ainda nocivos; por que o único resultado que podem ter, consiste em collocar as instituições da nação que os soffre em perfeita contradição com as suas circunstancias” (GAMA E CASTRO, 1841, p. 72).

Em segundo lugar, como nem todas as nações iniciam sua história política do mesmo ponto da órbita comum de civilização, esta é a causa porque o movimento de todas elas seja essencialmente igual quando se examina com pouca reflexão, elas se mostram claramente diferentes.

A única diferença que realmente existe he que cada nação, conforme as diferentes circunstancias em que se acha, gasta tempo diferente em correr hum determinado segmento da orbita que para todas he huma; e a razão he porque também as fermentações chimicas, differem em energia e rapidez, segundo as circunstancias do tempo e do lugar e sobretudo segundo a quantidade da massa que entra em fermentação, e segundo a maior ou menor elevação da sua temperatura política (GAMA E CASTRO, 1841, p. 75).

A mesma situação que na França, onde a massa em fermentação era muito grande e a temperatura política muito elevada, poucos anos foram suficientes para que acontecessem várias mudanças na sociedade, passando da monarquia para a aristocracia, da aristocracia para a democracia, da democracia para a anarquia e da anarquia para a tirania; na Rússia, onde o clima político não estava muito elevado, e a massa além de ser pequena estava dispersa em um grande território, foram necessários quase dois séculos para que o país fosse do estado de “[...] absoluta crueza de que Pedro I a fez sair para o de rigorosa severidade [...]” (GAMA E CASTRO, 1841, p. 75).

Desse modo, pode-se concluir que, semelhantemente no Brasil, o seu grande território povoado por uma pequena massa, além das dificuldades de comunicação, foram fatores decisivos na lentidão do desenvolvimento político e material.

Assim, uma vez conhecida a história de uma determinada nação ou a natureza do caráter político de uma época e a sua vida política, fica fácil estabelecer, seguramente, a próxima forma de governo que sucederá.

E essa foi a compreensão que D. Pedro I teve quando abdicou em favor de seu filho D. Pedro II, adiando o estabelecimento do regime republicano. Também a tiveram os homens que foram os responsáveis pela educação do pequeno Monarca que o submeteram, desde aos seis anos, às influências locais, pois seria o primeiro chefe da Nação genuinamente brasileiro. Desse modo, acalmaram os ímpetos dos exaltados e contentaram os que queriam a República.

D. Pedro II cedeu-se com facilidade aos ensinamentos que lhe apregoaram educadores e tutores, cuja inclinação, munida de extrema percepção, era impedir a corrente aberta de Napoleão Bonaparte contra as monarquias tradicionais. Desse modo, todos os atos da menoridade do Imperador foram presididos pelo ideal: da ordem, da preservação da unidade nacional, da integridade do território brasileiro.

Embora muitos biógrafos afirmem que a educação de D. Pedro II tenha sido falha, devido ao seu alto grau enciclopédico, o Imperador, ao atingir sua maioridade política e espiritual, possuía perfeita noção de sua missão histórica.

3. A AÇÃO POLÍTICO-EDUCATIVA DO IMPERADOR DO BRASIL – DOM PEDRO II – 1840-1889

O objetivo deste capítulo é demonstrar que o aprendizado político de D. Pedro II se inicia com o Decreto da Maioridade, e relatar sua ação frente aos Gabinetes e Ministérios ensinando à elite, aos partidos e a D. Isabel o modo correto como a Nação deveria ser administrada.

D. Pedro II foi educado por homens que nutriam um verdadeiro horror ao caos, e ensinaram-no que tanto a nação quanto o poder se estabelecem através da paz e sem mudanças. A exemplo de Richelieu, achavam que as inovações eram perigosas, viam-nas como pedras retiradas das bases do governo. Por isso, o Monarca, ao invés de lutar para obter glória devido a seus feitos, deveria buscar manter a ordem.

Desse modo, de acordo com Calmon (1975a, p. 194),

A educação previdente desenvolveu-lhe as faculdades em prejuízo das propensões; no caso, as que derivavam (ou se temeu que derivassem) dos quatro costados régios. Incutiu-lhe a timidez (para que fosse retraído) e a segurança (para que fosse conservador); fugindo ao *gesto* (que lembraria o déspota) e à *mudança* (que lembraria o revolucionário); instalado (seria a conclusão de psicólogos e psiquiatras) no conceito estático de si.

Ao manterem o Monarca separado das idéias republicanas que grassavam nos territórios europeus e americanos, evitavam que as influências sobre ele fossem exercidas de fora para dentro. Desse modo, poderiam preservar sua mentalidade dentro dos moldes por eles estabelecidos, na qual a virtude seria complementada pela sua notável inteligência.

Valendo-se do seu espírito de ordem e de uma conduta permeada pela moralidade, durante um longo período, D. Pedro II imprimiu no país a sua marca pessoal. De educando passou a educador.

Dotado de uma personalidade delineada pela simplicidade dos hábitos pessoais em contraste direto com o esplendor da Corte, deixava bem clara a divisão entre o homem e o Estado. O lema por ele adotado, numa espécie de gradação, era muito significativo: “[...] Deus, Humanidade, Pátria, Família, Individuo [...]” (DOM PEDRO II, 1956a, p. 15).

Por isso, durante quase meio século de reinado, manteve-se fiel a essa hierarquia, sem deixar que suas aspirações pessoais e seus gostos influíssem sobre os interesses do Estado.

Em 23 de julho de 1840, D. Pedro II começou a desempenhar totalmente suas funções constitucionais, ainda que a cerimônia de coroação tivesse ocorrido só em 1841. Costa Porto (1976, p. 137) afirma que o golpe da maioria foi uma revanche do Partido Liberal, uma vez que os conservadores se encontravam à frente do governo regencial com Araújo Lima, cumprindo um mandato de quatro anos e existia a chance da reeleição que possibilitaria a sua permanência no poder até 1843, ano em que D. Pedro II completaria 18 anos.

No entanto, Araújo Lima somente deixaria o poder renunciando ou sendo destituído do cargo. Como não havia ambiente para tal, surgiu uma terceira opção: fazer com que a maioria do Príncipe herdeiro do trono fosse antecipada, pondo fim à instabilidade das Regências políticas, realizando um desejo antigo da sociedade que, de um modo geral, rejeitava essa forma de governo (COSTA PORTO, 1976, p. 137).

O governo regencial era transitório e a autoridade ali existente era mantida pela articulação política. Num momento, o governo atendia solicitações de um determinado partido; em outro, alimentava a “luta de interesses”, jogando político contra político. Mediante esse conjunto de igualdades instáveis, defendia os privilégios do chefe do Estado (TAVARES LYRA, 1977, p. 268).

Por outro lado, o Ato Adicional, com sua doutrina de descentralização “ambígua”, colaborava com os surgimentos dos conflitos nas Províncias, causando danos ao Poder Central. Este, por sua vez, perdia espaço devido ao aumento da força do comando político em várias Províncias (TAVARES LYRA, 1977, p. 269).

O que resultava dessas lutas era o sacrifício dos interesses mais nobres da sociedade brasileira, auxiliado pela sua formação histórica, que ainda não havia se libertado dos vícios adquiridos com o regime das Capitanias Coloniais; as quais a Corte de Portugal, sempre fez questão que permanecessem autônomas, e subordinadas diretamente a Lisboa. Assim, a ação política da Corte, no momento em que se expandia o desejo de libertação, foi colocar empecilhos à concretização da unidade da Nação Brasileira.

Além disso, a ampla extensão territorial e os frágeis meios de comunicação de que dispunha o Governo impediam sua ação mais efetiva nas Províncias que faziam parte de um todo, mas estavam totalmente isoladas entre si. Desse modo, era inaceitável que o país se unisse com o objetivo de fortalecer e afirmar o sistema Regencial de Governo. (TAVARES LYRA, 1977, p. 270).

Em 1840, o governo regencial já estava totalmente desgastado. “[...] Nem o Regente Olinda, nem de novo Feijó, nem os dois Andradas (José Bonifácio falecera em 1838), nem Eusébio de Queirós, nem Bernardo de Vasconcelos, nenhum, enfim, dos homens eminentes da época, podia restituir-lhe o prestígio e o vigor de que carecia para durar”. Os Ministérios eram instáveis; a exposição pomposa de programas que caíam rapidamente no esquecimento; a ação enérgica na formação de Gabinetes, tudo contribuía para o desassossego “do espírito público”. Mesmo os homens mais perseverantes não acreditavam que o País conseguisse “[...] vencer aquela fase dolorosa”. O desejo geral era que o Imperador assumisse de uma vez sua posição no país, de modo que a Nação pudesse colocar em funcionamento o aparato total das regras que a governavam. Era imprescindível no poder, um único homem que, usando de sua sabedoria, aplicasse “recompensas e castigo”, pois quando o poder está nas mãos de muitos, há incertezas no ato de governar, que ficava sujeito à falta de princípios e regras (LYRA, 1977a, p. 68).

No início, tais reivindicações se perdiam no espaço, até porque os homens mais centrados buscavam evitar que fossem tomadas atitudes radicais, preferindo manter aquela situação até que D. Pedro II completasse 18 anos, atingindo, assim, a idade legal, que lhe permitia assumir o Governo sem provocar alterações na lei.

No entanto, a Regência se desfazia e o mal-estar aumentava, fazendo com que a idéia da antecipação da maioria tomasse corpo e crescesse. Embora a calma fosse aparente, o quadro que se apresentava ao longo de 1839 era de desordem e estagnação, daí o propósito da maioria, uma tentativa de salvar a Pátria³⁷ (COSTA E PORTO, 1976, p. 138).

³⁷ Costa Porto (1976, p. 140) esclarece que, entregando o poder a D. Pedro II, estaria atendendo ao anseio nacional e normalizando o País, sendo assim, uma questão de “[...] salvação imperiosa e inadiável [...]”, no entanto, havia ainda um embaraço na lei, pois o artigo 121 da Constituição de 1824, de uma maneira lacônica decretava: “O Imperador é menor até a idade de dezoito anos completos.”

Para que essa campanha ganhasse a simpatia da sociedade, como primeiro passo, foi fundado em 15 de abril de 1840 o Clube da Maioridade³⁸, que seria o responsável pelas estratégias da luta que se travaria legalmente no Parlamento, sendo amparada pela opinião pública.

Os maioristas, ao entrar em ação através de José Martiniano de Alencar, apresentaram ao Senado um projeto, no qual declarava a Maioridade do Imperador (VIANNA, 1980, p. 470). O projeto não foi aprovado, porém o movimento mobilizou a opinião pública sobre a questão da Maioridade, com a participação da imprensa, incluindo até mesmo os pequenos jornais e pasquins da época. Assim, era muito comum o surgimento de panfletos, versos populares³⁹ e freqüentes discussões, aumentando, diariamente, a campanha dos maioristas.

Havia duas possibilidades para a antecipação da Maioridade de D. Pedro II: “[...] um golpe militar, ou um golpe da minoria parlamentar”. A primeira opção não poderia ser colocada em prática devido à falta de apoio da tropa. Então, o Deputado Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva lançou mão da segunda prerrogativa (LYRA, 1977a, p. 68).

Como a nova tentativa de colocar em votação o projeto de antecipação da Maioridade foi frustrada, uma comitiva se dirigiu até Sua Majestade com o propósito de pedir-lhe para assumir, de imediato, suas funções. Após ter ouvido a comissão, D. Pedro II buscou o conselho de algumas pessoas, entre as quais o próprio Regente Araújo Lima, só então decidiu aceitar o que lhe era sugerido, tendo em vista atender às conveniências da

³⁸ De acordo com Vianna (1980, p. 470), este grupo foi criado por iniciativa do Senador Padre José Martiniano de Alencar. Sua diretoria foi composta dos seguintes membros: Presidente, Deputado Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva; Vice-Presidente o Senador Antonio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, que, mais tarde, tornou-se Visconde de Albuquerque; Secretário, o próprio Alencar. Dentre os seus membros mais notáveis estavam o Senador Padre José Bento Leite Ferreira de Melo, os Deputados Antonio Paulino Limpo de Abreu (futuro Visconde de Abaeté), Francisco Ge Acaiaba de Montezuma (depois Visconde de Jequetinhonha), Cônego José Antonio Marinho, Francisco Alves Machado, Teófilo Benedito Ottoni e muitos outros, todos filiados ao novo Partido Liberal, que foi criado em oposição à Regência de Araújo Lima.

³⁹ Costa Porto (1976, p. 144) traz um dos versos que, no dia em que foi proclamada a Maioridade, era cantado a uma só voz pelo povo: “Queremos Pedro II, embora não tenha idade. A nação dispensa a lei e viva a Maioridade”.

ordem pública, já francamente alterada com a questão. “[...] Determinou, então, que se convocasse para o dia seguinte a Assembléia Geral. Reunida, esta, no dia 23, perante ela prestou o Imperador o compromisso constitucional⁴⁰, e entrou a governar, pondo termo ao tormentoso período das Regências [...]” (VIANNA, 1980, p. 471).

Ao se resolver o problema da Maioridade, iniciou-se o Segundo Reinado. No entanto, o clima era sombrio no território nacional. Os tumultos da Bahia e do Pará haviam acabado; em Santa Catarina, a paz estava sendo restaurada; mas, em outras Províncias, surgiam rumores de revoltas.

As várias rebeliões regionais ocorridas anteriormente, mais do que enfraqueceram a unidade nacional, minaram a autoridade dos latifundiários sobre as classes subjugadas, intensificando-se a presença da “desordem social”. O pavor da insurreição coibia o anseio de governo local. No entanto, muitas dessas rebeliões territoriais não possuíam objetivos definidos, seus estímulos eram primordialmente as concorrências elitistas daquelas regiões, que acabavam fugindo do controle dos seus incentivadores. Somente na Província do Rio Grande do Sul, os proprietários mantiveram-se firmes à frente da Revolução (GRAHAM, 1997, p. 74).

O país trazia no bojo da era colonial o princípio da descentralização, que, no período do domínio lusitano, equivalia à desunião. Isso porque, ao dividir o país em capitânicas durante o governo geral, concedia a estas uma autonomia parcial, pois estavam mais ligadas à metrópole do que umas às outras no trato de assuntos que resultariam em alteração do seu processo evolutivo⁴¹ (SODRÉ, 1998, p. 39).

Assim, a tradição no Brasil não era de união e sim de desagregação, contribuindo para isso as distâncias, o tempo gasto nas viagens e a diversificação das lavouras (SODRÉ,

⁴⁰ Tavares Lyra (1977, p. 269) transcreve o juramento prestado por Dom Pedro II: “Juro manter a religião Católica, Apostólica, Romana, a integridade e a indivisibilidade do Império, observar e fazer observar a constituição política da Nação brasileira, e mais leis do Império e prover o bem geral do Brasil quanto em mim couber”.

⁴¹ Sodré (1998, p. 39), nesse sentido, traz a seguinte informação: “A divisão do território em províncias que se achavam em maior intimidade com o governo de Lisboa que com o governador geral e depois com o vice-rei, inspirava-se evidentemente no conceito de conveniência de utilizar-se com maior eficácia possível das riquezas do Brasil, sem facilitar ao mesmo tempo a eclosão de uma consciência política tendente à unificação da colônia”.

1998, p. 40, 42). Um país desunido, um grupo de políticos cansado das indecisões de um Governo Regencial incapaz de cessar uma guerra civil, foi a situação que o menino de quinze anos aceitou com a sua célebre frase: “quero já”⁴² (BOMFIM, 1986, p. 196).

A antecipação da Maioridade e o fato da Nação estar sendo governada pelas mãos do Imperador, ainda inexperiente, não se constituíram em fatores suficientes para arrefecer os ânimos e trazer paz ao país. Nos primeiros dez anos após a Maioridade, o Imperador esteve sempre às voltas com um regime cheio de incertezas e um ambiente político efervescente. Naturalmente os Ministérios foram afetados por esse meio, ocorrendo, assim, as sucessivas trocas de Gabinetes, que tornavam quase impossível governar. Num espaço de 13 anos, ou seja, de 1840 até 1853, 11 Gabinetes se alternaram no Governo, deixando visível a oscilação do poder (LYRA, 1977, v.1, p. 81).

3.1. O início do aprendizado político de D. Pedro II

Antes de assumir o Governo, D. Pedro II havia sido intencionalmente afastado dos negócios políticos. Por isso, a primeira década foi de difícil aprendizado do ofício de se tornar um Imperador Constitucional.

O órfão e adolescente em 1840 revolucionariamente chamado a exercer tão delicadas funções, apesar dos mestres que teve, nomeados pelas Regências de sua menoridade, teria de ser principalmente um autodidata, inclusive quanto à arte de governar através de elástico entendimento do Poder Moderador de que se achava investido (VIANNA, 1966, p. 131).

⁴² Calmon (1975a, p. 136- 137) traz a seguinte afirmação de D. Pedro II, com relação ao “quero já”: “[...] não me exprimi assim. [...] E se disse que preferia imediatamente é porque os que me aconselhavam — tinha apenas 14 anos e sempre retirado da sociedade política — disseram-me que assim era preciso para evitar desordens. [...] Eu não tive arrebatamentos. Se não fosse aconselhado por diversas pessoas que me cercavam teria dito que não queria”.

As várias convulsões pelas quais o país atravessava naquele período, provocadas pelas revoltas provinciais, tais como: a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, que só foi debelada em 1845; a rebelião dos liberais mineiros e paulistas em 1842; os motins em 1844 em Alagoas; as desordens em Pernambuco com a Revolta Praieira nos anos de 1848-1849, que repercutiu nas províncias vizinhas, foram efetivamente uma grande contribuição para a sua preparação política.

De igual modo, a sua formação sofreu a influência de alguns notáveis estadistas que com ele dirigiriam a Nação, muitos deles com uma larga experiência adquirida no período regencial, outros já transitavam nos bastidores do poder desde a época da Independência. Alguns destes homens foram seus educadores: o mestre e senador Candido José de Araújo Viana, o tutor Itanhaém e o mais atuante de todos o futuro visconde de Sepetiba, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, que, devido aos serviços prestados anteriormente, além de suas brilhantes qualidades como diplomata, desfrutava da confiança e da amizade do Monarca.

O grupo do Paço, denominado de facção áulica, era chefiado por Aureliano de Souza. Este possuía um prestígio político tão grande que adquiriu a fama de enriquecer politicamente o partido ao qual ele se aliasse.

A confusão existente àquela época não se restringia apenas às rebeliões provinciais, o tempo em si era confuso, aliás, tão comum na história das civilizações jovens, “[...] confusão não só de idéias e de princípios, mas também de homens, de partidos, de tendências. Somente agora, com o Imperador no trono, é que se irão identificar progressivamente os dois partidos constitucionais [...]”, demarcando os espaços, e definindo as áreas onde cada um irá atuar (LYRA, 1977a, p. 80).

Desse modo, os partidos se dividiram; o primeiro, com tendência conservadora que possuía o caráter notadamente monárquico, diante dos movimentos revoltosos de seus oponentes, assumia uma postura reacionária, isso devido à característica própria de sua natureza. O outro partido, com tendência ao liberalismo, distinguia-se pela sua natureza puramente republicana, mas que, aos poucos, enfraqueceria até se moldar aos anseios do

Império liberal. O que explica a expressão de que não existe nada mais conservador do que a existência de um liberal exercendo o poder⁴³.

Durante os dez anos iniciais de governo, o jovem Monarca foi envolvido nesse ambiente de intranqüilidade, intrigas e sobressaltos diários. Tal situação refletiria no seu caráter em plena formação, tornando-o cada vez mais reservado do que já era por índole, fechando-se naturalmente como autodefesa “[...] contra o que existia, sobretudo, no fundo, nessas revoluções e lutas de partido, de ambições insatisfeitas ou de desejo de mando sobre a sua mocidade inexperiente” (LYRA, 1977a, p. 81).

O regime de incertezas e as grandes agitações políticas transformaram o parlamento em um barril de pólvora, pronto para explodir. Como consequência, os ministérios também se ressentiam com a situação, provocando as sucessivas trocas de gabinetes. Não bastasse esse estado de coisas, alguns dos homens que o cercavam, com o intuito de corromper o coração de D. Pedro II, usavam de elogios os mais descabidos possíveis.

Naquele momento histórico, não faltaram ingredientes para que fosse formado um déspota insidioso e violento — ou um Príncipe demagogo, oligarquista e conspirador. No entanto, o resultado final foi um homem íntegro, piedoso, bom e audaz, um ferrenho defensor da lei, “[...] do direito e da liberdade, um filósofo coroado que reconhecia, ao lado e acima da soberania dos reis, a transcendente soberania do Espírito” (AZEREDO, 1923, p. 26).

E isso só foi possível, acima de tudo, graças ao bom senso revelado precocemente por D. Pedro II, muito mais do que nos velhos estadistas que o rodeavam. É possível afirmar que ele se manteve distante das intrigas e isolado das politicagens, assumindo sua verdadeira posição de Rei Constitucional.

⁴³ Fausto (1996, p.180), com relação a frase acima, traz a outra versão muito comum na época: “[...] nada mais parecido com um Saquarema do que um Luzia no poder ”, esclarece ainda que: “[...] ‘Saquarema’, nos primeiros anos do Segundo Reinado, era o apelido dos conservadores, que por sua vez derivava do município fluminense de Saquarema, onde os principais chefes do partido possuíam terras e se notabilizaram pelos desmandos eleitorais. ‘Luzia’ era o apelido dos liberais, em uma alusão à Vila de Santa Luzia, em Minas Gerais [...]. A idéia de indiferenciação dos partidos parecia também confirmar-se pelo fato de ser freqüente a passagem de políticos de um campo para o outro”.

O seu aprendizado político se dividia em assistir duas vezes por semana ao Conselho dos Ministros, em que se inteirava dos negócios, mas deles não se ocupava, senão como um estudo prévio, somente excetuando aquilo que se referia a nomear e conceder favores, especialmente aos servidores do Paço. Revelando, assim, a precocidade de certas peculiaridades de seu caráter. Esse cuidado em fiscalizar não só nomeações e concessões de favores, mas toda a administração, foi uma política que o tempo acentuou profundamente em D. Pedro II.

De acordo com Lyra (1977a, p. 86), nos relatórios que o Barão Daiser enviou para o Príncipe de Metternich, encontra-se o cotidiano de D. Pedro II. Levantava-se entre cinco e seis horas da manhã, após lavar-se fazia suas orações, em seguida lia todos os pedidos de graças e os jornais. Do horário das nove da manhã até as duas horas da tarde, dividia o tempo entre lições de História Geral e Direito Público, também fazia traduções, sobretudo do grego. Estas atividades eram sempre intercaladas por algumas recepções e Conselhos dos Ministros Na agenda do jovem Imperador, ainda constavam: audiências particulares, visitação a estabelecimentos públicos, visitas à Biblioteca Imperial, assistir a missas, concessão de títulos e nomeações. À noite, assistia a alguns espetáculos com as suas irmãs.

Sobre o seu desempenho, em outro relatório do Barão Daiser, constava que D. Pedro II era valente no trabalho e aplicado nos estudos aos quais dava continuidade com muito êxito, e que nestes estava a sua verdadeira tendência. Mas, com relação a sua atuação política, afirmava:

Felizmente que, apesar da declaração da Maioridade, a pessoa do Imperador não é ainda visada. O grande bom-senso da Nação reconhece bem que essa Maioridade não é no fundo senão uma ficção, e que nada do que se faz de importante nestes primeiros tempos do seu Reinado lhe pode ser diretamente atribuído (DAISER, *apud* LYRA, 1977a, p. 87).

Colocado de lado o afastamento dos primeiros anos, D. Pedro II foi, aos poucos, tomando as rédeas do país, movido muito mais pela desconfiança em todos os que o rodeavam do que pelo desejo de mandar.

D. Pedro II iniciou seu reinado pela “clemência”, incentivado pelo ministério que acabava de nomear em 22 de agosto, outorgava a anistia a todos quantos, de uma forma ou

de outra, estivessem “[...] envolvidos em crimes políticos [...]”. O Decreto foi acompanhado por um pronunciamento aos revoltosos do Rio Grande do Sul, em termos que deixavam claro a benevolência que anistia, e a força que intimida, convidava-os para se associarem novamente à “sociedade brasileira” (NASCIMENTO, 1927, p. 678).

Outra ação política de D. Pedro II, no início de seu governo, foi a derribada do Ministério da Maioridade, em março de 1841, que se desgastou junto à opinião pública, uma vez que não conseguiu debelar a Revolução Farroupilha.

O Decreto da dissolução preventiva da Câmara em 1842 e a convocação de novas eleições foram outras atuações política do Imperador nos primeiros anos de seu Reinado. Os deputados eleitos em 1840 e convocados para compor a Câmara para a legislatura de 1842 foram acusados de terem burlado as eleições, colocando os resultados sob suspeição. Por isso, D. Pedro II dissolveu a Câmara.

Nas várias reformas e medidas tomadas pelo Gabinete Conservador de 1841, tidas como “regressistas”, duas foram de vital importância: a restauração do Conselho de Estado e a Reforma do Código do Processo Criminal. A primeira limitava o Poder Moderador do Monarca — logo, dirigiu toda a vida política e administrativa da Nação; a segunda estabeleceu a Chefia de Polícia nas províncias, com o objetivo de garantir a ordem pública em todo o país. Como consequência, os líderes ou chefes políticos locais perderam suas influências e isto provocou a desarticulação da estrutura político-partidária regional.

Essa situação veio ao encontro dos desejos de D. Pedro II, já que era uma preparação para que, em 1847, fosse criada a Presidência do Conselho de Ministros. Assim, o Monarca pôde afastar-se das intrigas daqueles que buscavam o poder; aliviando-se das tensões provocadas pelos dois partidos (FERNANDES, 1998, p. 73).

Desse modo, em 1843 quando D. Pedro II aceitou a demissão de todo o Gabinete, o Monarca realizou um importante ato político. Delegou a Honório Hermeto Carneiro Leão (o futuro Marquês de Paraná) a organização do novo Gabinete. A atitude o Imperador não só buscava afastar-se das tensões partidárias e das críticas que surgiam com as indicações para Ministros, mas traduzia um propósito mais elevado e menos pessoal. Era a primeira manifestação de seus anseios que, em 1847, efetivou-se através da criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros. Desse modo, o Monarca abria mão, voluntariamente,

de uma das suas principais prerrogativas outorgada pela Constituição, a livre escolha de Ministros, e inaugurava o sistema parlamentar brasileiro.

Outro ato de D. Pedro II digno de ser mencionado ocorreu em 1844 quando Honório Hermeto Carneiro Leão propôs ao Imperador a demissão do inspetor da Alfândega, alegando que o cargo era de confiança do Gabinete, o que não era verdade, pois se tratava de um cargo administrativo. O Monarca se recusou a atender tal solicitação e Carneiro Leão se demitiu, levando consigo todo o Gabinete.

Por esta atitude, o Imperador foi acusado por Tito Franco de protecionismo. Nesse sentido, declarou o Monarca:

Nunca tive favoritos. Recusei, é certo, a demissão do inspetor da alfândega desta cidade e concedi a do ministério, que disso fizera questão, por dous motivos. Em primeiro lugar, não me provara o ministro nenhuma irregularidade no procedimento daquelle funcionario honestíssimo. Depois, eu era então muito moço; começava a exercer as minhas funcções e entendi dever mostrar que tinha vontade e resolução (D. PEDRO II, 1915, p. 251).

Diante dessa declaração, é possível constatar que D. Pedro II não se deixava manipular e que suas atitudes sempre se pautavam pela justiça. Mais tarde, ele afirmaria: “[...] sou sensível ás injustiças e me dóem os apodos [...]” (D. PEDRO II, *apud* J. M. M. F., 1927, p. 728).

Nessa afirmação do Monarca, é possível encontrar, mais uma vez, vinculação com o pensamento de Frederico II (1998, p. 22): “É então a justiça, ter-se-ia dito, que deve constituir o principal objeto de um soberano”. No *Diário de 1862*, o Imperador afirmou que não formulava preconceito de ninguém sem que lhe fossem apresentadas as provas necessárias, sendo esta sua posição constante diante das queixas e das acusações que às vezes eram-lhe enviadas (D. PEDRO II, 1956a, p. 190).

3.2. O Imperador ensina a elite a administrar

A forma como o Imperador ensinava a elite política a administrar o País foi constatada já nos primeiros anos após sua Maioridade. Mesmo não governando, ainda, no amplo sentido da palavra, D. Pedro II não ficava alheio e nem tampouco afastado dos negócios administrativos. A consciência de sua posição de Chefe de Estado estava nele inculcada. Ao mesmo tempo em que permitia que os Ministros administrassem em seu nome, explicitava seu posicionamento aos seus auxiliares diretos por meio de cartas e bilhetes, fazendo-os sentir sua presença, e, quando necessário, fazia questão que suas instruções ou sua maneira de pensar fossem levadas ao conhecimento de todos.

A prova dessa afirmação se encontra em uma série de bilhetes que o jovem D. Pedro II enviou a José Clemente Pereira, Ministro da Guerra, entre março de 1841 a janeiro de 1843, período em que se sucederam a Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul e a Revolta do Movimento Liberal de São Paulo e Minas Gerais. Ao todo são vinte e sete cartas. Onze delas tratavam de assuntos e providências relacionados à Revolução dos Farrapos; quatro sobre a Revolta Liberal; e as outras onze traziam questões da Secretaria de Estado da Guerra.

As cartas talvez sejam dos poucos documentos que restaram da correspondência de D. Pedro II com os seus Ministros, mas trata-se de material suficiente para perceber que, aos poucos, o jovem Monarca estava se integrando ao seu papel de Rei Constitucional. Nesses bilhetes e cartas, o Imperador se exprimia em um tom imperativo. Embora muitos atribuíssem os atos do Imperador à influência de Aureliano Coutinho, o que talvez fosse até possível, entretanto, ao impor suas decisões ao Ministro da Guerra José Clemente, o Monarca deixava claro sua vontade de mandar (LYRA, 1977a, p. 89).

É necessário ressaltar que o Ministro José Clemente era um homem com quase 60 anos de idade, cuja lista de serviços prestados ao país era extensa. Foi um dos principais personagens no episódio da Independência. O Monarca, todavia, era um rapaz de 17 anos que subiu ao trono havia apenas dois anos.

No sentido de dar mais autenticidade ao que se está afirmando, transcrevem-se, a seguir, alguns desses bilhetes:

Sr. José Clemente — Amanhã traga, antes da conferência, para Eu ver, a resposta, por escrito, que há de apresentar a seus colegas, e na quarta-feira a Mim, no despacho; e, quanto antes, trate de organizar a tabela que, com tanta instância e razão, pede o Presidente do Rio Grande na sua carta de 25 de abril de 1842. (DOM PEDRO II, *apud* LYRA, 1977a, p. 89).

Era uma constante D. Pedro II, naquele período, nomear-se através de iniciais maiúsculas nas cartas e bilhetes que enviava aos seus Ministros. Lyra (1977a, p. 296) sustenta que este ato pode ser interpretado como uma maneira que D. Pedro II usava para afirmar sua autoridade e confirmar sua superioridade, querendo, desse modo, fixar sua posição sobre os demais dirigentes do país. Com o estabelecimento de sua autoridade, o Imperador abandonou esse costume.

Nos bilhetes enviados ao Ministro sobre a Revolução Liberal dos mineiros e paulistas, percebe-se o mesmo tom imperativo: “Devemos, quanto antes — diz ele —, ver se convém ou não o emprego do armamento que se acha no Bananal”. Em outra carta, D. Pedro II não considerava prudente a indicação do Tenente-Coronel João da Silva Machado para assumir o comando dos soldados que estavam acampados em Curitiba (DOM PEDRO II, *apud* LYRA, 1977a, p. 90)

Ao acrescentar, no final de alguns bilhetes, a expressão — “Prudência, força e diligência.”, o Imperador sugeria quais as normas que deveriam nortear a ação dos Ministros (DOM PEDRO II, *apud* LYRA, 1977a, p. 90).

Ainda orientando sobre os rebeldes de Minas Gerais, D. Pedro II se reporta a José Clemente exprimindo sua firmeza e seu desejo: “Os Coronéis Cid e Freitas devem responder ao Conselho de Guerra e não comandar mais. Porque não responde também Ataíde⁴⁴, que cometeu um ato de insubordinação? São necessários exemplos ao meu relaxado Exército” (DOM PEDRO II, *apud* LYRA, 1977a, p. 90).

Neste sentido, observa-se que, se o Monarca já estivesse em sua idade madura e possuísse uma longa experiência como governante, talvez não fosse tão autoritário e rigoroso como fora o jovem D. Pedro II.

⁴⁴ Trata-se do Tenente-Coronel Assis Ataíde.

O Imperador também não se descuidava dos problemas concernentes aos assuntos administrativos do Ministério da Guerra. Vigiava, constantemente, desde as grandes questões de utilidade pública até os pequenos detalhes, inclusive na aplicação de recursos. Por ocasião da reforma que José Clemente estava realizando na Pasta da Guerra, enquanto o Ministro elaborava novos regulamentos, o jovem Monarca acompanhou de perto o trabalho e se interessou muito por todos os detalhes, não dando sossego ao Ministro.

Não dar sossego aos Ministros, quando desejava alguma coisa, parece ser uma característica do caráter de D. Pedro II. Em 1869, período em que acontecia a Guerra do Paraguai, D. Pedro II já exercia plenamente suas funções majestáticas, o Imperador insistia, por meio de cartas ao Ministro da Fazenda Sr. Barão de Cotegipe, que enviasse mais lanchas a vapor ao Sr. Eliziário.

S.M. o Imperador constantemente me quebra a cabeça com a necessidade de remetter mais lanchas á vapor a V.Ex. Eu não estou persuadido della; porque V.Ex. tem seis á sua disposição, segundo meus cálculos, e já dei ordem para lhe serem enviadas mais duas de Montevidéo. Mas como desejo que nada lhe falte, peço-lhe que na primeira ocasião me diga se com effeito precisa de mais algumas [...] (BARÃO DE COTEGIPE, *apud* DOM PEDRO II, 1933, p. 109).

E assim, exercitando o seu lado insistente, o jovem Imperador se desdobrava em questionar o Ministro José Clemente: Qual era o Marechal mais antigo do Exército? Por qual motivo suas irmãs não assistiam em carro aberto aos exercícios militares? Também se enfronhava totalmente nos negócios, buscando saber por que não se alterava o Regulamento da Secretaria de Estado, diminuindo a quantidade de tiros de canhão nas salvas das artilharias, o que seria uma economia. Mais uma vez é possível verificar uma proximidade com a orientação de Frederico II: “[...] um príncipe, como tutor dos súditos, administra os dinheiros públicos; é responsável deles ante os seus súditos [...]” (FREDERICO II, 1998, p. 96).

O Imperador ainda se ocupava de minúcias como, por exemplo, as medidas que deveriam ter um livro e, a título de modelo, enviava para José Clemente pedaços de papel numerados, “[...] AB, AC, DE, para os respectivos comprimentos, largura e altura” (LYRA, 1977a, p. 90).

Em 1850, D. Pedro II começava a ter um controle sobre os estadistas e políticos que o cercavam, contendo os seus excessos partidários ou suas brigas políticas, aparando-lhes as arestas e, muitas vezes, dando-lhes exemplos de moral política. Desse modo, transformava-se em um personagem incômodo para esses homens. Embora o Imperador não desfrutasse da sua estima, eles reconheciam a honradez de seu caráter e a nobreza de suas intenções, faziam justiça ao seu patriotismo e ao desejo que demonstrava em agir de maneira acertada. Acima de tudo, devotavam-lhe profundo respeito devido a sua moralidade de propósitos e firmeza de atitudes. Já havia dado prova delas em duas ocasiões: no episódio da extinção do tráfico e na questão da intervenção no Prata. “Sabiam já que ele não estava no trono para ser manejado, e que nada se podia fazer sem que ele fosse consultado, fosse solicitado a dar o seu parecer ou o seu placet” (LYRA, 1977a, p. 181).

Realmente, o país começava a ser administrado pelo Paço de São Cristóvão. Se ainda não prevaleciam as intervenções do Imperador no governo, pelo menos começaram a pesar nas resoluções ministeriais. A par dos assuntos estatais e mais habituado aos seus segredos, D. Pedro II desejava que lhe consultassem e, conseqüentemente, que o ouvissem.

No entanto, a política, ele a deixava ao encargo dos políticos, afirmava o Monarca em seu *Diário de 1862*.

Não sou de nenhum dos partidos para que todos apóiem nossas instituições; apenas os modero, como permitem as circunstâncias, julgando-os até indispensáveis para o regular andamento do sistema constitucional, quando, como verdadeiros partidos e não facções, respeitem o que é justo. (DOM PEDRO II, 1956a, p. 16).

Esta convicção do Imperador foi uma constante do início até o fim de seu Reinado. Não demonstrava preferências nem simpatias por nenhum dos partidos. Nem mesmo o Partido Conservador que, pela sua natureza, identificava-se mais com os interesses do trono, tinha por isso maiores privilégios do que o Partido Liberal. Aos dois partidos, o Monarca tratava igualmente. “Fazia timbre em governar, e de fato governava com um e com o outro, acolhendo com a mesma atenção os homens de ambos os campos. Não lhes dava preferências nem de ordem pessoal nem de ordem política” (LYRA, 1977a, p. 182).

Esse posicionamento de total independência de D. Pedro II lhe deu o poder legítimo para, em 1853, requerer aos políticos um acordo nas questões partidárias e conseguir um governo em torno do qual reunissem conservadores e liberais empunhando a mesma bandeira de união. Mais uma semelhança com os escritos de Frederico II que dizia: “Nada contribui, então, tanto para a força de uma monarquia como para a união íntima e inseparável de todos os seus membros, e deve o estabelecimento dessa união constituir o fim de um príncipe sábio” (FREDERICO II, 1998, p. 116).

Ao inaugurar a Política da Conciliação, o Monarca estava apenas concretizando o sentimento do país. “A Conciliação era, assim, a síntese de uma expressão geral, de todo esse anseio que vinha remoendo os corações dos homens de boa vontade. E, quando o Imperador a proclamou do alto do trono, quando lhe deu o pensamento augusto, exprimiu bem o sentimento geral da Nação” (LYRA, 1977a, p. 182).

Com este pensamento concordava também Nabuco (1997, p. 173) que dizia, ao fazer a análise das acusações da época, que a Conciliação teria sido um instrumento da Coroa para “[...] baralhar, confundir, anular os antigos partidos [...]”, explica que não haveria consenso dos partidos se esta não fosse uma exigência da sociedade⁴⁵. O autor afirma que o congraçamento, a concórdia eram anseios do espírito público desde 1831, e que, embora quase todos os gabinetes tenham utilizado o termo Conciliação e alguns até denominaram-se conciliadores, foi somente no gabinete do Marquês de Paraná que a palavra conciliação tornou-se uma política na acepção da palavra. O Marquês de Olinda, de acordo com o autor, denominava a política conciliatória “pensamento augusto”, fato que indica o consentimento do Monarca. D. Pedro II, que era a única pessoa que conhecia a ideologia de cada partido, uma vez que governava alternadamente com eles. “De ninguém

⁴⁵ Nabuco (1997, p. 173) traz uma descrição feita em um discurso, na sessão de 12 de junho de 1857, por Sales Torres Homem, de como se mostrava o “espírito contemporâneo” nesse momento de trégua política. “Entre a decadência dos partidos velhos que acabaram seu tempo e o aparecimento dos partidos novos a quem o porvir pertence, virá assim interpor-se uma época sem fisionomia, sem emoções, sem crenças entusiásticas, mas que terá a inapreciável vantagem de romper a continuidade da cadeia de tradições funestas e de favorecer pela sua calma e por seu silêncio o trabalho interior de reorganização administrativa e industrial do país [...] Todos os povos, ainda os mais cheios de seiva e de vigor, precisam desta interminência na sua atividade política para reparar e fortificar os outros elementos de sua vitalidade. As nações novas, que, como o Brasil, ainda não firmaram de todo os alicerces de sua civilização, necessitam mais que outras dessas paradas, e não podem desperdiçar suas forças vivas em lutas incessantes e estéreis sem exporem-se aos efeitos de uma caducidade prematura”.

a força destrutiva, a intolerância, a perseguição implacável do vandalismo partidário era tão sabida como dele”.

Nada mais natural que D. Pedro II almejasse a moderação e que criasse medidas mais justas nas interações dos partidos, levando-os a colocarem de lado o desejo de se destruírem mutuamente. “Nada, porém, é mais difícil do que pôr em prática uma nova política de que se traçou a linha geral: em primeiro lugar, cada um a entende a seu modo; em segundo lugar, a nova opinião que se forma tem muito mais força do que os que a criaram” (NABUCO, 1997, p. 174).

Assim, na política conciliatória, um e outro posicionamento puderam ser vistos: a palavra Conciliação recebeu vários sentidos, bem como inúmeros intérpretes. Ela também foi palco de uma situação confusa, uma vez que a fusão não permitia que o ideário desse ou daquele partido fosse definido. No entanto, mesmo com tudo isso, foi inegavelmente um período de “renascimento”, de crescimento, de reinício, de renovação do arcaico sistema político, de criação de um moderno aparelho governamental que expandiu amplamente o horizonte que a comprimia.

D. Pedro II, que já havia se inteirado dos problemas mais urgentes da nação que deveriam ser resolvidos, elaborou as *Instruções* contendo inúmeras questões políticas e administrativas. Este programa, que foi entregue ao Marquês de Paraná, deveria orientar e dar condições de governo ao Gabinete da Conciliação.

Convém, aqui, esclarecer que o Marquês de Paraná retornava ao poder após um período de afastamento de quase dez anos devido ao desentendimento com D. Pedro II três anos após a Maioridade no episódio, já mencionado anteriormente, da demissão do Inspetor da Alfândega. Se agora a idade requeria do Marquês mais prudência e o aconselhava a não repetir a cena nem ao menos querer dominar o Monarca com ameaças, D. Pedro II, também, já não era mais aquele jovem inexperiente que o político mineiro queria subjugar.

Este documento importantíssimo, sob todos os aspectos, expressa a fase de afirmação de D. Pedro II, ainda em luta e receoso das oposições partidárias. Sua autoridade não estava totalmente firmada, mas caminhava para a emancipação. O texto das *Instruções Imperiais* abordava os seguintes tópicos:

Ministérios — do Império — Reformas — eleitoral (eleição direta e por círculos); do Conselho de Estado (harmonizando-o com a índole do nosso sistema e criando, na classe dos auditores, uma Escola de Alta Administração); da Instrução primária e secundária (o trabalho já está quase feito e parte dele jaz em meu poder); das Câmaras Municipais (os papéis estão comigo); e da Secretaria. Execução da lei das terras, criando, quanto antes, núcleos de colonização. Lei de pensões e aposentadorias. Regulamento do Censo e das Obras Públicas (incluindo o serviço de incêndios). Exames de terrenos por onde devem passar as estradas de ferro, tendo-se muito em vista destruir a rivalidade que as duas ultimamente autorizadas suscitaram entre a Bahia e Pernambuco. Providenciar se possível, a respeito dos desembarques e embarques das mercadorias, evitando que marinheiros estrangeiros venham à terra. (Talvez se pudesse organizar uma Companhia para esse serviço, obtendo a cooperação dos cônsules das diferentes nações). O verão se aproxima. Medidas de salubridade pública, principalmente a limpeza e esgoto da cidade. Navegação do São Francisco e outros rios da costa. Desmoronamento dos morros de Santo Antonio e Castelo e mais melhoramentos materiais. Despacho gradual das graças, salvo em circunstâncias extraordinárias, designando eu os dias em que elas devem ser publicadas. — Da Justiça — Repressão enérgica do tráfico; julgamento da lei de 51, para os que cometeram esse crime depois d'encerrado o contrabando. Reforma Judiciária (no sentido do projeto de Nabuco, que o Ministro tratava de modificar n'alguns pontos). Nomeação para lugares da magistratura, de pessoas que não possam ser dominadas pelos partidos das localidades, e muito apurada escolha na promoção à primeira instância. Cuidar da instrução do clero e influir para que as dioceses regulem melhor o modo das oposições. Todos os recursos de graça deverão subir à minha presença acompanhados das peças principais do processo e circunstanciado relatório do Juiz.— da Fazenda — Obras do cais d'Alfândega, examinado o que há de exato nos defeitos que se apontam nos planos do Neate⁴⁶. Tarifa baseada sobre os principais d'uma bem entendida liberdade de comércio. — dos Estrangeiros — Relações com os Estados Unidos e Repúblicas vizinhas, a respeito da navegação do Amazonas e seus tributários, e com o Paraguai. Questão do empréstimo ao Estado Oriental (os últimos ofícios estão em meu poder. Negociação com a Inglaterra (política seguida até agora; instruções dadas ao Sérgio)⁴⁷. Manter inteligência assídua com as folhas da Europa. — da Guerra — Lei de recrutamento. Movimento dos diversos corpos d'armas para as outras Províncias. Afastar os militares, quanto for possível, da política. Guarnições das Províncias fronteiras, cuidando-se principalmente da de Mato-Grosso. — da Marinha — Conselho Naval. Obras do Dique. Aquisição de vapores. Conservação e corte de madeiras.

⁴⁶ Vianna (1966, p. 139) informa que Charles Neate, de nacionalidade inglesa, foi o responsável pela construção das obras do cais da Glória.

⁴⁷ Em Vianna (1966, p. 140): “Sérgio Teixeira de Macedo, enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Grã-Bretanha, nomeado a 27 de setembro de 1851”.

Estudo dos motivos do descontentamento que lavra pela officialidade. — Conselho d’Estado — Deverá ser consultado em todos os assuntos importantes, quando o segredo ou a urgência deles o permitir, ouvidas ou não as Seções. À Seção da Justiça, consultar sobre todos os recursos de Graças. (D. PEDRO II, *apud* VIANNA, 1966, p. 136-141)

O programa contido em as *Instruções* era bem vasto e fundamental para o desenvolvimento material do país. Pelo seu conteúdo, pode-se perceber que o Monarca já estava inteirado de todas as questões políticas e materiais do Império e não se descuidava nem mesmo das questões diplomáticas. Tudo o que era mais urgente e mais necessário foi ali mencionado, e embora as reivindicações que estavam nele incluídas não tenham sido atendidas no gabinete da Conciliação, foram pelo menos objeto de preocupação durante todo o período da Monarquia.

Além das *Instruções*, o Monarca também fixou algumas normas com o título de *Idéias Gerais*, as quais deveriam ser incluídas em seu relacionamento com os Ministros. Nesse período, era comum alguns deles, esquivando-se das responsabilidades pelas suas ações, imputarem ao Imperador a culpa por erros seus. Essa prática não passava despercebida a D. Pedro II e isto muito o irritava, uma vez que, de acordo com a Constituição, eram eles os responsáveis por todos os atos do governo. Diante disso, iniciou as “*Idéias Gerais*” declarando que qualquer Ministro que usasse o seu nome para se desculpar, seria demitido⁴⁸ (VIANNA, 1966, p. 142).

Na seqüência, o Imperador fixava os procedimentos que prevaleceriam em seus “despachos” com os Ministros. Sobre as decisões dos ministérios, estas só deveriam se tornar públicas e serem matéria de decreto após serem decididas em despacho. As resoluções que não faziam parte do expediente seriam resolvidas em despacho, porém o Presidente do Conselho ou os Ministros teriam liberdade para discutir particularmente com o Imperador sobre qualquer transação. No que se refere a essa questão, o sistema administrativo que, durante muito tempo, se praticou na Monarquia foi o de Gabinete, sendo este responsável pela formação de um todo homogêneo em todos os sentidos, com

⁴⁸ Lyra (1977a, p. 186) explica que, com relação a esta orientação, tratava-se de simples ameaça até porque nunca se soube de algum Ministro que fosse demitido por não assumir a responsabilidade por suas ações, transferindo-as ao Monarca. “E houve, entretanto, mais de um que assim procedeu”.

poderes e responsabilidades idênticas. Entretanto, o procedimento adotado, tempos mais tarde, seria o Presidente do Conselho despachar primeiro com D. Pedro II, antes da reunião de Gabinete. (LYRA 1977a, p. 186)

Sobre as indicações para cargos políticos ou para funções que poderiam de alguma forma ter influência política, estas seriam destinadas aos membros do partido. Essa orientação tratava-se meramente de uma questão de “princípio”, uma vez que o governo era de Conciliação. Nas Províncias, a política deveria ficar acima dos partidos, “[...] dentro do espírito, portanto, da Conciliação; porque para diante, como era natural, a política das Províncias iria sempre afinar com o partido que detinha o Poder” (LYRA, 1977a, p. 186).

Sobre as eleições, o Governo deveria influenciar, não interferir. O Imperador perseguiu esta idéia obcecadamente durante o período em que permaneceu como chefe de Estado, mas nem sempre com êxito. Pois o partidarismo dos dirigentes políticos sempre influenciou nas eleições.

Com respeito às correspondências entre os Presidentes das Províncias e D. Pedro II, em especial àquelas relativas ao bom andamento das questões administrativas, deveriam ser feitas por meio de ofício. Este cuidado do Imperador objetivava evitar que assuntos de interesses públicos fossem discutidos em correspondências particulares. Já as correspondências com as Legações, que exigissem uma decisão importante e o seu trâmite fosse demorado, deveriam chegar ao conhecimento do Monarca antes de serem apresentadas para resolução, ele também fazia questão de ler todas as cartas que fossem de interesse geral da Nação (VIANNA, 1966, p. 143).

D. Pedro II requisitou, também, que os Ministros efetuassem a reforma do Regimento do Senado e estipulou que nenhum Presidente poderia ser eleito pela Assembléia das Províncias.

Outro desejo que o Imperador manifestou em suas “Idéias Gerais” foi a reorganização da Imprensa na Corte e, se possível, também nas Províncias. A preocupação do Monarca se dava devido às grandes despesas que constantemente eram feitas pelo governo para defender-se das acusações dos jornais da época. “Cada vez acho mais precisa a folha oficial e depois que souber todas as despesas que se fazem com a defesa do ministério na imprensa hei de trabalhar novamente para que se efetive a criação dessa

folha” (D. PEDRO II, 1956a, p. 27). Segundo o entendimento do Monarca, “[...] despesa inútil é furto à Nação” (D. PEDRO II, 1956a, p. 17).

Diante do exposto, percebe-se que o Monarca se protegia ao lançar mão destas advertências, assinalando o espaço das suas prerrogativas e da sua política e limitando a área de ação dos Ministros.

Com a morte do Marquês de Paraná, em 3 de setembro de 1856, o Marquês de Caxias foi chamado para assumir “interinamente” a direção do Gabinete. A exemplo das *Instruções*, D. Pedro II preparou para Caxias um programa em que, além das orientações contidas no programa anterior, foram acrescentadas outras necessidades que surgiram. Nas *Instruções* feitas ao Marquês de Caxias, já podia ser percebido com nitidez o esboço das idéias políticas e administrativas do Monarca. No que se refere às reformas que estavam sendo efetuadas, D. Pedro II solicita ao Marquês vigilância.

Ao tomar conhecimento das falhas existentes na Aula do Comércio criada por D. João VI em 1808, o Monarca pediu ao Ministro que a reorganizasse. Ainda com relação à educação, enfatizou a necessidade da criação de uma Faculdade de Ciências Administrativas na sede do Império. Esse projeto foi mantido pelo Imperador durante muito tempo. Sobre o Colégio D. Pedro II orientou o “[...] estabelecimento do Externato separado do Internato” (VIANNA, 1966, p. 146).

A reforma do Conselho de Estado seria necessária para facilitar os exames dos negócios. Era, ainda, necessária a Instrução do clero de acordo com as idéias do Relatório de Joaquim Nabuco⁴⁹. Recomendava que se diminuíssem as despesas com o pessoal.

Nesse programa, D. Pedro II mostrou a necessidade de um projeto de lei que separasse a parte administrativa da parte judiciária no Ministério da Fazenda. Autorizou o Barão de Cotegipe, à época Ministro responsável por esta pasta, a fazer o regulamento sobre a cobrança de diversos impostos, além de estipular as tarifas de acordo com a Seção de Fazenda do Conselho de Estado (VIANNA, 1966, p. 147).

⁴⁹ Trata-se do Relatório de 1855, quando Nabuco propôs a eliminação de Conventos que não tivessem pelo menos quatro religiosos, a reforma dos demais e a conversão de seus bens em apólice.

D. Pedro II estabeleceu a tarifa de 2% para os novos impostos alfandegários, uma vez provado que não havia outro meio para diminuir o déficit (VIANNA, 1996, p. 147). Estipulou a política de não intervenção aos Estados do Prata. Indicou reformas: na Escola Militar e nos estabelecimentos anexos e Arsenais; na Academia da Marinha.

Desse modo, a cada novo ministério, D. Pedro II dava novas instruções, retomando as solicitações que ainda não haviam sido atendidas e apontando as novas necessidades que haviam surgido, ensinando e instruindo a elite política, mostrando-lhes os problemas e muitas vezes a solução.

Sobre suas relações com os Ministros, o Monarca orientava-os a primeiro decidirem entre si os negócios, somente depois é que estes deveriam ser levados a ele para serem despachados. Qualquer assunto deveria ser levado previamente ao conhecimento de todos os Ministros. D. Pedro II também determinava que assinaria documentos sem saber do que se tratava apenas em casos de urgência. Solicitava aos Ministros que o colocassem a par de qualquer comunicação oficial ou confidencial que pudesse esclarecê-lo sobre o andamento dos assuntos de governo.

E, finalizando, o Monarca se posicionava afirmando que as suas relações com os Ministros seriam efetivadas pelo Presidente do Conselho para que, dessa forma, a unidade de pensamento fosse levada a contento e a sua pessoa fosse preservada, particularmente nas questões em que estivessem envolvidos interesses partidários ou individuais.

Em 1858, ao escrever algumas Instruções ao Presidente do Conselho, Sr. Visconde de Abaeté, o Monarca fixou, novamente, alguns pontos importantes para que atuassem de forma conjunta. D. Pedro II reafirmou a necessidade de um acordo prévio entre ele e o Presidente do Conselho naqueles assuntos de maior importância para o andamento da administração. O Monarca também estava disposto a ouvir as opiniões dos Ministros; no entanto, a decisão não deveria parecer que a opinião dele havia cedido à do Presidente do Conselho ou vice-versa. Entretanto, ao analisar o desabafo do Imperador no dia 11 de fevereiro no seu *Diário de 1862*, é possível perceber que as suas orientações não foram seguidas à risca e muitos políticos, devido à sua fraqueza, cediam ao Chefe da Nação:

Vejo que muitos têm me cedido por fraqueza; mas que culpa tenho eu nisto, e mesmo, para evitar isso, não me esforço eu cada vez mais por

lhes deixar toda a liberdade, sem contudo abandonar minha suprema inspeção como chefe do Poder Executivo, e sujeitar-me ao papel de mero ocupador dum lugar, como não pode ser o rei constitucional, como bem diz Guizot⁵⁰ nas suas memórias? Talvez eu me engane; mas sou constitucional de cabeça e coração; não sou orgulhoso, e intento corrigir-me. Dói-me a injustiça de que julgo ser vítima e espero que o tempo fará aparecer a verdade (DOM PEDRO II, 1956a, p. 47).

Sobre as objeções que poderiam ser feitas pelos Ministros que tiveram suas propostas vencidas, D. Pedro II orientava que estas não deveriam ser rejeitadas, mas levadas ao seu conhecimento e discutidas em sua presença quando ele assim o ordenasse, ou fosse exigência das objeções apresentadas. Desse modo, o Imperador poderia julgar corretamente as idéias políticas e administrativas de todos os Ministros.

Com relação ao número de reuniões para despacho, o Monarca considerava que duas vezes por semana era insuficiente. Caso não fosse aumentada a quantidade dos encontros, ele solicitava que as reuniões começassem antes das onze horas da manhã, ou depois das cinco horas da tarde. Independentemente da decisão, ele estava pronto a aceitar qualquer mudança, bem como a alteração nos dias das reuniões, pois muito havia para ser feito até maio⁵¹ para que todas as medidas que o país requeria pudessem ser apresentadas, ou pelo menos as mais importantes.

3.3. O Imperador educa os partidos

Com o fim da Conciliação, 22 Gabinetes se alternariam no poder durante o Segundo Reinado, dentre eles oito conservadores e 14 liberais. O último Gabinete foi o

⁵⁰ “Guizot (François), estadista, historiador francês (Nimes 1787 – Val-Richer, Calvados, 1874). Professor de História Moderna da Sorbonne (1812) [...] Ministro dos Negócios Estrangeiros e chefe de governo (1840-1847)” (GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, 1998b).

⁵¹ O Imperador se refere ao mês de maio porque era quando se iniciavam os trabalhos da Assembléia Geral, composta do Senado vitalício e da Câmara dos Deputados, sendo esta temporária.

Liberal, de 15 de junho de 1889, sob a presidência do Visconde de Ouro Preto⁵², que caiu juntamente com o Império em 15 de novembro de 1889.

O rodízio dos partidos resultou da formalização das regras do jogo político que há muito as elites imperiais tentavam pôr em prática e que teve como personagem principal o presidente do Conselho de Ministros, cuja indicação cabia ao Imperador. Sua tarefa era organizar o ministério, que formava o Conselho de Ministros ou Gabinete responsável pelo Poder Executivo. Nesse sistema, a permanência do Gabinete no poder dependeria da confiança da Câmara e também do Monarca. Em algumas ocasiões, a Câmara forçou a alteração do quadro do Conselho de Ministros. No entanto, o Imperador “[...] detinha uma considerável soma das atribuições através do Poder Moderador [...]” e utilizava os privilégios deste poder quando a Câmara não dava apoio ao Gabinete de sua preferência. Deste modo, após ouvir o Conselho, decretava a dissolução da Câmara e convocava novas eleições respaldado nas prerrogativas do Poder Moderador. Tratava-se, pois, de um sistema flexível que possibilitava a alternância dos partidos no poder⁵³ sem maiores transtornos. Diante disso, aquele que estava na oposição teria a possibilidade de ser chamado para o governo (FAUSTO, 1996, p. 179-180).

O revezamento dos partidos era, segundo Graham (1997, p. 84), indispensável para a manutenção da ordem pública. Afonso Celso (1981, p. 150), entretanto, afirma que isso acontecia devido à falta de eleições diretas. Ao exercer o poder pessoal no rodízio dos partidos, o Monarca o fazia pensando no bem geral, já que, diante da inexistência de uma política eleitoral, os partidos se eternizariam no Governo. Se houvesse uma Câmara que representasse o desejo da Nação, D. Pedro II só poderia agir conforme as indicações de tal Câmara.

⁵² O Visconde de Ouro Preto trata-se de Afonso Celso de Assis Figueiredo, político e magistrado brasileiro, nasceu em Ouro Preto em 1837 e morreu em Petrópolis em 1912. Foi Deputado; Senador; Conselheiro de Estado; Ministro da Marinha, da Fazenda. Quando ocupava a pasta da Marinha durante o Gabinete organizado por Zacarias, enfrentou o difícil início das operações navais contra o Paraguai (GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, 1995c).

⁵³ Faoro (*apud* Fausto, 1996, p. 181) afirma que o Partido Conservador representava a burocracia, já o “[...] Partido Liberal, os interesses agrários opostos ao reforço do poder central, promovido pelos burocratas.”

Certamente, D. Pedro II possuía o poder de dissolver a Câmara dos Deputados⁵⁴, mas, ao fazê-lo, sempre utilizava critérios patrióticos bem elevados, buscando ouvir a opinião pública. A queda dos partidos devia-se ao desgaste do exercício da autoridade, pela impopularidade, e por não contar mais com o apoio da maioria do país.

Além disso, os programas dos partidos não eram criteriosos e estavam à mercê de opiniões individuais, sendo um amontoado de “[...] agregações desconexas, onde fervilham incoerências e incompatibilidades a cada passo”. Não passavam, pois, de agrupamentos mistos, reunidos casualmente devido a interesses comuns. Desse modo, justificam-se as alterações políticas sob a égide do Imperador, único elemento constante, vivo e eficiente, no sentido de dar forma e impulsionar as confusas tendências da nação (AFONSO CELSO, 1981, p. 152-154).

Para entendimento desta questão, deve-se levar em conta a política do momento, bem como a de outros períodos também, as quais, de um modo geral, não tinham em vista somente a concretização de objetivos ideológicos. Chegar ao poder traduzia obtenção de prestígio e benefícios individuais e para sua gente. Dessa maneira, ambos os partidos lançavam mão dos mesmos subterfúgios para saírem vitoriosos nas eleições, abrindo concessão aos amigos e agindo com violência contra os inimigos e indecisos. Havia uma certa tolerância na utilização desse expediente⁵⁵. Assim, a luta partidária entre liberais e conservadores agregava as características de uma disputa entre clientes antagônicos, mas que buscavam as mesmas benesses ou migalhas do poder.

⁵⁴Afonso Celso (1981, p. 151) explica que, desde a criação da presidência do Conselho de Ministros em 1847, que ocorreu devido a necessidade de dar ao ministério “[...] uma organização mais adaptada às condições do sistema representativo [...]”, Dom Pedro II ficou tolhido em exercer o direito de nomear e demitir livremente os ministros. Cabendo esta tarefa ao Presidente do Conselho, “[...] quase sempre antigo ministro, chefe político, conselheiro (sic) de Estado, deputado ou senador, depositário da confiança do seu partido, homem de prestígio, em suma, de formar o gabinete e não intervinha na escolha. Por ocasião de mudar o gabinete, ouvia o presidente da Câmara e o do Senado, consultava os políticos mais eminentes. Não se guiava unicamente pelo próprio alvedrio ou predileção”.

⁵⁵Fausto (1996, p. 181), afirma que algumas eleições alcançaram grande notoriedade por terem ultrapassado esse “limite” como é o caso da “eleição do cacete”, que, em 1840, garantiu a permanência dos Liberais no Poder.

O Imperador não compactuava com este estado de coisas e fazia questão que o trono estivesse acima das disputas dos partidos. Para ele, a escolha dos Presidentes de Província não deveria recair nas pessoas que se prestassem a atender fins eleitoreiros.

Nesse sentido, afirma D. Pedro II (*apud* J.M.M.F, 1927, p. 741):

O que me quadra é o resultado indubitável de eleições livres. Estimarei que haja uma eleição que faça cair um ministério, para que da maioria saia o novo. Sempre fallo no sentido da liberdade nas eleições, e alguma coisa tenho conseguido. A boa nomeação de presidentes é o meu maior empenho, e os que eu souber que intervieram em eleições nunca mais serão presidentes, se minha opinião prevalecer. Não digo que não tenha errado, mas o fundamento principal da acusação do imperialismo provém do modo por que se fazem as eleições, para o qual tem concorrido a maior parte dos ministros das épocas eleitoraes. [...] Não há melhor systema para um monarcha só ambicioso de cumprir seus deveres do que o representativo em toda a sua pureza. Quem me dera eleições genuínas, e, portanto, partidos bem organizados!

D. Pedro II creditava este mal às falhas das eleições, e isso não era resultante desse ou daquele sistema de governo. Tratava-se de uma influência nociva devido à falta de educação popular.

Para isso, o Monarca solicitava aos Ministros uma reforma da legislação ordinária, o que seria suficiente para alcançar a moralização que se pretendia na política. E enquanto isso não acontecia, esforçava-se, firmemente, para atenuar as falhas dessa educação.

O Monarca lutava para que as eleições fossem um processo em que os eleitores pudessem escolher seus candidatos, pois só assim o país teria políticos confiáveis que estivessem realmente interessados nas necessidades da Nação. Desse modo, o Monarca se empenhava para que os partidos agissem em conformidade com as normas por ele estipuladas.

Com relação às inevitáveis alterações administrativas que os partidos propunham por ocasião de mudança na direção do país, especialmente modificações no quadro de funcionários, se estas demonstrassem alguma forma de injustiça e interesses puramente partidários, o Imperador não cedia e adiava o assunto.

E foi assim que D. Pedro II durante quase cinquenta anos lutou contra o partidarismo, o favoritismo e a politicagem dos ministros. Embora nem sempre nestas batalhas conseguisse ser o vencedor, ele possuía a nítida consciência do seu dever constitucional de rei e do poder moderador nele existente.

Diante disso, é possível afirmar que D. Pedro II contribuiu para a formação da nossa antiga escola de administradores. Ele, também, foi o responsável pela eliminação e substituição de alguns estadistas que, sem ideais políticos, mudavam de partidos para obterem lucro.

3.4. O Imperador ensina D. Isabel a governar a Nação

Em março de 1871, o Imperador D. Pedro II realizou a sua primeira viagem ao exterior. O país havia saído há pouco tempo da guerra com o Paraguai e esta situação provocava intranqüilidade no ambiente interno.

A questão da utilização da mão-de-obra servil era, cada vez mais, associada ao sistema monárquico. Além do confronto entre as forças dos Partidos: Liberal e Conservador, havia surgido outra liderança política, o Partido Republicano, resultante do congresso realizado em São Paulo sob o comando de Campos Sales, Prudente de Moraes e Rangel Pestana.

Outra situação que reavivou o espírito republicano – adormecido após as decepções colhidas pelas revoluções pernambucanas – foi, segundo Besouchet (1993, p. 187), a proclamação da Terceira República na França: “Em dezembro de 1870, encorajado pelo exemplo dos republicanos franceses, apareceu o Manifesto Republicano, que falava abertamente de uma República Federativa no Brasil”.

D. Pedro II percebeu que a única maneira de conter o fluxo republicano era efetuar uma reforma social. O Monarca convocou José Maria da Silva Paranhos e, em 20 de junho de 1870, deu-lhe o título de Visconde de Rio Branco. Em seguida, numa demonstração de

confiança, nele depositou todo o crédito das soluções que o Imperador pensava oferecer para o desfecho da crise desencadeada nos anos pós-guerra.

Os maiores problemas consistiam nas desavenças dos dois grandes partidos da Monarquia — o Conservador e o Liberal —, cada um imaginando a defesa do regime a seu modo, no entanto não chegavam a um acordo nas ações que deveriam ser utilizadas. A discussão em torno da viagem de D. Pedro II era um dos pontos da divergência entre os partidos. Entretanto esta polêmica se resolveu por intermédio de uma solução não política: a morte da filha do Monarca, a Princesa Leopoldina de Saxe-Coburgo, que deixou órfãos quatro filhos, os quais ele queria visitar, e a saúde de D. Pedro II que necessitava de cuidados médicos.

Desse modo, o Imperador partiu para a Europa deixando o Trono sob a Regência da sua filha Princesa D. Isabel que, pela primeira vez, ocuparia essa posição. Dentro da missão de preparar e orientar a herdeira para governar, D. Pedro II deixou para seu uso particular alguns *Conselhos* minuciosamente descritos. Estes tiveram origem nas suas observações recolhidas durante o exercício do poder e no contato com os estadistas. Outro objetivo das instruções era levar ao conhecimento da Princesa D. Isabel o andamento dos negócios do governo e a melhor maneira de lhes dar continuidade. Esses escritos, datados de 1871, coincidem com o ápice do reinado de D. Pedro II, pois com quarenta e cinco anos de vida, já havia acumulado trinta anos de experiência no poder. Nesse sentido, as anotações, feitas em um caderno que o Monarca apresentou à sua filha, nada mais eram do que o resultado de seu trabalho e de sua dedicação às questões públicas.

O Imperador acreditava que a política brasileira se fundava na opinião nacional, embora nem sempre esta se manifestasse. D. Pedro II iniciava seus *Conselhos* a D. Isabel orientando-a a estudar constantemente para obedecer a esta opinião, demonstrando, assim, sua tendência marcadamente democrática. Entretanto, pelo modo como se realizavam as eleições no País, era difícil ouvir o que dizia a Nação. Enquanto esta questão não fosse resolvida, o Monarca prevenia a filha contra as possíveis pressões dos partidos, mesmo daqueles desejos aparentemente justos e naturais e que ela deveria omitir seus pareceres e discretamente ouvir as pessoas honestas e inteligentes de todos os partidos se informando de tudo que fosse publicado na imprensa de todo o Brasil, nas Câmaras legislativas geral e provinciais (REICHARDT, 1959, p. 329).

D. Pedro II, ainda discorrendo sobre os problemas políticos, alertava a Princesa D. Isabel sobre aqueles que apregoavam uma reforma da lei eleitoral para que fosse instituída a eleição direta. Não que ele a julgasse pior do que o modelo vigente, mas porque, no seu entendimento, nada poderia ser mais grave do que uma reforma na Constituição. Nesse sentido, demonstrava o Imperador um preconceito doutrinário avesso a reformas, mas que futuramente se tornaria inevitável para a Monarquia.

Orientava a Regente para que ela se posicionasse acima das competições partidárias, e que não deveria ceder aos interesses eleitorais nem mesmo na nomeação dos empregados para servirem na administração, mostrando igual rigor quanto à indicação dos Presidentes da Província, já mencionado anteriormente. Desse modo, confidenciava à D. Isabel seus planos de criar a carreira administrativa para Presidentes de Província de forma a distanciá-los da politicagem, deixando-os livres para cuidarem mais dos interesses das Províncias.

D. Pedro II ainda lembrou à Regente para que cuidasse da educação pública, pois, a seu ver era, “[...] a principal necessidade do Brasileiro” (REICHARDT, 1959, p. 331).

Orientou-a sobre a questão dos Bispos; sobre a instrução profissional; a criação de Universidades; vias de comunicação, sobre a colonização e sobre a emancipação. Também a aconselhou a rejeitar todas as despesas com a imprensa, pois, para a defesa dos atos do governo, bastava o *Diário Oficial*.

O Imperador suscitou em suas orientações as necessidades do Exército e da Marinha, em especial na questão da promoção dos militares, segundo ele, esta era a principal recompensa que lhes poderia ser dada e como era difícil apreciar os serviços prestados, a exemplo da magistratura, a promoção deveria ocorrer prevalecendo o princípio da antigüidade.

Tratou, ainda, D. Pedro II das questões dos limites com o Paraguai; sobre as relações dos Ministérios que deveriam ser fundadas na total confiança, reafirmando o que já havia estipulado no seu trato com os Ministros, aconselhando-a a agir de igual modo, e que ao Imperador era preciso:

[...] sempre dizer com maior franqueza o que pensa aos Ministros sobre os negócios apresentados e, se divergir do parecer do Ministério, nunca

deve fazê-lo de modo a que suspeitem que ele quer impor a sua opinião e não insista mesmo muito senão quando entender que pode provar ser ela a que se baseia na lei ou na justiça (DOM PEDRO II, *apud* REICHARDT, 1959, p. 334).

Nesses *Conselhos*, o Imperador indicou todos os pontos essenciais dos problemas administrativos mais em evidência naquele momento, além de mencionar outros, antecipadamente, que seriam de grande utilidade. E para que não pairasse nenhuma dúvida sobre a forma honesta de se administrar a Nação, D. Pedro II justificou-se perante a Regente das três quedas ministeriais nas quais ele tomara parte.

Recomendou-lhe que fosse discreta e evitasse dar opiniões acerca de qualquer assunto para que não fosse mal interpretada. Aconselhou, ainda, à Princesa a não indicar pessoas para cargos administrativos, nem mesmo solicitar favores aos Ministros, salvo em ocasiões muito especiais. E acentuou a necessidade do Imperador cultivar a generosidade e o desprendimento para com aqueles que o serviam e para com a Nação.

Esse desprendimento demonstrou o Monarca após a queda da Monarquia. Embora vivesse em grandes dificuldades financeiras no seu exílio na Europa, rejeitou o auxílio de cinco mil contos que lhe foi ofertado pelo Governo Provisório. Outra situação que mostrava o desapego material do Monarca era a distribuição de sete contos de reis em esmolas todos os sábados. Cinco era em nome do Imperador e dois em nome da Imperatriz. Levando-se em conta que a dotação Imperial era de oitocentos contos de reis anuais, somente nesta ação eram despendidos mais de duzentos e cinquenta contos de reis (AZEREDO, 1923, p. 67).

Em 1876, o Imperador partiu novamente para o exterior, só que desta vez em direção aos Estados Unidos. A resistência dos políticos e do povo foi menor que a encontrada na viagem anterior, pois a justificativa principal era a inauguração, juntamente com o presidente dos Estados Unidos, da Exposição Mundial da Filadélfia. A debilitada saúde dos Imperadores também contribuiu para a autorização da viagem.

Para representar o Brasil oficialmente na Exposição, foram indicados “[...] o ministro Antônio Pedro de Carvalho Borges, Filipe Lopes Neto (do Conselho de Sua Majestade), José Saldanha da Gama e Pedro Dias Gordilho Pais Leme, representantes

escolhidos com base em critérios técnicos, sem excluir expressividade social” (BESOUCHET, 1993, p. 284).

A exposição apresentada pelo Brasil era uma amostra da realidade da Nação, desde o seu quadro populacional, forças armadas, condições do solo, das riquezas naturais, das matérias primas, das indústrias, da capacidade de mercado tanto de exportação como do de consumo, do esforço do governo para colonizar as novas áreas destinadas à imigração, além do trabalho das culturas: cafeeira, algodoeira, canavieira, os meios de transportes e a dinâmica do meio circulante. As exposições internacionais, muito comuns naquele período, faziam parte das idéias circulantes dos homens, pois acreditava-se que elas proporcionariam um grande progresso material para os países que dela fizessem parte.

Do mesmo modo que D. Pedro II escrevia *Instruções* a cada troca de Gabinete, ao ausentar-se do País, ele repetiu o ato ao redigir os *Conselhos* à Princesa D. Isabel, que assumia pela segunda vez o Trono.

Menos conhecidos que os *Conselhos* de 1871, os de 1876 eram muito mais sucintos que o anterior, os motivos centravam no receio do Monarca em aconselhar demais (VIANNA, 1966, p. 244). Mesmo não possuindo a mesma amplitude, ambos continham valores idênticos.

À semelhança dos *Conselhos* de 1871, os de 1876 era uma lista de providências que reclamavam urgência para a boa administração da Nação. Além de repetir vários conselhos constantes no documento anterior, as necessidades que ainda não haviam sido atendidas, D. Pedro II trouxe novas questões como: revitalização das escolas; melhoramentos no Observatório do Rio de Janeiro; criação de escolas de Veterinária e de Farmácia; criação de estradas que, ao ver do Imperador, seriam o melhoramento material para o País mais importante. Lembrou-lhe a questão do casamento civil, dos cemitérios e da indicação de novo Bispo para o Maranhão. Recomendou-lhe para que não deixasse as obras em andamento pararem. Reiterou-lhe a necessidade de manter sempre o princípio do concurso como meio de capacitação para os cargos de um modo geral.

Orientou à Princesa no que se referia às reivindicações dos países vizinhos, com relação à disputa entre a Argentina e o Paraguai, que deveriam ser atendidas aquelas que fossem justas, e que deveria ser generosa para com eles, evitando sair da neutralidade, desde que não houvesse, para isso, sacrifício da honra nacional. E que, embora não fosse

fácil praticar essa política, ela era “[...] por isso mesmo tanto mais necessária. Creio que assim desaparecerão finalmente as prevenções da parte de nossos vizinhos cujas instituições devemos considerar tão necessárias a sua prosperidade [...] como julgamos das nossas quanto a nosso progresso” (DOM PEDRO II, *apud* BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 642). Nesse conselho, Pedro II colocou em prática o artigo 4º das Instruções.

Ainda, solicitou-lhe que protegesse o Instituto dos Surdos-Mudos e que desse andamento aos projetos de lei da estrada-de-ferro Madeira-Mamoré e da estrada-de-ferro para o Mato-Grosso. Para finalizar, reforçou a necessidade do Estado fazer economia, aplicando os seus gastos com maior proveito para o Império.

Para Calmon (1975b, p. 1069), essa carta de D. Pedro II para sua filha engloba três aspectos principais: o de conduta, que lhe orientou o comportamento; o de advertência, alinhando-a para o resultado das ações do governo às questões primordiais que deviam limitá-lo; e, por último, o de devaneio, em que sonhava as possibilidades próximas do progresso se, para isso, o Tesouro pobre possuísse os recursos necessários.

Tratou, pois, D. Pedro II de todos os problemas que necessitavam de atenção, indo da esfera religiosa à administrativa até a política. No entanto, a Princesa teria liberdade para seguir ou não esses *Conselhos*: “Muito ainda poderia escrever, mas sua experiência tem aumentado. Direi ainda que não tome o que escrevi senão como conselhos.” (D. PEDRO II, *apud* VIANNA, 1966, p. 244-245).

Deu-lhe, ainda, um último conselho, de que não lhe telegrafasse a não ser em situações extraordinárias, no entanto só deveria fazê-lo com a anuência dos Ministros. Agindo, assim, o Imperador se prevenia das intrigas que poderiam formar, dizendo que mesmo fora do país ainda o dirigia.

Ante estas orientações, pode-se conjecturar sobre a verdadeira personalidade de D. Pedro II. Nesses apontamentos, demonstra a firmeza de princípios que orientavam seu caráter e a maneira como realizou e conduziu pessoalmente a política da Nação, amparado pelos poderes que a Constituição lhe outorgou.

Embora alguns autores afirmem que o Monarca era um homem inerte, sem ação, devido à sua maneira recatada e às vezes até aparentemente tímida de lidar com alguns diplomatas, a análise dos *Conselhos*, segundo Reichardt (1959, p. 329), indica que: “Longe

de ser um apático, era o Imperador um espírito vivo, atilado, procurando penetrar profundamente a significação política de tudo quanto ao seu redor se passava”. Mais do que isso destaca o autor (p. 339), “se os pensamentos que D. Pedro II deixou expressos nas páginas autografadas do seu caderno, não fossem para estrito uso de sua filha, constituiriam um precioso manual de ciência política”.

3.5. O Imperador expõe seus atos

Para melhor conhecimento dos seus atos e idéias políticas e da sua personalidade, D. Pedro II, aos trinta e seis anos de idade, iniciou um diário que manteve de trinta e um de dezembro de 1861 até três de janeiro de 1863. Nos registros, publicados em 1956 pelo Anuário do Museu Imperial sob o título de *Diário de 1862*, o Monarca fez questão de frisar que pouco diria do indivíduo, e o que ficaria registrado seriam fatos ligados à sua vida pública, pois achava sua vida particular bastante monótona, não sendo alvo de interesse geral.

Nessas anotações o Imperador deixou algumas informações preciosas que permitem ter a idéia de quão minucioso administrador ele foi, em especial no que se refere às constantes visitas de inspeção que ele realizava às escolas, quartéis, repartições públicas, estradas de ferro em construção, aos arsenais e hospitais, onde verificava pessoalmente o asseio, a boa qualidade dos alimentos, as condições do prédio, bem como a assiduidade dos funcionários.

D. Pedro II inicia seu Diário afirmando se tratar de alguém cujo espírito era formado pela justiça, e entendia que os graus de preferência do amor deviam estar na seguinte ordem: “[...] Deus, humanidade, pátria, família e indivíduo [...]”. Seus principais divertimentos se resumiam à leitura, aos estudos e à educação de suas filhas, a quem amava intensamente (DOM PEDRO II, 1956a, p. 15).

No que se refere ao seu posicionamento político, afirmou o Monarca que desejaria estar desempenhando a função de presidente da República ou de Ministro do que a de Imperador, e afirmou: “Se ao menos meu pai imperasse ainda estaria eu há 11 anos com assento no Senado e teria viajado pelo mundo” (DOM PEDRO II, 1956a, p. 15). Sua declaração estava amparada no texto do art. 46 da Constituição de 1824, em que afirma que, por direito, os príncipes da Casa Imperial teriam assento no Senado depois dos 25 anos de idade.

O Imperador confirma seu juramento à Constituição, ratificando que, mesmo que não o houvesse feito, ela seria para ele uma segunda religião. Com relação às suas obrigações como Rei Constitucional, procurava cumpri-las todas, e orientava sua conduta pelas seguintes normas: os atos do Poder Moderador isentam-no de responsabilidade legal; porém muitas vezes necessita de defesa, os Ministros que entenderem não estar em condições de realizá-la, têm autorização para se retirarem. “Estes atos não tem referenda obrigada” (DOM PEDRO II, 1956a, p. 16).

No que diz respeito aos atos do poder executivo, o papel do Monarca como chefe desse poder era o de inspetor, estando autorizado pela Constituição a exprimir com toda a liberdade de expressão o seu ponto de vista todas as vezes que julgasse necessário, e também deveria determinar que os Ministros agissem de igual modo. A franqueza deveria fazer parte de seu relacionamento com os Ministros, mas, fora dos negócios públicos, deveria manter-se reservado, evitando, assim, os males que poderiam surgir da parte destes.

Reafirmava sua neutralidade partidária intervindo para que não houvesse excessos, e ambos os partidos respeitassem o que era justo. Rejeitava, qualquer possibilidade de propiciar benefícios a quem quer que fosse: “Dizem que por esse nímio escrúpulo não poderei criar amigos; melhor, não os terei falsos quando os haja granjeado” (DOM PEDRO II, 1956a, p. 16). O Monarca mostrou como fiscalizou com afinco questões significativas. A sua luta contra o suborno à imprensa que alguns ministérios praticavam, afirmando “[...] que os males da imprensa tinham seu melhor remédio na própria imprensa [...]” (DOM PEDRO II, 1956a, p. 48). Para que isso acontecesse, o Monarca defendeu e conseguiu que fosse criado o Diário Oficial.

Era contrário à manutenção da pena de morte e evitava ao máximo sua aplicação, substituindo as sentenças pela pena de galés⁵⁶. Embora religioso convicto por tradição, não apoiava a reabertura do noviciado nos conventos, além de manter um constante cuidado no provimento dos cargos eclesiásticos.

Sobre a colonização, afirmou: “Não me descuido desse ramo do serviço público que sobretudo me interessa, mas são tantos os embaraços e sobretudo a falta de zelo”. Em outro registro do dia primeiro de abril de 1862, reafirmou a necessidade de se colonizar de um modo conveniente as margens do rio Amazonas “[...] como há tantos anos recomendo eu [...]” (DOM PEDRO II, 1956a, p. 70 e 72).

Mencionou a necessidade de se efetuar a descentralização administrativa e uma melhor divisão de rendas gerais, provinciais e municipais. Para ele, tratava-se de negócio de extrema urgência (DOM PEDRO II, 1956a, p. 17).

A ação do Imperador não se restringia apenas aos apontamentos dos interesses do país. Constam, também, alguns registros das freqüentes cobranças que ele fazia aos Ministros e a outros auxiliares do governo, no sentido de providenciarem as soluções ou estudos para que determinadas questões fossem atendidas ou, então, apresentava ele mesmo projetos que visavam atender à demanda.

D. Pedro II fez questão de registrar sua decepção diante da imobilidade da máquina governamental. “A falta de zelo; a falta de sentimento do dever é nosso primeiro defeito moral. Fôrça é contudo aceitar suas conseqüências procurando aliás destruir esse mal que nos vai tornando tão fracos” (DOM PEDRO II, 1956a, p. 17).

O Imperador deixou claro, nesse Diário, que toda a sua ação tinha como único objetivo o bem do país. “Na minha posição posso não atender senão ao que me parece melhor para a Nação e neste sentido é que procuro sempre proceder, e por isso também sofro censuras de ambos os partidos que aliás são bem compensados pela aprovação da minha consciência.” (DOM PEDRO II, 1956a, p. 64). Com relação a ter a consciência tranqüila diante de sua atitude, encontra-se nesta afirmativa de D. Pedro II o mesmo parecer de Montaigne ao dizer que, em muitas situações difíceis, ele se conduziu com

⁵⁶ A pena de galé consistia em que o indivíduo sentenciado devia trabalhar acorrentado nas antigas embarcações movidas a remos, cujo nome era galé.

muito mais firmeza diante da convicção íntima que havia pureza nas suas intenções: “Se a consciência nos inspira temor, dá-nos igualmente segurança e confiança” (MONTAIGNE, 1996, p. 317).

Nas cartas que o Imperador escrevia para a Condessa de Barral, também afirmou ser sua intenção sempre agir de modo que pudesse proporcionar o bem do país: “[...] com efeito estou em epocha de combate e não largo a brecha. Sei que cumpro o meu dever e durmo tranqüilo. Nada me assusta e sabem que não conseguirão de mim senão o que julgar útil ao Brazil” (DOM PEDRO II, 1956b, p. 261).

Se algumas vezes cometia erros, justificava: “Estimo ter acabado de escrever estas considerações no dia de hoje; porque minha consciência não me acusa de ter deixado de respeitar a Constituição. Terei errado, mas involuntariamente” (DOM PEDRO II, *apud* BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 637).

Embora tenha desempenhado seu papel até o golpe de 1889 que o destronou, D. Pedro II foi, do início ao fim do seu governo, um homem deslocado, que provou o desgosto íntimo e o constrangimento intelectual diante do jogo de ambições a que era obrigado a presenciar, que o transformaram em um governante totalmente infeliz no Trono. Segundo o Monarca, sua felicidade consistia em que ele pudesse desfrutar de sua liberdade, mas que estava disposto a sacrificá-la enquanto fosse isso útil ao país. Desse modo, D. Pedro II cumpriu sua tarefa por um simples senso de obrigação.

Li hoje no 3º número do Futuro, continuação de minha biografia uma censura delicada por eu não atender aos conservadores por deles nada recear. É muito injusta esta acusação eu não tenho medo de nenhum partido, e obro conforme e só conforme o que julgo exigir o bem do país. Que medo poderia eu ter? De que me tirassem o governo? Muitos melhores reis do que eu o têm perdido, e eu não lhe acho senão o peso duma cruz que carrego por dever. Tenho ambição de servir o meu país; mas quem sabe se não o serviria melhor noutra posição em todo o caso jamais deixarei de cumprir meus deveres de cidadão brasileiro (DOM PEDRO II, 1956a, p. 233).

Ainda que a Coroa fosse um peso, D. Pedro II estava consciente de seu dever e em momento algum deixou de administrar o país com moralidade, justiça e honestidade, qualidades estas que sempre buscou imprimir naqueles que ao seu lado governavam a

Nação. “Eu firmei minhas idéias a respeito da política, da justiça e apontei alguns pontos em que o ministério não tem cumprido à risca tal política [...]” (DOM PEDRO II, 1956a, p. 79). A respeito da sua influência na decisão dos ministros, dizia que sua opinião deveria ser tomada como o voto de um oitavo Ministro (DOM PEDRO II, 1956a, p. 49).

O Monarca só conseguiu se livrar desse fardo com o exílio, o qual ele mesmo denominou de “carta de alforria”.

Posso agora ir onde quero.[...] Sob o ponto de vista individual, lucrei immensamente.[...] Vivo, como entendo, satisfazendo as minhas vontades, á lei das minhas inclinações, sem despertar criticas, nem incorrer em pesadas responsabilidades. Leio, estudo, passeio, movo-me, desembaraçadamente. Não me vejo forçado a sacrificar a devoção á obrigação.[...] Desempenhava escrupulosamente as funcções que me incubiam. E aquillo era trabalhoso bastante! Aqui, queixo-me de nada fazer. Vivo numa ociosidade absoluta, exercendo genuíno poder pessoal, pois rializo quanto me apraz. Já vêem que particularmente ganhei com a mudança. (DOM PEDRO II, *apud* J. M. M. F., 1927, p. 766-767).

Em 23 de abril de 1891, no exílio na cidade de Cannes, D. Pedro II realizou seu último ato político, confessou-se perante a Nação através da sua *Fé de Oficio*, conforme suas próprias palavras ao Visconde de Taunay.

O objetivo de D. Pedro II, de acordo com a carta que escreveu para o Visconde de Taunay, agradecendo a publicação *da Fé de Oficio*, era que a geração futura o absolvesse dos erros que havia cometido “[...] attendendo ás intenções. Creia que lhe escrevo estas linhas com as lágrimas nos olhos. Tenho tanta fé em tudo que fiz e faço que, penso, seria martyr nos primeiros séculos do Christianismo. Não exagero” (DOM PEDRO II, *apud* J. M. M. F., 1927, p. 767).

Esse documento foi o testamento político que o Imperador legou ao país, pois nele estavam registrados: a sua base religiosa, seus interesses políticos, suas pesquisas sobre as questões que trariam melhoramentos materiais para o país, todas as suas realizações e os projetos que desejava realizar. Era, em suma, o extrato de quase cinqüenta anos de governo, cujo esforço maior do Monarca poderia ser traduzido na educação dos políticos para que criassem um ambiente de moral pública, no qual deveriam ser mantidos os princípios que fossem indispensáveis para a felicidade da Nação.

E foi assim que D. Pedro II conduziu o Brasil como um magistrado supremo. Isso porque lhe cabia dirigir um país que, de um lado, possuía uma elite com formação científica, artística e política assimilada no velho mundo e, de outro, uma massa imensa da população espalhada em uma grande extensão territorial que não possuía nem possuiria por muito tempo condições de inspirar, fiscalizar ou até mesmo entender o complicado jogo dos partidos.

4. A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO REINADO DE DOM PEDRO II – FORMAR O POVO.

Buscando compreender a educação escolarizada no Brasil no Reinado de D. Pedro II, que entrou no cenário político em 1840, com a campanha da maioria, inaugurando, assim, o Segundo Império, necessário se faz o entender as condições materiais daquele momento.

D. Pedro II, ao assumir o trono, encontrou o país numa situação bastante desanimadora. O contingente populacional brasileiro possuía pouco mais de seis milhões de habitantes. Diante da extensão territorial do país, a população não atingia a proporção de um habitante por quilômetro quadrado. E como “[...] a força de um estado não consiste na extensão dos seus limites, mas no número dos seus habitantes [...]” (FREDERICO II, 1998, p. 40), o desenvolvimento do país se faria de uma forma lenta e demorada.

A imigração estrangeira, iniciada em 1808 com a abertura dos portos às nações amigas⁵⁷,— fator de grande importância na formação do tipo brasileiro, que resultaria da fusão das três raças — em nada havia avançado no período pós-independência. O número de imigrantes que desembarcou nos portos brasileiros no período de 1832 a 1840 não chegou a doze mil.

Com relação ao pequeno número de imigrantes, vários eram os impedimentos para que se fixassem no país. Razão pela qual nenhum dos planos colocados em ação ainda não havia alcançado sucesso, devido a situação em que se achavam os imigrantes.

Abandonados, a sua vida é uma luta insana, e de todos os dias, de todas as horas, de todos os momentos. Eles lutam com a nossa ignorância, com os nossos escravos, com os nossos costumes, com as nossas moléstias, com as nossas necessidades, com as nossas instituições! Para coroar todos esses males falta-lhes a primeira das liberdades — a liberdade religiosa — e a primeira das proteções — a proteção ao trabalho. Que muito é, pois, que uns se percam, outros morram, outros volvam aos seus países, e todos estes fatos desacreditem o Brasil nos centros de imigração? (ALMEIDA, 2003, p. 30).

⁵⁷ Neste sentido, uma vez que havia um bloqueio da França contra a Inglaterra e os países aliados a esta, pode-se entender que as “nações amigas” referia-se apenas à Inglaterra (FURTADO, 1991, p. 91).

No que se refere à utilização das vantagens das riquezas nacionais, pouco havia sido feito. Na agricultura, a mão-de-obra ainda era a escrava, com técnicas rotineiras primitivas. Atrelado a essa questão, o progresso desenvolveu-se com morosidade, devido à falta de estradas, pouco desenvolvimento da navegação, insuficiência de instituições de créditos, ausência de novas técnicas de plantio e, essencialmente, sem poder contar com o trabalhador livre — que seria o responsável pelos melhoramentos a serem introduzidos em todos os ramos da atividade nacional.

Dessa forma, o jovem de apenas 15 anos subiu ao trono de uma civilização por fazer e uma pátria para organizar. Complicando esse quadro, além de ter seu território cercado de inimigos e de repúblicas instáveis, sua paz interna também estava enfraquecida pelas rebeliões provinciais. Suas regiões separadas por muitos quilômetros, com populações e costumes diferentes, o interior e o litoral com populações heterogêneas, patenteavam um problema de difícil solução — a unificação da Nação — sendo um campo propício para os seus ambiciosos vizinhos explorarem. Assim, seu primeiro enfrentamento foi estabelecer esta unidade, uma vez que o país estava entregue à anarquia.

Embora no momento da maioria apenas duas províncias estivessem em clima de revolução, o germe da insurreição estava latente em todo o Brasil. A insatisfação era geral⁵⁸. Porém a ordem — elemento imprescindível para o desenvolvimento — foi aos poucos restaurada.

Nesse contexto, D. Pedro II surgiu como símbolo da elite brasileira, no qual depositava-se a esperança de ordem no país. Representava o caminho pelo qual a tão desejada unidade nacional seria consolidada e preservada, e se manteria o sistema de governo, colocando, de uma maneira definitiva, fim nas crises que agitavam o país. Além da situação interna, Dom Pedro II se viu às voltas com as pressões dos ingleses, exigindo que fosse cumprido o acordo realizado na Convenção de 1826 entre o Brasil e a Inglaterra, no qual, dentre outras exigências, determinava o ano de 1830 para que o tráfico fosse extinto definitivamente. “Prometido, mas não cumprido” (FERNANDES, 1998, p. 42).

⁵⁸ Com relação às revoluções, Sodré (1998, p. 39) afirma que, nas duas décadas que antecederam a Independência até o início do Segundo Império, passando pela difícil fase da Regência, “[...] não houve ano em que a agitação não erguesse armas e em que a desordem não levantasse o colo”.

A situação financeira do país era de extrema penúria, os valores correspondentes ao exercício de 1840—1841 eram os seguintes: “Receita 18.674:698\$795 – Despesa 22.703:935\$978 – Dívida interna 26.575:200\$000 – Papel-moeda em circulação 40.199:585\$000 – Dívida fluctuante 18.000:000\$000. A dívida externa subia a £ 5.580.400” (TAVARES LYRA, 1927, p. 246).

D. Pedro II, conhecedor de toda essa situação, ao se dirigir pela primeira vez à assembléia na Fala do Trono de Encerramento da Assembléia Geral realizada em 15 de setembro de 1840, assumiu o seguinte compromisso:

[...] eu não pouparei esforços, e me sinto sustentado pela consciência de minhas sinceras intenções. Será meu constante cuidado manter a paz, a honra, e a dignidade da nação; fortificar as nossas instituições por meio de discretos melhoramentos; sustentar a religião do Estado; proteger as liberdades públicas, e promover o bem-estar de todas as classes da sociedade (DOM PEDRO II, 1993, p. 206).

Com relação a esse compromisso, o Imperador cumpriu-o na íntegra, sobretudo no que diz respeito à manutenção da paz, tendo afirmado, no seu *Diário de 1862* ao fazer um balanço de suas realizações, o seguinte: “Confesso que em 21 anos muito mais se poderia ter feito; mas sempre tive o prazer de ver os efeitos benéficos de 11 anos de paz interna devidos à boa índole dos brasileiros [...]” (DOM PEDRO II, 1956a, p. 17).

Embora desde 1823, na Assembléia Constituinte, Dom Pedro I tenha anunciado a necessidade da criação de uma legislação particular, que organizasse os estudos públicos, pouco se fez para que, na prática, fosse efetivado. Os letrados existentes no país se reduziam a uma pequena elite intelectual, cuja cultura científica e literária foi assimilada na Europa. A maioria da população que vivia nos campos e nas cidades estava privada da instrução e do conforto de qualquer natureza.

No entanto, para análise do período pós-proclamação da maioria de D. Pedro II no que se refere à educação, faz-se necessário ter em mente as duas situações vigentes naquele momento, criadas pelo Ato Adicional de 1834. De um lado, o governo central se ocupava do ensino superior em todo o território nacional, além dos cursos primário e secundário no Município da Corte; do outro lado, as Províncias, com a responsabilidade de

criar e manter os estabelecimentos de níveis primário e secundário às suas custas. Esse ato agravou ainda mais o caos existente na educação, uma vez que não havia nem plano e nem método. Muitas escolas foram criadas, mas apenas no papel, por meio de decretos e leis. O que se esperava de positivo nessas resoluções não foi alcançado, visto que pouco se investia na educação devido à pobreza das províncias.

Com relação ao Ato Adicional, o próprio Monarca fez o seguinte comentário em seu diário: “O Ato Adicional é grande embaraço para conveniente uniformidade do ensino público; porém muito podem fazer os presidentes” (DOM PEDRO II, 1956a, p. 20).

Os problemas enfrentados pela educação pública não eram causados somente pela falta de uniformidade. Pesava ao lado dessa situação, além da falta de habilitação específica para os candidatos ao cargo de professor, a baixa remuneração, a inexistência de edifícios adequados para o funcionamento das escolas, o desinteresse dos pais pela educação dos filhos; a ausência de fiscalização, material insuficiente. E em todo o Império, existiam apenas duas escolas normais para formação qualificada do magistério, uma em Niterói, fundada em 1835 e outra na cidade de Salvador em 1836. Somente em 1847, foi criada uma terceira na Província de São Paulo (NISKIER, 1996, p. 146).

Com relação às escolas normais, de acordo com alguns registros, estas não qualificavam, como deveriam, os professores. No que se refere aos requisitos para ingresso nestas instituições, no “*Diário da Viagem ao Norte do Brasil*”, que realizou nos fins de 1859 e meados de 1860, durante visita à escola normal da Bahia, fez a seguinte anotação:

As condições para admissão são: idade maior de 16 anos, certidão de vacina, bom procedimento e conhecimento das 1as. Letras. É para rapazes e raparigas em dias alternados, havendo 55 matriculados. O curso é de 2 anos e os que freqüentaram não são obrigados a servir depois como professores (DOM PEDRO II, 1959, p. 158).

Dessa forma, pode-se afirmar que poucos eram os requisitos para aqueles que aspirassem ao magistério. Outro inconveniente era o tempo destinado à formação, apenas dois anos, como as aulas eram alternadas, não proporcionavam sequer uma carga horária de vinte horas semanais, o que empobrecia ainda mais o aprendizado.

Na tentativa de resolver o problema da educação, vários relatórios foram enviados pelos presidentes das províncias para o ministro do Império, nos quais apontavam algumas soluções que poderiam ser colocadas em prática. Dentre elas, sugeriam preparar adequadamente os professores mediante a criação de escolas normais, proporcionar uma séria inspeção nos cursos para que se evitasse o desvio dos recursos orçamentários, além da reforma do método que estava em vigor — o sistema Lancaster⁵⁹ —, uma vez que os resultados obtidos não eram os esperados.

Em 1840, os relatórios provenientes dos ministérios afirmavam ser necessário estabelecer a obrigatoriedade da Instrução, uma vez que atribuíam o baixo progresso da instrução elementar à liberdade que possuíam os pais e as pessoas responsáveis pela educação das crianças. Estas só as enviavam à escola quando lhes fosse conveniente, não havendo nesse compromisso uma certa regularidade, conseqüentemente o resultado desse procedimento era o atraso na aprendizagem, bem como desorganização da economia do estabelecimento escolar (ALMEIDA, 2000, p. 80-81).

⁵⁹ Conforme Niskier (1996, p. 104-105), “[...] o sistema Lancaster consiste em fazer com que os rapazes se ensinem uns aos outros. A prática desse método pouco mais ou menos se reduz ao seguinte: cada escola é dividida em classes de rapazes quase da mesma idade, e que tenham feito iguais ou quase iguais progressos. O lugar de cada um será determinado pelo seu adiantamento. Cada classe destas se divide em decuriões e discípulos. Sendo, por exemplo, doze na classe, os seus melhores são os decuriões (tutores em inglês). Os decuriões devem fazer estudar as lições aos seus discípulos ao mesmo passo que as estudam eles mesmos, vigiar no seu bom comportamento, no sossego e boa ordem da classe. Cada uma destas classes deve ter um certo número de vigias, ou inspetores (nas escolas de Lancaster dá-se-lhes o nome de monitors). A obrigação desses monitores é vigiar exclusivamente sobre o que se está fazendo na classe — ensinar os decuriões a aprender as lições, e dizer-lhes o modo como hão de ensinar aos seus discípulos; ver se todos eles cumprem com o seu dever; tomar no fim lição a toda a classe. Cada um destes monitors é tirado da classe onde aprende para aquela cuja matéria de ensino já ele sabe a ponto de poder ensinar. O monitor deve portanto saber perfeitamente o que se aprende na classe onde ele vai presidir — deve ser além disto, de uma regular conduta e digno da confiança que dele se faz. As lições de cada classe devem ser fáceis. [...] Devem as lições ser de uma tal extensão que não levem mais de dez minutos a aprender. [...] Particular cuidado se deve tomar em que não passe uma só palavra que não seja bem compreendida, e nunca se deve principiar lição de novo sem estar bem aprendida a que se tiver passado... A grande vantagem deste sistema é que um rapaz nunca é deixado a si só, para aprender a sua lição unicamente pelos seus próprios esforços. [...] Outra vantagem do sistema é o muito que se poupa em mestre. [...] No sistema de Lancaster um só mestre pode governar uma classe de 500 ou 600 discípulos”. O método Lancaster foi introduzido no País tendo como modelo a Inglaterra. Embora esta forma de ensino estivesse em alta naquele país, no Brasil os liberais brasileiros divulgadores do método iludiram-se na propagação deste novo sistema, devido às condições já mencionadas acima.

Mesmo sobrecarregado financeiramente, o governo solucionou vários problemas relacionados à Educação Pública no município do Rio de Janeiro e da Educação Superior existente no país.

A difícil situação pela qual passava a Instrução Pública proporcionava benefícios para as escolas particulares, que fundavam Colégios e Liceus em várias províncias do país. A concentração das escolas secundárias nas mãos de particulares resultou na acentuação da educação classista, uma vez que o seu acesso ficava restrito aos filhos das famílias abastadas. Durante o reinado de Dom Pedro II, as modificações sofridas por esses Colégios e Liceus foram no sentido de se transformarem em cursos preparatórios para acesso ao nível superior, acelerando, desse modo, o preparo dos filhos da classe dominante e os colocando em posição de destaque (ROMANELLI, 1987, p. 40).

Até o Colégio Pedro II, criado na Corte, sendo o único mantido pelo Governo Central e destinado a ser modelo para todas as províncias, não conseguiu permanecer dentro dos padrões para ele estipulados, terminou por assimilar a forma de curso preparatório.

Na tentativa de coibir os abusos da iniciativa particular, alguns parlamentares propuseram, na Câmara, um projeto de lei com a seguinte determinação:

Todo indivíduo que quiser abrir qualquer estabelecimento de instrução primária ou secundária, no município do Rio de Janeiro, deverá previamente impetrar licença do governo provando: 1º — que tem a necessária capacidade para o ensino a que se dedica; 2º — que tem a necessária moralidade e que ainda não sofreu pena alguma infamante (HOLANDA; CAMPOS, 1985, p. 377).

Vários foram os projetos que se ocuparam desta temática, não que buscassem impedir a liberdade de ensino, mas apenas tentavam frear os abusos. Porém, nenhum deles foi levado em consideração.

Até 1843, D. Pedro II, às voltas com o problema das rebeliões, não se posicionou, pelo menos oficialmente, sobre o problema da Instrução Pública. Porém, ao ser estabelecida a paz nas províncias revoltosas, inclusive com a rendição de uma parte do Rio Grande do Sul, o Monarca, na Fala do Trono de Abertura da Assembléia em 1º de janeiro

de 1843, entre outras orientações, pela primeira vez pediu a atenção dos deputados para a grave situação da Instrução Pública.

A partir de 1845, algumas leis se ocuparam da instrução pública. No Decreto de 10 de dezembro, foram determinadas as regras para concurso que supriria as vagas de professores existentes no município da Corte. Anteriormente, em 18 de setembro do mesmo ano, o governo havia autorizado a criação do cargo de “[...] adjuntos aos institutores da mesma cidade, e a fazer as despesas necessárias para o aluguel e o material das escolas” (ALMEIDA, 2000, p. 81). Entretanto estas medidas não foram suficientes para produzir todos os resultados que D. Pedro II desejava. O sistema estava desestruturado pela base; havia necessidade de organizar o caos instaurado pelas diversas medidas tomadas em várias épocas, impulsionadas pelo momento, no entanto, sem nenhum elo de ligação entre elas ou sequer algum estudo anterior.

Por conta dessa situação, o governo, em 1847, escolheu, entre os mais ilustres cidadãos, um grupo de pessoas com a incumbência de visitar todos os estabelecimentos de ensino, inclusive particulares, para terem conhecimento da real situação em que se encontravam (ALMEIDA, 2000, p. 81).

Inspecionar o ensino privado souo como uma intromissão do governo. Até então, sua participação neste tipo de estabelecimento restringia-se às autorizações concedidas para seu funcionamento. Deu-se, então, lugar a um intenso debate nos jornais pelos interessados, muitos deles afirmava que o governo estava transgredindo a lei.

No entanto, essa intervenção há muito estava sendo reclamada pela moralidade pública, pois a situação havia se agravado de tal modo que qualquer pessoa podia abrir o curso que bem entendesse, sem levar ao conhecimento de qualquer que fosse a autoridade. Por não haver nenhum tipo de fiscalização nessas instituições, havia educadores que aplicavam aos seus alunos punições severas, cientes que nenhuma pena lhes seria imposta.

Buscando restaurar a força moral, “[...] a Câmara Municipal, estimulada pelos avisos sucessivos do Ministério do Império, tentou um novo esforço para manter a disciplina [...]”. Substituiu os responsáveis pela vigilância e fiscalização das escolas pelos padres e pelos juizes de paz. A medida poderia ter surtido efeito, porém os padres, na sua maioria, eram ignorantes ou negligentes e os juizes, por sua vez, estavam sujeitos aos seus

eleitores, dessa forma, não possuíam independência para agirem, além do que lhes faltava instrução e caráter (ALMEIDA, 2000, p. 81).

Sobre a inspeção de instituições de ensino tanto públicas quanto privadas em todo o território nacional⁶⁰, esta foi uma tarefa que D. Pedro II desempenhou com afinco durante boa parte de sua vida. Isso pode ser constatado nos registros feitos na obra já mencionada *Diário da Viagem ao Norte do Brasil* (1959), bem como no *Diário de 1862* (1956a).

Nos dois Diários, D. Pedro II registrava as impressões destas visitas. Fiscalizava desde o estado das instalações até às vestimentas. Provava a alimentação, visitava os alojamentos, além de sabatinar os alunos para verificar se a aprendizagem estava de acordo com o nível de escolaridade, testava também a capacidade intelectual dos professores. O material pedagógico em uso era analisado minuciosamente. Se instituição e professor cumpriam seu papel a contento, elogiava; caso contrário, registrava suas defasagens.

Na viagem realizada ao Norte do Brasil, o Imperador visitou todas as instituições escolares, desde as aulas avulsas com pouca frequência até grandes colégios religiosos. Tanto aulas públicas como as particulares, seja nas cidades seja nas povoações, fazendo comentários, elogiando e, quando percebia a necessidade de melhoramentos em tais estabelecimentos, fazia doação de valores significativos.

Uma dessas doações foi destinada ao Seminário Recolhimento de São Joaquim, cujo reitor era o padre-mestre Frei Antonio Cipriano do Santíssimo Sacramento. A visita foi realizada pelo Monarca no dia 26 de outubro de 1859. Após constatar a situação material e a aprendizagem, que o Imperador considerou sofríveis, doou ao seminário a quantia de cinco contos de réis (DOM PEDRO II, 1959, p. 247).

No entanto, a substituição dos fiscalizadores das instituições em nada alterou a situação vigente. A desorganização da instrução pública permaneceu inalterada. Era na corte, acima de qualquer província, que as mazelas sobressaíam.

⁶⁰ Também em suas visitas ao exterior, D. Pedro II tinha por hábito fazer incursões aos estabelecimentos de ensino, como pode-se constatar em Faingold (1999, p. 85-152). Nas páginas mencionadas, constam o nome de todas as instituições visitadas pelo Imperador, bem como seus comentários, e como não poderia deixar de ser, suas doações, sendo a maior delas de 15 mil francos, depositados pelo Monarca para dar meio a crianças pobres de Jerusalém frequentarem escolas.

D. Pedro II, que durante toda a sua vida foi um estudioso, não estava à margem dos problemas educacionais. Dessa forma, ao se inteirar de todos os acontecimentos no velho mundo, foi influenciado pelas mudanças no plano educacional que corriam na Europa de 1848 a 1850. Sobre esta questão basta analisar o livro *Dom Pedro II e a Cultura*. Ali, em períodos diferentes, é possível encontrá-lo: buscando regulamento e programas de estudos de Escolas Politécnicas; pedindo esclarecimento sobre estudos da Escola Agrícola de Gregnon na França e analisando a legislação sobre a instrução pública da Bélgica (DOM PEDRO II, 1977, p. 25, 30,177).

Buscando realizar melhorias na instrução pública, alguns homens públicos tiveram sua atenção voltada para a França que, naquele momento, promulgava a Lei Falloux em 1850. Este país ocupava o primeiro lugar entre as nações que já haviam organizado a instrução pública (ALMEIDA, 2000, p. 82). A Lei Faloux apoiava abertamente a presença da Igreja no processo educativo numa tentativa de satisfazer católicos e protestantes, além de combater, ou pelo menos conter, o socialismo. Estipulava, também, para todas as comunas que tivessem uma população acima de oitocentos habitantes, a manutenção uma escola para meninas (GILES, 1987, p. 232).

Entretanto, no Brasil desde 1848, o presidente da Província do Espírito Santo, Luís Pedreira do Couto Ferraz – o futuro Visconde de Bom Retiro, conforme relatório de primeiro de março, já estava examinando as escolas de sua província e tentando aperfeiçoar aquelas que se achavam em penúria (SERRANO, 1927, p., 107).

Nesse mesmo relatório, Couto Ferraz faz menção a um regulamento da Instrução Primária que já estava pronto. Ao seu ver, não era um regulamento perfeito, porém em harmonia, na medida do possível, com:

[...] o estado e circunstância da província onde tem que ser posto em execução. Não o expendi ainda porque entendi que, achando-se mui próxima a reunião da assembléia provincial, delicadeza era, por sobre melhor, aguardar que acerca delle enunciasseis o vosso juízo, e fossem por vossa illustração corrigidos os defeitos e supprida as lacunas [...] (FERRAZ, *apud* SERRANO, 1927, p. 107).

No Brasil, todas as preocupações e melhoramentos efetivados desde a vinda da Família Real, em 1808, visavam a instrução secundária e o ensino superior. O governo

preocupou-se, fundamentalmente, com a formação das elites que iriam dirigir o país. Em vez de criar um sistema nacional de ensino que abrangesse todos os graus e modalidades, os responsáveis pela educação detiveram-se na criação de mais escolas superiores e “[...] em regulamentar as vias de acesso a seus cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior”. Embora a vinda da Família Real tenha provocado mudanças na educação brasileira, não foi dada a importância necessária à instrução primária das classes baixas e médias da sociedade (PILETTI, 1997, p. 41).

Assim, movidos pelas mudanças que ocorriam na França, e “[...] inspirados pelas idéias do soberano [...]”, os legisladores brasileiros se voltaram para a instrução primária (ALMEIDA, 2000, p. 83). Por ter todos os olhares provinciais sempre voltados para os acontecimentos da Corte, era evidente que, se ali o ensino primário fosse organizado de uma maneira eficiente, este serviria de modelo para todo o território imperial. Desse modo, Couto Ferraz, então presidente da província do Rio de Janeiro, expediu um regulamento, em 14 de Dezembro de 1849, que duplicou em dois anos a frequência dos alunos, sendo esta uma grande façanha.

Impulsionado por esse entusiasmo, em 1851, o Ministério conseguiu que a Câmara dos Deputados votasse a lei de 17 de setembro. Essa lei dava ao governo liberdade para efetuar as reformas que a instrução primária no município da Corte reclamava. De acordo com Almeida (2000, p. 143), embora tenha sido elaborada pelo Visconde de Bom Retiro, foi uma lei desejada pelo Imperador. O resultado da lei foi um decreto, de 17 de fevereiro de 1854, que colocava em vigor o regulamento para a reforma da instrução pública elaborado por Couto Ferraz, naquele momento exercendo o cargo de Ministro do Império.

Com relação à reforma de ensino, orientou o Visconde de Paraná quando este assumiu o Gabinete da Conciliação de seis de setembro de 1853. Conforme já mencionado no capítulo dois, Dom Pedro II, ao escrever as *Instruções*, dentre outros tópicos, solicitava a ele reforma da Instrução Primária e Secundária. O Monarca observava que o trabalho já estava quase todo pronto e que parte dele se encontrava em seu poder. Também, na Fala do Trono de Encerramento da Assembléia Geral, o Imperador solicitou aos estadistas que se encarregassem de promover melhorias para a Instrução Pública.

O que resultou do pedido à Câmara foi registrado por D. Pedro II na Fala do Trono no mês de setembro de 1854, no agradecimento à Câmara pela autorização para que se criassem e melhorassem os estabelecimentos responsáveis pela instrução.

Apreciando a importância dos vossos trabalhos legislativos, agradeço-vos os meios com que habilitastes o meu governo para satisfazer às necessidades do serviço público, e a atenção que prestastes aos assuntos, que vos indiquei na abertura da presente sessão. Confio que na vossa seguinte reunião serão resolvidos aqueles, que ficaram ainda pendentes.

O meu governo usará convenientemente das autorizações, que lhe concedestes para a reforma de algumas repartições públicas, e criação ou melhoramento de estabelecimentos de instrução (DOM PEDRO II, 1993, p. 298).

Já a resposta do pedido ao presidente do conselho foi a reforma que recebeu o nome de Reforma Couto Ferraz, que só se completaria três anos após sua autorização, por intermédio do Decreto 2.006, de 24 de outubro de 1857 (NISKIER, 1996, p. 145). Esta reforma, no que concerne à instrução primária, colocou o Império brasileiro no mesmo patamar das nações mais desenvolvidas do mundo, cujas idéias essenciais para o ensino primário e secundário podem ser resumidas nos seguintes termos:

[...] vulgarizar e difundir a instrução pública; dar ao corpo docente uma organização melhor [...] formar bons professores e bons institutores; regulamentar e regularizar o ensino privado; enfim criar um centro de inspeção encarregado, em nome do governo, de dirigir e supervisionar todos os estabelecimentos de instrução da capital (ALMEIDA, 2000, p. 83).

Em 1856, D. Pedro II, ao encerrar os trabalhos da Assembléia, na Fala do Trono, agradeceu as medidas tomadas pelos estadistas, dentre elas a “[...] reforma da educação em seus diversos ramos” (DOM PEDRO II, 1993, p. 308).

Entretanto, dois anos após a promulgação da lei, a instrução primária se encontrava desorganizada. Os melhoramentos nela propostos foram executados apenas na educação secundária. Contudo, este não era um problema exclusivo do Brasil. Na França, a educação primária também ficou relegada a segundo plano. As atenções dos parlamentares se voltavam para o ensino secundário, uma vez que esta era uma situação imposta pela

aristocracia que, destituída do poder, queria, por meio da educação, manter o prestígio, ocupando o primeiro lugar na hierarquia social (GILES, 1987, p. 231).

Com relação ao interesse dispensado por D. Pedro II à educação secundária, não há o que contestar. Basta uma análise não muito minuciosa nos seus diários para encontrá-lo, por vários dias seguidos, participando dos exames que eram realizados no Colégio D. Pedro II, avaliando a capacidade dos alunos, bem como dos professores ou, ainda, preocupado com a aprendizagem dos alunos do Colégio, como pode ser constatado no seu *Diário de 1862*, no qual fez algumas reflexões para o projeto do novo plano de estudos do referido colégio. Outro objeto de desvelo do Imperador era a criação de colégios agrícolas que trariam grandes benefícios à formação de agricultores, tornando-os entendidos nas técnicas modernas de cultura da terra.

No que se refere ao protecionismo que o Imperador dava à instrução secundária, alguns autores deixaram seus registros. Schwarcz (1999, p. 124) escreveu que o Monarca anotou às margens de um livro, como era seu costume, que lhe restavam duas grandes obras para realizar, “[...] organizar moralmente a nacionalidade e formar uma elite”. Já Chateaubriand (1927, p. 15) afirmou que a maior obra de D. Pedro II foi ter formado as elites políticas, literárias e artísticas, uma vez que seriam elas que enfrentariam os variados problemas do país.

Um artigo do *Jornal do Comércio* afirmou que, durante o Reinado de Pedro II, o ensino secundário atingiu o seu apogeu, sendo o próprio Imperador o seu principal inspetor, “[...] sempre solícito, sempre prompto a corrigir os excessos, comparecendo aos concursos de professores e nomeando vencedores, fossem oposicionistas ou republicanos” (JORNAL DO COMERCIO, 1927a, p. 549).

Não bastasse a situação da educação, o Monarca, no período de 1856 até 1865, esteve às voltas com diversos problemas nacionais: a Lei dos casamentos mistos, carestia dos alimentos, a colonização, as secas nas Províncias do Norte, Lei de pensões e aposentadorias, regulamentos sobre: o censo e sobre as obras públicas, reformas: judiciárias, eleitoral, regulamentação entre colonos e proprietários de terra e melhoramentos dos meios de comunicação e das estradas. Além de toda essa situação, o

Império também teve suas relações diplomáticas cortadas com a Inglaterra devido à Questão Christie⁶¹. Ao lado de todas essas questões, as várias epidemias, que ocorriam repetidas vezes, causavam grande prejuízo ao Império. As rendas públicas menores que as despesas eram objeto do constante apelo de D. Pedro II à Câmara, no sentido de que fossem efetuadas políticas mais enérgicas que resultassem em economia e aumento de receita. Desse modo, a educação pública ficou em segundo plano.

Além da falta de investimentos, contribuía para a desorganização da Instrução Pública a incompetência dos órgãos burocráticos. Em um relatório de 1861, enviado para o ministro do Império José Antonio Saraiva, constava as várias dificuldades que este setor encontrava para atender os esforços do governo na adoção de medidas próprias que prestassem melhores informações sobre a situação do ensino em todo o Império.

Não tem sido até hoje possível, apesar das reiteradas recomendações do governo, habilitar-se à inspeção geral da instrução primária e secundária na Corte com as informações precisas para a organização de uma estatística exata do estado destes ramos de ensino em todo o Império, como preceitua o Art. 3, § 5º do regulamento respectivo. Os esclarecimentos que sobre este assunto devem ser remetidos às províncias deixam de ser enviados, ou não o são a tempo de poderem servir para o fim a que se destinam. Tal é a razão porque nada posso dizer-vos com particularidade sobre o desenvolvimento que tem tido o ensino primário e secundário em cada uma das províncias do Império, limitando-me somente a informar que, em todas elas, tem merecido este ramo do serviço público particular atenção (NISKIER, 1996, p. 153).

D. Pedro II só voltaria a requerer os melhoramentos para a Instrução Pública a partir de 1865 na Fala do Trono de Abertura da Assembléia.

Ao deflagrar a Guerra do Paraguai em 1864, todos os recursos do país foram absorvidos na sua manutenção. De acordo com D. Pedro II na Fala do Trono, aumentou muito a despesa pública. Assim, a atenção do país, no que se referia aos assuntos internos,

⁶¹ De acordo com Albuquerque (1985, p. 136), a Questão Christie se refere a dois incidentes. O primeiro sobre o navio mercante inglês que afundou parcialmente na costa do Rio Grande do Sul e foi pilhado; a outra questão foi a prisão de três oficiais da marinha britânica que, provavelmente embriagados, causavam tumultos e não foram reconhecidos por estarem a paisana. “No primeiro caso, Christie pediu indenização, que ele mesmo arbitrou [...] No caso dos oficiais presos, Christie considerou aquilo uma injúria [...]”.

foi desviada, ficando em segundo plano os melhoramentos que eram solicitados, inclusive aqueles da Instrução Pública. (DOM PEDRO II, 1993, p. 374)

Novamente em 1867, na Fala do Trono, o Soberano lembrou à Câmara que o desenvolvimento da Instrução Pública era um assunto digno da maior atenção dos parlamentares. Estes, por sua vez, no Projeto do Voto de Graças, prontificaram-se nas considerações das propostas feitas na Fala do Trono, em especial no que dizia respeito à Instrução Pública.

No entanto, na sua maioria, os debates que ocorriam na Assembléia sobre a Educação Pública, da mesma forma os relatórios nela apresentados, restringiam-se, com freqüência, ao apontamento das péssimas condições em que se encontrava a educação.

Nenhuma questão era tratada de maneira lúcida, equacionada corretamente e não se propunham soluções adequadas e efetivas para os problemas apontados. Alias de maneira geral, tem-se a impressão de que, não raro, os parlamentares falavam pelo prazer de falar, perdendo-se quase sempre, em discussões estéreis, senão ridículas. Como disse Luís Agassiz, em 1865, nenhum país, como o Brasil ‘tem mais oradores nem melhores programas; a prática, entretanto é o que falta completamente’ (HOLANDA; CAMPOS, 1985, p. 378).

O posicionamento dos parlamentares não passava despercebido a Dom Pedro II, ele chegou a registrar, em seu diário, vários comentários a respeito da indiferença e da morosidade dos parlamentares. Ao iniciar suas anotações do dia 2 de janeiro de 1862 sobre a criação de escolas agrícolas, comentou o Imperador: “[...] há anos que se poderia ter feito isso; mas tudo marcha entre nós de modo desanimador, apesar de eu empregar todos os esforços que posso na minha posição de monarca constitucional [...]” (DOM PEDRO II, 1956a, p. 21).

No dia 10 de janeiro de 1862, D. Pedro II apontou sua tristeza e a impossibilidade de externá-la, devendo aparecer sempre sorridente, mesmo diante de tantas coisas que o desgostava. Lamentava não poder expressar seu modo de pensar. Mas, para quê, perguntava o Monarca, se poucos seriam aqueles que acreditariam nas dificuldades que encontrava para fazer aquilo que julgava ser o certo. E pesaroso afirmava:

Há muita falta de zelo e o amor da pátria só é uma palavra para a maior parte! Ver onde está o bem, e não poder concorrer para ele senão lentamente burlando-se muitas vezes os próprios esforços é um verdadeiro tormento de Tântalo⁶² para o soberano que tem a consciência; mas a resignação é indispensável para que a influência do soberano vá produzindo sem abalos, sempre maus, seus efeitos desinteressados do que não seja bem público, alvo neces[sário] do monarca constitucional (DOM PEDRO II, 1956a, p. 24).

Nesse sentido, D. Pedro II agia conforme orientação de Frederico II quando afirmou que, embora fosse muito difícil, era necessário que os Soberanos adaptassem o seu temperamento às conjunturas, para isso deveriam aprender a se conformar com os tempos, do mesmo modo que a aptidão de um piloto o leva a desenrolar as velas quando os ventos sopram a seu favor, mas que “[...] navega à bolina, ou inclusivamente as amaina, quando a tempestade lho exige, está unicamente aplicado a conduzir o seu barco ao porto desejado, independentemente dos meios para o conseguir” (FREDERICO II, 1998, p. 148).

Ainda sobre a morosidade dos parlamentares, no dia 11 do mês de janeiro de 1862, D. Pedro II anotou sobre a demora no despacho de “[...] um projeto de lei sobre aposentadoria e acumulações de vencimento [...]” que já estava há mais de trinta dias para ser discutido e que, mesmo diante das recomendações do Monarca, nada havia andado. Incontido desabafou: “Aproxima-se o tempo dos relatórios e há diversos projetos de lei que discutir. Não sei como os ministros distribuem o tempo” (DOM PEDRO II, 1956a, p. 24).

No dia 23 de fevereiro de 1862, o Imperador solicitou o parecer do Conselho de Estado sobre uma disposição do Regimento Interno da Assembléia Provincial de Alagoas⁶³, ao receber a resposta de que a questão seria estudada naquele momento, uma vez não terem tido tempo, retrucou D. Pedro II que, na verdade, o tempo foi pouco, mas suficiente, “[...] se não houvesse bastante preguiça; (sic) para examinarem o parecer da seção” (DOM PEDRO II, 1956a, p. 54).

⁶² “Tântalo rei lendário da Lídia. Por ter ofendido os deuses, servindo-lhes o próprio filho Pélops num festim, foi precipitado no Tártaro e condenado a não poder saciar nem sua fome nem sua sede, num ambiente repleto de frutas e de água. Daí a expressão suplício de Tântalo. (GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, 1995e, p. 5580).

⁶³ Essa disposição refere-se à exigência do presidente Antônio Alves de Sousa Carvalho “[...]juma lista dos deputados das províncias segundo os votos dos eleitores aprovados pela Câmara dos Deputados depois da apuração das câmaras municipais a fim de não admitir os que receberam diplomas em virtude da eleição de eleitores declarados nulos pela Câmara dos Deputados no tempo referido” (DOM PEDRO II, 1956a, p. 53).

Dessa forma, fica claro que os estadistas dos dois partidos políticos, irreconciliáveis quando no poder, na sua maioria, buscavam atender seus interesses. A Educação Pública ficava igualmente sujeita a esse jogo partidário.

Após 1867, em quase todas as Falas do Trono, D. Pedro II lembrou aos parlamentares sobre a necessidade de promover os melhoramentos que a Instrução Pública reclamava. No entanto, não obstante as constantes solicitações do Monarca, a situação da Instrução Pública ainda permanecia inalterada em 1867, a não ser a instituição da obrigatoriedade para se introduzir, no currículo das escolas públicas, o ensino do sistema decimal de pesos e medidas. Para sistematização desse aprendizado, o governo distribuiu cinquenta coleções de pesos e medidas para as instituições públicas (ALMEIDA, 2000, p. 114).

Embora a Instrução Pública não fosse assunto de urgência para os Parlamentares, D. Pedro II não compactuava com essa postura. Sempre que a ocasião lhe permitia, utilizava os mais diversos meios para investimentos na Educação. Assim, com o término da Guerra do Paraguai, no mês de março de 1870 foi lançada a idéia de se fazer uma subscrição para que se levantasse uma estátua para D. Pedro II. Este, ao saber da homenagem, enviou um bilhete para o Ministro do Império, Sr. Paulino José Soares de Souza, dizendo que se alegraria que fossem empregados esforços no sentido de conseguirem dinheiro, mas para que construíssem prédios para escolas de ensino primário e para que fosse utilizado no aperfeiçoamento do material em outras instituições de instrução pública. Com o dinheiro da subscrição, foram construídas quatro grandes escolas (NASCIMENTO, 1927b, p. 137).

No dia 29 de setembro desse mesmo ano, assumiu, como Ministro do Império, o Conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira, sendo este Ministério o mais fecundo em realizações para o ensino público. Sob o impulso de D. Pedro II e de seu ministro, houve uma mobilização no meio político e particular para as questões de ensino e para que fossem construídas escolas. A idéia não era nova, desde 1854 essa necessidade já havia sido apontada pela Lei Couto Ferraz. “Começou-se diz (sic), a pôr em execução esta disposição, a fim de suprir uma sensível lacuna na nossa instrução pública” (ALMEIDA, 2000, p. 128).

Parece que a atitude de D. Pedro II, ao doar as subscrições para construção de escolas, surtiu um efeito prolongado. Nesse período, a iniciativa particular se mobilizou na construção e criação de escolas primárias, não ficando o movimento limitado apenas à capital do Império, mas também alcançou algumas províncias mais distantes.

O exemplo de D. Pedro II não se restringiu apenas à doação da subscrição da estátua. Às suas custas, o Monarca já havia construído uma escola na vizinhança do Palácio São Cristóvão, que funcionava desde 1868, e outra na sua fazenda de Santa Cruz, que foi inaugurada em 1885.

A escola de São Cristóvão, que funcionava sem edifício próprio, foi re-inaugurada em 17 de janeiro de 1882. Os dois estabelecimentos eram divididos em compartimentos específicos, contendo edifícios para as aulas, um local para exercícios de ginástica, um edifício para as oficinas. Havia, também, jardins para recreação e instrução. No jardim destinado à instrução, funcionava uma pequena escola prática de floricultura, horticultura e arboricultura. Ali, eram feitos experimentos agrícolas de acordo com os procedimentos mais modernos. No espaço em que foi construída a escola, foi destinado um local para a casa do diretor. Toda a despesa gasta na edificação e no mobiliário da Escola de São Cristóvão ficou em torno de sessenta contos de reis. De janeiro de 1882 até fevereiro de 1885, Dom Pedro II desembolsou mais de 25:500\$000 réis na manutenção da escola de São Cristóvão. Frequentavam as classes diurnas e vespertinas, anualmente, em torno de 150 alunos (ALMEIDA, 2000, p. 201).

Construir oficinas nas escolas primárias foi uma iniciativa exclusivamente do Imperador, que almejava dar orientação aos alunos desde a mais tenra idade. Entendia que ficaria mais fácil a escolha das profissões, além do que, era seu desejo fazer dos filhos dos servidores da coroa cidadãos independentes e capazes de sobreviverem por intermédio do seu trabalho em qualquer lugar.

A escola de São Cristóvão admitia apenas até 100 alunos anuais, não que seu espaço fosse pequeno, mas este era o número estipulado para que se garantisse um bom aprendizado. Na escola de Santa Cruz, o número de alunos admitidos era de 80 anuais. O ensino, nestas escolas, era misto e recebiam, então, 50% de meninas e 50% de meninos. Possuíam um regulamento específico que descrevia, em minúcias, as matérias que deveriam ser ministradas. Era um amplo programa, pois compreendia não só as matérias

necessárias para uma boa e firme instrução, mas elas seguiam uma ordem crescente, acompanhando, de um modo natural, o desenvolvimento intelectual dos alunos (ALMEIDA, 2000, p. 204).

Em 1871, foi apresentado à Câmara um relatório, no qual o Conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira apontava quatro necessidades principais para a Instrução Pública: “[...] 1º o ensino obrigatório; 2º a criação de escolas de ensino secundário; 3º melhora do professorado e 4º uma modificação no sistema de direção e supervisão das escolas” (ALMEIDA, 2000, p. 131). Como se vê, as realizações desse ministério não se restringiram apenas à construção de escolas, mas também se preocupavam com a estrutura e o funcionamento das mesmas, organizando a Instrução em todos os seus aspectos.

A partir de 1872, D. Pedro II mencionou em quase todas Falas do Trono (com raríssimas exceções) a necessidade de que fossem empenhados todos os esforços para se difundir a educação pública. Na sua Fala do Trono de Abertura da Assembléia Geral em 3 de maio de 1873, Dom Pedro II fez o seguinte apelo aos deputados: “A educação popular e a difusão das luzes, necessárias a diferentes classes sociais, carecem de um plano mais largo e aperfeiçoado, que vos será proposto” (DOM PEDRO II, 1993, p. 415). O Imperador voltou a mencionar a reforma da Instrução Popular na Fala do Trono do ano seguinte, dessa vez em um tom mais enérgico, o Monarca mencionou mais uma vez o plano que seria proposto para apreciação dos deputados, além de deixar claro as iniciativas particulares.

A educação e instrução popular continuam a ser objeto dos mais assíduos cuidados do governo, e ser-vos-á apresentado um plano, tendente a dar sistemático e mais vigoroso impulso a esse progresso essencial, a que a iniciativa particular presta o mais louvável concurso (DOM PEDRO II, 1993, p. 422).

Com relação ao projeto de reforma apresentado à Câmara pelo Ministro João Alfredo, o Monarca, ao escrever alguns *Conselhos* para a Regente D. Izabel por ocasião de sua segunda viagem ao exterior em 1876, fez questão de que a Princesa soubesse que as idéias propostas no projeto de reforma eram dele (VIANNA, 1966, p. 244). Diante do esclarecimento por parte do Monarca, pode-se afirmar que seu empenho em realizar os

diversos melhoramentos necessários à Instrução pública não ficava apenas na falácia da cobrança à Câmara, o Imperador participava ativamente da ação.

No dia 3 de maio de 1875, ao se dirigir à Assembléia, na Fala do Trono de abertura da Assembléia Geral, D. Pedro II chamou a atenção dos parlamentares para que dessem prioridade aos projetos que eram de suma importância para a sociedade, dentre eles mencionou o projeto para o “[...] desenvolvimento do ensino primário, secundário e profissional [...]”. Foi a primeira vez que se referiu ao ensino profissional (D. PEDRO II, 1993, p 431).

Com relação à questão do ensino profissional, na França, desde 1863 já existia a preocupação com a formação profissional do cidadão. Em 1863, o ministro da Educação Victor Duruy retirou, oficialmente, os dois ramos existentes na educação e incorporou as Ciências num programa ampliado, criando um sistema de escolas técnicas que atendessem às necessidades reclamadas pela industrialização (GILES, 1987, p. 232).

Nesse momento, o objetivo educacional não visava mais formar a elite letrada. O homem necessário para esta sociedade era o homem de Ciência, que não só construiria o presente, mas que daria início ao futuro. Surge daí a necessidade de apoiar e instrumentar a educação, tendo o Estado como seu financiador e legislador.

Não muito diferente do que ocorria no Brasil, na França, mesmo diante de todas tentativas e legislações que reformaram a Educação Pública, a condição da classe proletária não se modificou. Todavia não se pode esquecer que, no Império Brasileiro, não existia essa classe de proletários, o país empregava mão-de-obra escrava. O sistema social existente fazia com que o trabalho fosse visto como algo humilhante e imposto pela escravidão. Durante séculos, alimentou-se a crença de que o trabalho manual era uma atividade própria para escravos. Assim, o homem branco considerava degradantes o trabalho físico e o trabalho da terra.

Outro motivo para D. Pedro II mostrar interesse ao ensino profissional residia no seguinte: desde 1864, já se discutia no meio político a liberdade dos filhos das escravas. Quando Dom Pedro II escreveu as *Instruções* para o Presidente do Conselho, Zacarias de Góis e Vasconcelos, uma de suas orientações foi: “A medida que me tem parecido profícua é a da liberdade dos filhos dos escravos, que nascerem daqui a um certo número de anos” (DOM PEDRO II, *apud* VIANNA 1966, p. 176). Num artigo do Jornal do Comércio, o

autor aponta que, em janeiro de 1866, D. Pedro II encarregou Pimenta Bueno da elaboração de um projeto cuja matéria fosse a abolição dos escravos. Este desempenhou com afinco a missão, agradando profundamente o Imperador (JORNAL DO COMÉRCIO, 1927b, p. 651).

Nesse sentido, justifica-se não só a preocupação do Monarca com o ensino profissional, mas também dos grandes latifundiários, haja vista ter sido esse assunto largamente discutido nos Congressos Agrícolas. A organização da Instrução Pública, bem como do ensino profissional, mais do que nunca se faziam urgente para absorver o número de crianças que seriam libertas. Até então, os filhos de escravos não freqüentavam escolas.

Naquele momento, a educação transitou em torno da questão da liberdade. Os filhos dos escravos seriam educados para que soubessem ser livres. Desse modo, a escola faria dessas crianças trabalhadores que seriam utilizados nas grandes propriedades. Em 28 de setembro de 1871, foi promulgada a Lei do Ventre Livre, e já estava em estudo a lei dos Sexagenários. Assim, pode-se concluir que, nesta questão, D. Pedro II se antecipava aos acontecimentos, pois, após a abolição, seria necessário preparar os libertos para as novas relações de trabalho, além de instituir um novo censor, uma vez que o chicote seria abolido.

Ao apresentar o relatório da situação da Instrução Pública, o novo ministro José Bento da Cunha e Figueiredo destacou que o número de escolas que, em 1869, era 3.516, no ano de 1876, os números alcançaram a cifra de 6.000. A quantidade de alunos, em 1869, era de 115.935 e, em 1876, era cerca de 200.000 alunos. Em 1869, havia uma escola primária para 2.394 habitantes livres. No ano de 1876, havia uma escola para cada 1.250 habitantes livres. Em 1869, para 541 crianças livres havia uma escola primária, em 1876, havia uma para 314 crianças (ALMEIDA, 2000, p. 177). Conforme o relatório do Conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo, muitas foram as realizações do Ministro João Alfredo Correa de Oliveira, o ensino público apresentava uma relativa melhora, no entanto ainda não estava de acordo com o desejo de D. Pedro II.

Mesmo diante de toda a movimentação que foi operada através do esforço do Ministro e do Imperador, essa reforma somente se efetivou em 19 de abril de 1879, pelo Decreto 7.247, durante o mandato do Ministro de Negócios do Império Carlos Leôncio de Carvalho. Fazia parte do projeto 29 artigos, cujo campo de aplicação está descrito abaixo:

Hei por bem que os regulamentos da Instrução primária (sic) e secundária (sic) do município da Corte, os dos exames de preparatórios nas províncias, e os estatutos das Faculdades de Direito e de Medicina e da Escola Politécnica se observem de acordo com as seguintes disposições, das quais não serão executadas antes da aprovação do Poder Legislativo as que trouxerem aumento de despesa ou dependerem de autorização do mesmo Poder (NISKIER, 1996, p.157).

O primeiro artigo desse projeto era dedicado à liberdade de ensino, ficando os estabelecimentos sujeitos à inspeção somente para garantir as condições de moral e higiene, também consagrava a obrigatoriedade de ensino para meninos e meninas com idade inferior a catorze anos. As disciplinas que deveriam ser ensinadas nas escolas primárias constavam no art. 4º. No § 5º do Art. 8º, estava prevista a criação ou “auxílio” para os estabelecimentos de escolas normais nas províncias. O § 9º do mesmo artigo era destinado ao ensino profissional. O ensino nas escolas do Estado também foi matéria do Art. 9º. A “[...] organização do Conselho Diretor da Instrução Primária e Secundária da Corte [...]”, era tratado no Art. 14 (NISKIER, 1996, p. 157-157).

No que se refere ao ensino livre, era um desejo daqueles homens que lutavam para que os princípios liberais na política e na administração do país fossem amplamente aplicados. Assim, amparados por essa reforma, puderam aplicar seus recursos, sendo a escola um dos meios para aumentar o seu capital, haja vista que a maioria das escolas que surgiram nesse período foram de iniciativa européia.

Outro capital que estava sendo investido nas escolas particulares no Império, desde 1850, tratava-se do capital do tráfico que foi redirecionado para a educação. A existência do compromisso desses investimentos apenas com o lucro não visavam, desta forma, a qualidade de ensino (ALMEIDA, 2003, p. 19).

Com relação ao ensino livre, ao fazer sua Fé de Ofício, o Monarca declarou seu posicionamento: “Invariavelmente propendi para a instrução livre, havendo somente inspeção do Estado quanto à moral e à higiene, devendo pertencer a parte religiosa às famílias e aos ministros das diversas religiões” (DOM PEDRO II, *apud* MATHIAS, 1984, p. 86).

No que diz respeito ao ensino obrigatório, a Lei, se comparada à da França, estava bem avançada. Esclarece Gal (1968, p. 106) que, na França, somente na Terceira

República, nos anos de 1881 e 1882, foi estabelecido o princípio da obrigatoriedade escolar. Também foi nesse período que o ensino público primário foi realmente organizado, caracterizando as aspirações da democracia nascente. Seus benfeitores foram Jules Ferry e Paul Bert.

Devido a uma série de críticas que a Reforma Leôncio de Carvalho recebeu, foi formada uma Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados para proceder a um exame rigoroso de todas as regras compreendidas nos 29 artigos do Decreto 7.247. A Comissão foi formada por três deputados: “[...] Rui Barbosa (relator), Tomás do Bonfim Spíndola e Ulisses Machado Pereira Viana. Na realidade, coube a Rui Barbosa a tarefa de, em curto prazo, elaborar os pareceres sobre a Reforma Leôncio de Carvalho” (NISKIER, 1996, p. 159).

Entretanto os dois pareceres apresentados à Comissão, em 1882 e 1883 respectivamente, à semelhança dos outros projetos da reforma de instrução, não foram discutidos. Por esse motivo, essa Reforma vigorou até ser instaurada a República. No que se refere a permanência da Reforma até a República, em 1889, o Imperador mais uma vez chama a atenção dos parlamentares sobre a Instrução Pública: “Reconhecida a necessidade da reforma do ensino em seus diversos graus, espero que tomeis em consideração o projeto, que já vos foi apresentado, sobre o ensino primário e secundário [...]” (DOM PEDRO II, 1993, p. 498).

Quem esclarece a indolência e o descuido dos políticos é o próprio D. Pedro II. Em 31 de março de 1862, fez o seguinte registro:

[...] tudo custa a fazer em nossa terra e a instabilidade de ministérios não dá tempo aos ministros para iniciarem depois do necessário estudo as medidas mais urgentes. É preciso trabalhar, e vejo que não se fala quase senão em política que é a mais das vezes guerra entre interesses individuais (DOM PEDRO II, 1956a, p.73).

D. Pedro II, por sua vez, não se alienava do processo político, exercendo seu papel de fiscal e não descuidando dos esquecimentos dos parlamentares. Na Fala do Trono de encerramento dos trabalhos da Assembléia em 12 de setembro de 1874, o Monarca caracteriza as pendências da Câmara como “[...] projetos de reconhecida utilidade pública

[...]”, entre eles o projeto de Reforma do ensino primário e secundário (DOM PEDRO II, 1993, p. 426). Esquecido pelo parlamento, não pelo Imperador.

Mesmo diante da morosidade e da falta de vontade dos parlamentares, D. Pedro II conseguia às vezes realizar seus propósitos como se pode constatar em sua carta para a Condessa de Barral datada de 5 de abril de 1880.

Cheguei a pouco da inauguração da Escola Normal para cuja criação tanto tenho trabalhado. Custa a crer como tudo anda devagar na vida e contudo acusão-me de governo pessoal. É verdade que talvez acusem-me daqui a pouco de não intervir bastante no Governo. (DOM PEDRO II, 1956b, p. 269).

O Monarca não se cansava de cobrar dos deputados suas responsabilidades. Nas duas últimas Fala do Trono, no encerramento dos trabalhos legislativo, em 20 de novembro de 1888, recomendou aos parlamentares uma especial atenção para a instrução pública em geral, e para a profissional que, naquele momento, exigia providências as quais seriam responsáveis pelo progresso do Império, e concluiu: “Confio que continuareis a prestar a este assunto a atenção que vos merecerem o ensino agrícola e a reforma da Escola Naval” (DOM PEDRO II, 1993, p. 508).

Na Fala do dia 3 de maio de 1889, o Imperador solicitou à Câmara que fossem divididos os ministérios, para que o atendimento dos assuntos de interesse da Nação fosse melhor administrado por pessoas habilitadas para esse fim. Dentre estes assuntos, D. Pedro II aponta a Instrução Pública (DOM PEDRO II, 1993, p. 510).

Além da constante intervenção política, D. Pedro II, também na medida que o seu orçamento financeiro permitia, contribuía para construções de escolas nas províncias. No livro *Dom Pedro II e a Cultura*, constam vários registros de doações em dinheiro, de terreno, material e até mesmo de livros para as escolas públicas. Nesse livro, há também o registro de algumas reformas da Instrução Pública que estavam sendo realizadas nas províncias, cujos presidentes enviavam para o parecer do Imperador.

Uma das maiores beneficiárias registradas nesse livro foi a Sociedade Amante da Instrução e Associação Promotora da Instrução de Meninas. O interesse que o Monarca dispensava a esta instituição fez com que vários comerciantes ilustres da sociedade

doassem grandes quantias para sua manutenção. Por outro lado, os políticos não ficaram em segundo plano, concederam à Sociedade isenção de impostos, subsídio para sua manutenção e doação do imóvel onde funcionava (FARIA, 1927, p. 595).

De acordo com Fleiuss (1927, p. 1111), D. Pedro II foi um verdadeiro incentivador da cultura. Assistia e contribuía com todas as solenidades trimestrais de distribuição de prêmios escolares, pautando-se rigorosamente pela justiça, sendo ele mesmo quem entregava os prêmios aos alunos com palavras de estímulo.

Neste sentido, cumpria D. Pedro II a orientação de Adam Smith, no livro V da obra *A Riqueza das Nações*: “O Estado pode estimular a aquisição desses elementos mais essenciais da educação oferecendo pequenos prêmios e pequenas distinções aos filhos das pessoas comuns que neles sobressaírem” (SMITH, 1983, p. 216). Para Frederico II (1998, p. 124), ao distinguir e recompensar aqueles que se sobressaem, os Reis trazem honra para a humanidade.

Coube, também, ao Imperador revelar os maiores historiadores do Brasil no século XIX: Varnhagen, Joaquim Caetano e Joaquim Norberto, através de concursos e prêmios que ele instituiu no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (FLEIUSS, 1927, p. 1111).

Se as verbas eram insuficientes para o custeio de algumas instituições artísticas e educacionais, o Monarca reforçava liberalmente às custas de seu bolso. Foi o responsável, direto e indiretamente, pelos vários brasileiros que completaram seus estudos na Europa, dentre eles “[...] Carlos Gomes⁶⁴, Victor Meirelles, Pedro Américo, Zeferino da Costa, Almeida Junior, Porto-Alegre, Gonçalves Dias, Octaviano, Muniz Barreto, Castro Alves, Gonçalves de Magalhães [...]” e muitos outros (FLEIUSS, 1927, p. 1112).

A primeira médica do Brasil que estudou no New York Medical Hospital, a srta. Maria Augusta Generosa Estrela, o fez com auxílio de D. Pedro II que, em 2 de janeiro de 1878, arbitrou um auxílio anual de 1:500\$ e reforçado pela doação de alguns capitalistas (CALMON, 1975b, p. 1176).

⁶⁴ Fleiuss (1927, p. 1112) menciona que Carlos Gomes, em determinada ocasião, fez o seguinte comentário: “Si não fosse o imperador, eu não seria Carlos Gomes”.

Em uma ocasião, os ministros mencionaram a necessidade de edificar um palácio imperial à altura do Imperador, ao que ele replicou: “[...] cuidar em palácio quando não possuímos escolas, nem estabelecimentos de ensino em número suficiente! Actualmente precisamos cuidar de vias de comunicação, de imigração e de escolas” (JORNAL DO BRASIL, 1927, p. 819).

Em 25 de março de 1876, nos *Conselhos* de D. Pedro II para a Princesa Isabel, o Monarca recomenda-lhe a Escola de Minas de Ouro Preto que, segundo ele, por se tratar de uma nova criação, necessitava uma atenção especial até que pudesse funcionar regularmente. E quanto aos professores estrangeiros que eram esperados tanto para esta escola quanto para a Escola Politécnica, ele se empenharia ao máximo para que pudessem ser contratados o mais rápido possível. Lembrava, ainda, à Regente da necessidade da criação de escolas de veterinária e de farmácia, sendo a criação da primeira mais urgente. (CALMON, 1975b, p. 1067)

Ainda nesses *Conselhos*, o Monarca lembrou D. Isabel da necessidade da reforma da eleição direta e, de acordo com o pensamento do Monarca, não bastava a Lei para regenerar o sistema, necessário seria que houvesse “[...] educação generalizada [...]”, sem a qual nunca haveria boas eleições.

No dia 27 de abril de 1876, em outra carta enviada para a Regente, D. Pedro II deu orientações sobre a Instrução Primária, que deveria ser obrigatória e comum, desde que a moral dos institutores ficasse sempre provada e que seus conhecimentos fossem testados por meio de concurso, aceitando exceções somente nas localidades onde existia carência de professores. A criação de escolas normais para formação de professores de ambos os sexos, segundo o Monarca, era uma providência de extrema necessidade. O Imperador orientava sobre a educação dos alunos do sexo masculino que, até certa idade, deveriam ser ensinados por uma professora. Outro inconveniente apontado por D. Pedro II era que os alunos de ambos os sexos freqüentassem a mesma aula, “[...] embora se marque um limite máximo de idade para não continuarem juntos [...]”. Também recomendou a edificação de edifícios para escolas, estando estes de acordo com as necessidades de cada localidade. Viu, ainda, a importância em estabelecer colégios de instrução secundária às custas do Estado nas Províncias, o que não impediria as Províncias de construir outros. E prosseguia:

A instrução profissional também reclama a atenção do governo e não será impossível com a animação, que deve sempre recompensar serviços como os excelentes do Liceu de Artes e Ofícios, e obter o mesmo benefício para algumas Províncias. A de Minas está pedindo uma escola de minas, e, assim, se iria difundir esse gênero de instrução, ao mesmo tempo que os poderes do Estado provariam que não cuidam com injusta preferência dos progressos da parte central da organização administrativa do Brasil, embora convenha estabelecer uma universidade na cidade principal do Brasil, ao menos, que sirva (sic) emulação entre todas as que se criarem em outras cidades. As escolas superiores existentes nas Províncias devem continuar; à organização de todas elas convém, que, segundo as circunstâncias, vá-se aproximando do sistema livres de ensino da Alemanha (DOM PEDRO II, *apud* BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 640).

Como se vê, existia no Monarca uma evidente preocupação com tudo o que se referia a educação, desde construção de prédios, a modernização de seus métodos, até de seu quadro funcional.

O seu grande amor aos estudos, aos livros e ao ensino levou-o a afirmar em Cannes que, se ele não fosse Imperador, gostaria de ser professor. Para ele, não existia missão maior e nem mais nobre do que orientar o desenvolvimento do intelecto e preparar os jovens para o futuro.

De acordo com Cícero⁶⁵:

As letras formam a juventude, e fazem o encanto da idade provecta. A prosperidade é, graças a elas, mais brilhante: a adversidade recebe delas consolação: e nas nossas casas, nas casas dos outros, nas viagens, na solidão, em todos os tempos, em todos os lugares, fazem elas a doçura da nossa vida (CICERO, *apud* FREDERICO II, 1998, p.127).

Este desejo o Monarca realizou lecionando Latim, Literatura, Física e Matemática para suas filhas. Outro papel que ele desempenhou junto às filhas foi o de Diretor de Estudos. De acordo com o Diário do Monarca, no registro do dia 6 de janeiro de 1862:

⁶⁵ Segundo Rosa ([19--?], p. 19), “Marcus Tullius Cícero (106-43) estudou em Atenas e Rodas. Teve uma carreira política brilhante, foi questor, edil e cônsul. [...] Sua honestidade era conhecida, numa época em que as províncias eram pilhadas e roubadas”.

Assisto às lições do Sapucaí⁶⁶ de inglês e de alemão dadas as minhas filhas. Nas 2.as feiras lerei a elas Barros⁶⁷ das 7 ½ às 8 da noite; 3.as, Lusíadas, das 10 ½ às 11 da manhã; das 3 às 4: dar-lhes-ei lição de matemáticas e latim com elas das 7 às 8 da noite; 4.as, latim com minhas filhas das 10 ½ às 11; 5.as, Lusíadas das 10 ½ a 11; explicarei a minhas filhas a física de Gannot das 3 às 4, e latim com elas das 7 ½ às 8 da noite e nas 6.as latim com minhas filhas das 10 ½ às 11, e Barros das 7 ½ às 8 da noite [...] (DOM PEDRO II, 1956a, p. 23).

Era também desejo de D. Pedro II, conforme consta em um documento escrito pelo Monarca sob o título *Fé de Ofício*, o estabelecimento de duas universidades: uma na região Norte e outra na região Sul, assessoradas pelas Faculdades e Institutos que lhes fossem úteis, estando desse modo de acordo com as diferentes regiões. Os professores seriam admitidos através de concurso (MATHIAS, 1984, p. 86).

Nesse mesmo documento, o Monarca afirma que pensou na organização de um Instituto Científico e Literário como o que existia na França. Para isso, poderiam ser utilizados os estabelecimentos de ensino superior que já existiam no Brasil e, para tanto, encarregou alguns estadistas para realizarem o projeto de estudos.

Embora tenham sido criadas leis e promovidas várias reformas durante o Segundo Império, na proclamação da República em 1889, a Instrução Popular ainda era responsabilidade das províncias, pois, de acordo com Machado de Assis, existe uma série de fatores pelos quais a lei não ocupa o seu lugar, “[...] e desses são o estado mental da nação, os seus costumes, a sua infância constitucional” (MACHADO DE ASSIS, *apud* CALMON, 1975b, p. 1168).

Nesse sentido, não bastavam a criação das leis, nem a efetivação de reformas, embora se pensasse em uma Instituição escolar totalmente estruturada, com normas e objetivos comuns, totalmente articuladas e abrangendo todo o país. Para que sua implantação ocorresse, seriam necessárias algumas condições materiais atreladas a um grande investimento financeiro. Diante disso, pode-se afirmar que as reformas tão solicitadas por D. Pedro II, durante o Segundo Império, não se deram devido à falta de

⁶⁶ Visconde, depois Marquês de Sapucaí, Cândido José de Araújo Viana, Conselheiro de Estado, antigo professor do próprio D. Pedro II, Ministro da Justiça e da Fazenda na Regência Trina Permanente, Ministro do Império em 1841-1843 (VIANNA, 1966, p.126).

⁶⁷ João de Barros, clássico português.

recursos financeiros que viabilizassem a materialidade para a prática dessas reformas e devido à mentalidade pedagógica que encaminhava as discussões sobre a educação. Conforme Ribeiro (1993, p. 51), a Instrução Pública, naquele momento, não se tratava de assunto de interesse geral da Nação.

Somente poderão ser definidos com clareza o papel da nova sociedade e, conseqüentemente, a forma que a educação vai assumir após a extinção completa da antiga sociedade (FIGUEIRA, 1995, p. 15).

E, finalmente, conforme Schelbauer (1998, p.132):

[...] pode-se dizer que, apesar dos desejos manifestos, a escola primária e o sistema nacional de ensino, no Brasil, não foram criados naquele momento, pois as transformações que criariam a necessidade da educação nacional ainda teriam que se processar. Neste sentido, a figura do imigrante foi fundamental para impulsionar as transformações uma vez que ele já vinha treinado, preparado e educado pelas condições de vida existentes no seu país de origem e que os homens da época queriam ver desenvolvidas aqui. Na medida em que as circunstâncias são transformadas pela ação desses imigrantes, elas vão absorvendo o contingente dos nacionais, inicialmente de forma lenta, ganhando mais tarde rapidez e extensão.

Diante do quadro exposto acima, pode-se concluir que, na formação social do País, a educação que estava posta correspondia às reais exigências da sociedade. A economia não exigia da escola a capacitação de recursos humanos, pois o manejo da monocultura latifundiária era feito pelos escravos, o aprendizado era passado informalmente por meio da prática. A função social que a escola exerceria com perfeição, naquele momento, seria a formação de elementos que assumiriam os cargos políticos e administrativos públicos.

Neste sentido, percebe-se em D. Pedro II a disposição e o desejo de criar leis, realizar discretos melhoramentos, tal qual apontado na sua primeira Fala do Trono após a Maioridade. No entanto o tempo, o meio e os homens daquele período não o permitiram.

5. CONCLUSÃO

Ao buscar a compreensão de como ocorreu a educação de D. Pedro II, pode-se perceber que sua formação teve como base a cultura literária impregnada de retórica, que tinha por finalidade a formação da elite.

Os estadistas responsáveis pela educação de D. Pedro II possuíam como ideal justiça, ordem e autoridade e, em contraste com as demais nações americanas que portavam uma espécie de paixão pelo abismo, esses homens possuíam horror ao caos. Por isso, inculcaram no Imperador a mesma repulsa por mudanças. Neste sentido, o Monarca confidenciou seus temores em carta a Condessa de Barral em 31 de dezembro de 1879, na passagem de ano: “E o futuro? Sempre tenho medo de mudanças” (DOM PEDRO II, 1956b, p. 248). Sua tarefa, então, seria manter a integridade territorial e a paz no país.

Recolhido no Palácio de São Cristóvão longe de tudo e de todos, D. Pedro II, desde cedo, demonstrou a sua vocação para o estudo talvez por encontrar neles um consolo às suas precoces tristezas e um meio de libertar-se espiritualmente. De acordo com os egípcios na Antigüidade, os livros seriam remédio para a alma. Foi um espírito curioso e ávido de conhecimentos.

A juventude D. Pedro II foi austera, visto que os arroubos e sobressaltos próprios da idade foram podados pela educação, fazendo dele um homem de gabinete, preso aos livros e às lições e menos ao ar livre. Como consequência, durante toda a sua vida, ele permaneceu inibido, distante, arredio, mas cheio de amor à cultura e ao país.

O maior erro de D. Pedro I foi não ter sabido ser totalmente brasileiro. Já os educadores de D. Pedro II não incorreriam nesse mesmo erro, pelo contrário, cultivaram nele um verdadeiro amor pela pátria. Seguindo as orientações de Frederico II: “O primeiro sentimento que um príncipe deve ter é o amor da pátria, e a única vontade que lhe convém é a de operar alguma coisa de útil e de grande para o bem do Estado [...]” (FREDERICO II, 1998, p. 77).

D. Pedro II estudou todas as disciplinas de um bom curso de humanidades, concordando seus educadores com o pensamento de Frederico II quando afirmou que, contrariamente ao passado, preferia a glória funesta dos conquistadores “[...] no presente,

prefere-se a humanidade a todas as qualidades de um conquistador [...]” (FREDERICO II, 1998, p. 27).

O Monarca, durante toda a sua existência, aplicou-se no desenvolvimento de sua cultura e aquisição dos mais diversos conhecimentos. Possuía prodigiosa ilustração em vários ramos da ciência, falava e escrevia, como se fossem próprias, as principais línguas faladas na Europa, além do profundo conhecimento das línguas eruditas. Lia, constantemente, as histórias universal e nacional. Possuía grande familiaridade com a filosofia, a sociologia e a observação dos três reinos da natureza. Manuseou todo o tipo de literatura e, nas horas vagas, cultivou a poesia.

Apesar de ter sido educado sob a égide de um posto, que lhe tocou por herança, eminentemente conservador, dentro de uma sociedade dominada por arraigados preconceitos ancestrais, D. Pedro II foi um liberal-democrata mais do que muitos presidentes de não poucas repúblicas.

O seu longo reinado foi caracterizado pela prática constante das mais puras virtudes cívicas e domésticas, que, inquestionavelmente, constituem o melhor alimento do caráter de uma nacionalidade. Desse modo, zelou pela aplicação do dinheiro público, evitando que se dissipassem em iniciativas pomposas; assegurou o pleno exercício das liberdades públicas constantes da Constituição; e deu inúmeras mostras de amor à pátria que lhe serviu de berço.

Um dos serviços mais assinaláveis do Segundo Império, feito por seu chefe D. Pedro II, foi ter transformado uma colônia mal cuidada e sofredora em uma nação capaz de desejar um futuro mais elevado. Possuidora de um vasto território, cuja integridade manteve inviolada, conservando-a unida, assim grande, com a mesma expressão política, com a mesma língua, com a mesma religião, com o mesmo empenho de preparar a paz e a sua grandeza futura, e isso quando era necessário conservá-la de danos iminentes, acima de tudo nos agitados dias em que se desfaziam os velhos redutos do feudalismo, e fronteiras além dos prematuros anseios de liberdade republicana na vizinhança, que não levavam em conta a realidade das condições ambientes, desencadeando, assim, violentas ameaças de despotismo e anarquia.

O Monarca ainda fez mais, conservou o trono num país de aspirações republicanas porque, pela concessão da liberdade ampla, geral e irrestrita, permitiu que a tendência

democrática do povo se desenvolvesse e criasse raízes profundas. Além do que todas as reformas liberais conquistadas no período de 1840 a 1889 tiveram nele o seu principal incentivador.

Não cedia a chantagens nem a pressões e sempre lutava para ver seus intentos cumpridos. Conforme carta a Barral em 19 de fevereiro de 1880, por ocasião da reforma eleitoral, afirmou D. Pedro II que estava em época de combate e que não largaria a brecha. Tinha consciência que cumpria o seu dever e por isso dormia tranqüilo. E não se assustava com nada, pois todos sabiam que só conseguiriam dele aquilo que ele julgasse útil ao Brasil.

Até mesmo nas suas falhas e nos seus desacertos, D. Pedro II foi um verdadeiro brasileiro. Não foi um reformador como o Brasil necessitava, pois desempenhou totalmente o papel de Rei Constitucional, mas estimulou, coordenou, protegeu tudo o que era necessário para que a nacionalidade fosse consolidada. Neste sentido, afirma o Barão de Hübner (*apud* GONÇALVES, 1970, p. 163):

Sob o reinado já tão longo de D. Pedro II, todas as atividades tomaram grande impulso e se os progressos que se pode verificar estão abaixo do desenvolvimento fabuloso dos Estados Unidos, por serem mais lentos, não são menos sólidos. Outro fato único dos anais das duas Américas que brilhará na história do reinado atual, há 32 anos a concórdia dos cidadãos e a tranqüilidade interna não deixaram de existir em toda a extensão deste vasto Império [...].

O Brasil foi o primeiro país da América do Sul que iniciou as construções de estradas de ferro, utilizando, para isso, capitais particulares e públicos. Estas foram inauguradas apenas trinta e dois anos após a Inglaterra ter inventado os trilhos. A instalação do telégrafo, no país, deu-se apenas sete anos depois dos Estados Unidos.

No Segundo Império, ainda foram construídas estradas de rodagem, abertos rios para navegação. Foram vencidas: guerras, epidemias, além da grande dificuldade causada pelas duas crises financeiras que ocorreram em 1857 e 1864, mas que, depois de dominadas, fortaleceram o crédito e consolidou as rendas públicas.

D. Pedro II estabeleceu a ordem interna, promoveu a tranqüilidade nas fronteiras, restabeleceu o prestígio internacional, criou o sistema monetário, incentivou

constantemente as artes e as ciências, enfim soube dar uma característica nacional a tudo o que protegia.

Costumeiramente, alguns biógrafos de D. Pedro II atribuem a ele erros que não foram seus, mas, acima de tudo, de seus conselheiros e da época que os motivou, uma vez que o sistema de governo atribuía a ação aos Ministros.

Em qualquer calamidade de ordem física ou política, deve o imperador aparecer, mostrando sua dedicação pelo bem público. Tal é sua verdadeira missão ostensiva, pois em nosso sistema de governo a ação só deve regularmente manifestar-se pelos ministros, e aquele contentar-se com a recompensa de que a maioria da Nação reconheça, por fim, que durante os anos que ele foi imperador, houve felicidade, em geral (D. PEDRO II, *apud* BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 647).

Nesse sentido, na correspondência que D. Pedro II mantinha com a Condessa de Barral, existem vários comentários do próprio Monarca em que fica claro como agiam os políticos. No dia 16 de janeiro de 1880, assinalou: “A política de nossa terra cada vez me repugna mais comprehendel-a. Ambições e mais ambições do que tão pouco ambicionavel é” (DOM PEDRO II, 1956b, p. 252). No dia 19 de fevereiro do mesmo ano, relatou-lhe o andamento da reforma eleitoral: “Confesso-lhe que é difficil obter algum resultado útil de tantos interesses desencontrados e falta reflexão sobre os negócios públicos. O capricho também representa papel importante quando é preciso que alguém seja mais prudente do que os outros” (DOM PEDRO II, 1956b, p. 261).

Ao responder à Condessa no dia 12 de março do mesmo ano, sobre os rumores que ela havia lido nos jornais a respeito das apólices do Brasil, assegurou-lhe D. Pedro II:

Seu dinheiro está segurissimo em apólices do Brazil. Creia que não exagero. Lá por fora é que exagerão o que se passa aqui sobretudo o que ganhem com transações de cambio.[...] Já estão predispondo o público contra o Saraiva [...] Você não imagina que cabeças há por aqui. É preciso que alguns tenham juízo por si e por muitos outros. Deus me ajude e eu tenha saúde. Animo não me falta. Neste ponto de nada me accusa a consciência. Procuo acertar e só penso em servir minha Pátria. (DOM PEDRO II, 1956b, p. 266).

Assim, para que haja um entendimento do que foi esse meio século de governo, deverão ser levadas em conta as variadas circunstâncias daquele momento, que não podem, de modo algum, ser desprezadas: o meio cultural, os homens daquele momento, a falta de recursos e a própria base econômica.

Vale lembrar que, mesmo diante do quadro desfavorável, o Imperador esteve envolvido no encaminhamento da solução de todos os problemas do seu tempo, mas não poderia ir além do seu próprio meio. Ele não precipitava as questões, preparava-as com inteligência. Não realizou uma obra completa e perfeita, mas cumpriu seu papel de Rei Constitucional. Não rompeu com a educação recebida e desempenhou um papel mais ousado, dando outra direção ao seu reinado devido a uma das principais prerrogativas desta educação, que era inculcar-lhe o sentimento de um dever cívico que o transformasse em propriedade do Estado, sem nenhum vínculo com o indivíduo, cujo único propósito seria proporcionar o bem da Nação, mesmo que para isso fosse necessário renunciar a quaisquer desejos ou ideais.

Escravo da lei, D. Pedro II conciliou os partidos, apaziguou as paixões, acatou a liberdade e ajudou o progresso, cumpriu desse modo seu papel de Imperador necessário atendendo as urgências das necessidades histórico-mundiais que estavam reservadas às antigas colônias.

No que se refere aos movimentos educativos e embora os sistemas educacionais influenciem, de um modo geral, a sociedade a que prestam serviço, estes reproduzem essencialmente as condições sociais, econômicas e políticas desta sociedade. Assim, as particularidades dos diferentes períodos da História da Educação de um determinado país estão relacionadas com seu movimento histórico, com as mudanças econômicas e sociais e as lutas pelo poder político. Desse modo, concorda-se com Paiva (1987, p. 19) quando diz que “[...] toda Educação provém de uma situação social determinada e as metas educacionais, a política da Educação e a orientação do ensino mostram de forma clara o seu caráter histórico”.

Nesse sentido, pode-se observar os reflexos do movimento da sociedade na educação sempre que tem início um período de transformações e o sistema educacional não atende às novas exigências. São apresentadas as necessidades de ampliação ou criação de novos mecanismos que venham suprir a defasagem do ensino vigente, justificando a

criação dos movimentos educativos que ampliam e transformam os sistemas em vigor para atender as exigências políticas, sociais e econômicas daquele momento.

Todavia, ainda que a causa dos movimentos educacionais esteja sempre ligada às situações sócio-econômicas e políticas de uma dada sociedade, deverão ser levados em consideração os acontecimentos externos, assim como os elementos de ordem exclusivamente educativos. Do mesmo modo como acontece com a cultura letrada e com a ordem econômica, o desenvolvimento da educação escolar tem implicações diretas com a maneira como nasce e evolui o poder político, uma vez que esta é organizada e desenvolvida quer de forma espontânea, quer de forma deliberada, buscando atender aos interesses das camadas que representam a estrutura do poder. Assim, mesmo que os objetivos explícitos na falácia do sistema de ensino visem ao atendimento dos interesses da sociedade como um todo, é inevitável que a educação assuma diretrizes que venham favorecer as camadas sociais detentoras, nessa estrutura, de uma maior representação política.

Afinal, quem legisla, sempre o faz segundo uma escala de valores próprios da camada a que pertence, ou seja, segundo uma forma de encarar o contexto e a educação, forma que dificilmente consegue ultrapassar os limites dos valores inerentes à posição ocupada pelo legislador na estrutura social. Daí por que (sic) o poder político vale dizer, a composição das forças nele representadas, tem atuação e responsabilidade direta na organização formal do ensino (ROMANELLI, 1987, p. 29).

Nesse sentido, percebe-se que a escola, por “selecionar” alguns para este acesso, vem reafirmar a posição da elite na manutenção do capital, aumentando cada vez mais a distância entre as classes hegemônicas das classes pobres.

Dessa forma, a tradição escolar desenvolvida em alguns países produziu um comportamento social favorável à procura da educação “elitista e aristocrática”, não sendo o início da industrialização o fator que traria mudanças na representação dos interesses sociais pela educação. O caso do Brasil é um exemplo, “[...] mais de três séculos de escravidão e patriarcalismo podem ser responsáveis pela criação de uma demanda típica de educação classista” (ROMANELLI, 1987, p. 28).

Assim, a maneira como se deram as discussões sobre a problemática da educação pública no Brasil resume-se, em grande parte, nos debates dos projetos de reformas. Estes projetos eram unânimes em refletir as preocupações da época, uma educação que pudesse contribuir de forma definitiva para o progresso do país.

Os legados culturais influíram diretamente nos objetivos que a demanda escolar pretendia atingir, mas o rumo que tomou a economia criou novas necessidades de qualificação profissional. O crescimento da educação escolarizada, que acompanhou a coação desses dois fatores, formava o quadro que explicitava as relações que existiam entre o desenvolvimento e a educação.

Se, de um lado, a demanda pode exprimir-se em função das necessidades nem sempre se mostram plenamente acordes. [...] Não se pode esquecer que, paralelamente à necessidade, existe uma situação dada que exprime uma relação dinâmica entre o ser e o objeto sentido como necessário ou útil. Essa relação coloca as necessidades humanas na dependência da situação social concreta em que vive o ser, donde se conclui que elas inexistem numa situação abstrata.

Por outro lado, tudo que é sentido como necessário ou útil se traduz por um bem, um valor. Logo, ao conceito de necessidade se liga o de bem, que é justamente 'tudo quanto permite satisfazer uma necessidade' (ROMANELLI, 1978, p. 25).

Buscando entender a educação escolarizada sob uma perspectiva social, pode-se considerá-la como uma necessidade que foi gerada por uma demanda que é a determinante da oferta. Ainda sob esta mesma perspectiva, outros fatores, como ordem política, herança cultural e até mesmo o próprio sistema econômico por intermédio de sua atuação podem orientar a demanda social da educação e, desta forma, controlar a oferta de estabelecimentos escolares.

Assim, ao tratar de estudos sobre o problema dos vínculos entre a educação e o desenvolvimento, o normal é limitar o conceito de desenvolvimento exclusivamente ao seu aspecto econômico, pois numa realidade complexa, como é a do Brasil, não se constrói este conceito facilmente. Então, pensar a educação em uma realidade marcada por desníveis, analisar a educação em um contexto é pensar este próprio contexto, uma vez que a ação educativa organiza-se conforme a compreensão que se tem da realidade social em que está inserida.

Analisando a educação como uma demanda social que vem atender às necessidades de uma determinada classe social em um determinado momento, pode-se entender a forma como a educação brasileira esteve à mercê de grupos elitistas que, amparados por um regime político cujas bases de sustentação estavam fortemente arraigadas no poder local, não conseguiram organizar um sistema de ensino que fosse capaz de executar as diretrizes centrais. Desse modo, deixou de existir uma política educacional definida em termos e estruturas que unificasse toda a nação. Minando pela base, ao se valer de uma política de clientela reforçada pelo poder local, qualquer experiência de organização do ensino segundo as normas, regras e princípios nacionais.

REFERÊNCIAS

AFONSO CELSO, de Assis Figueiredo Junior, Conde de. **Oito anos de parlamento.** Poder Pessoal de D.Pedro II. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto. **História do Brasil.** Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução pública no Brasil (1500-1889).** Tradução: Antonio Chizzotti. História e legislação. São Paulo: Educ, 2000.

ALMEIDA, A. de Oliveira. **O ensino público.** Brasília: Senado Federal, 2003.

AZEREDO, Carlos Magalhães de. **Dom Pedro II:** traços da sua physionomia moral. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1923.

BARROS, Luisa Margarida Portugal de: Condessa de Barral e da Pedro Branca. **Cartas a suas majestades.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977.

BESOUCHET, Lúcia. **Exílio e morte do imperador.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

_____. **Pedro II e o século XIX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil nação:** realidade da soberania brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1986.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da História do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2002.

CALMON, Pedro. **História de Dom Pedro II**. t. 1. Rio de Janeiro – Brasília: José Olympio, 1975a.

_____. _____. t. 3. Rio de Janeiro – Brasília: José Olympio, 1975b.

CHATEAUBRIAND, Assis. Um professor de elites. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 98, v. 182, p.14-16, 1927.

COSTA PORTO, José da. **O Marquês de Olinda e seu tempo**. 2. ed. Recife: Universitária, 1976.

DOM PEDRO II. Cartas do Exílio. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**.– Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 75, v. 126, p. 163-173, 1913.

_____. Notas do Imperador – ao livro do Conselheiro Tito Franco de Almeida sobre o “Conselheiro Francisco José Furtado”. Org. Max Fleiuss. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t.77, v. 129, p.249-289, 1915.

_____. **Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe**. Org. Wanderley Pinho. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933.

_____. Diário de 1862. **Anuário do Museu Imperial**. Petrópolis: Ministério da Educação e Cultura, v. XVII, p.15-319, 1956a.

_____: **Abrindo um cofre - Cartas de Dom Pedro II à Condessa de Barral**. Org. Alcindo Sodré. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1956b.

_____. **Diário da viagem ao norte do Brasil**. Bahia: Publica es da Universidade da Bahia, 1959.

_____. **Dom Pedro II e a cultura**. Org. Maria Walda de Aragão Araújo. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça / Arquivo Nacional, 1977.

_____. **Império brasileiro – Falas do trono**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.

ENCICLOPÉDIA GRANDES PERSONAGENS: **História do Brasil**. 4. ed. v. II. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

FAINGOLD, Reuven. **D. Pedro II na Terra Santa – Diário de Viagem – 1876**. São Paulo: S fer, 1999.

FARIA, Zeferino de. O imperador e a sociedade amante da instru o. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 98, v. 182, p. 592-598, 1927.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: USP, Funda o para o desenvolvimento da Educa o, 1996.

FERNANDES, Aldo Demerval Rio Branco. **História do Brasil Império**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. A educação de um ponto de vista histórico. **Intermeio**, Revista do Mestrado em Educação, Campo Grande: UFMS, v.1, n.1, p.11-15, 1995.

FLEIUSS, Max. D. Pedro II. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 98, v. 182, p.1088-1119, 1927.

FREDERICO II, o Grande. **O Anti-Maquiavel**. Brasília: Senado Federal, 1998. (Coleção Clássicos da Política).

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1991.

GAL, Roger. **História de la educación**. Buenos Aires: Paidós, 1968.

GAMA E CASTRO, José da. **O novo príncipe, ou o espírito dos governos monarchicos**. Rio de Janeiro: Villeneuve, 1841.

GARCIA Rodolpho. Dom Pedro II e a (sic) línguas americanas. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 98. v. 152, p. 126-131, 1927.

_____.Os mestres do imperador. **Anuário do Museu Imperial**. v.7, Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, 1946.

GARRET, Visconde de Almeida. **Da educação**. Lisboa: Moderna, 1899.

GILES, Thomas Ranson. **História da educação**. São Paulo: E.P.U, 1987.

GONÇALVES, Roberto Mendes. **Um diplomata austríaco na corte de São Cristóvão** (A Margem do Diário do Barão de Hübner). Local [S.l.]: Conselho Federal de Cultura, 1970.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do séc. XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. v. 10. São Paulo: Nova Cultural, 1995a.

_____. v.12. São Paulo: Nova Cultural, 1995b.

_____.v.18. São Paulo: Nova Cultural, 1995c.

_____. v. 23. São Paulo: Nova Cultural, 1995d.

GURGEL, L. Amaral. **O neto de Marco Aurélio (D. Pedro II)**. São Paulo: J. Fagundes, 1936.

HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (Org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: FCA-USP, 1985.

J. M. M. F. Dom Pedro II – notas próprias e alheias para uma biographia que não chegou a ser escripta. Jornal do Commércio de 02 de dezembro de 1925. **Revista do**

Instituto Histórico de Geographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 98, v. 152, p. 696-785, 1927.

JORNAL DO BRASIL, 02 de dezembro de 1925. O Centenário de Pedro II. **Revista do Instituto Histórico de Geographico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 98, v. 152, p. 796-825, 1927.

JORNAL DO COMMÉRCIO, 02 de dezembro de 1925. O Centenário de Pedro II. **Revista do Instituto Histórico de Geographico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 98, v. 152, p. 537-555, 1927a.

_____. Traços biographicos de D. Pedro II. **Revista do Instituto Histórico de Geographico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 98, v. 152, p. 607-663, 1927b.

LOPES, Aurélio. Dom Pedro II e os seus livros. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 98, v. 152, p. 576-591, 1927.

LYRA, Heitor. **História de Dom Pedro II – Ascensão - 1825 a 1891.** v.1, São Paulo: EDUSP, 1977a.

_____._____. – Fastígio – 1825 a 1891. v .2, São Paulo: EDUSP, 1977b.

MATHIAS, Herculano Gomes. **Os grandes personagens e a história de D. Pedro II.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1984.

MONTAIGNE, Michel. **Ensaio**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. I. (Coleção os Pensadores).

MONTEIRO, Mozart. A infância do Imperador. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro; Imprensa Nacional, t. 98, v. 152, p. 32-44, 1927.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista do império**. Rio de Janeiro: Top Books, 1997.

NASCIMENTO, Dr. Alfredo. Magni Nominis Umbra. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro; Imprensa Nacional, t. 98, v. 152, p. 664-689, 1927a.

_____. O patriotismo do imperador. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro; Imprensa Nacional, t. 98, v. 152, p. 130-141, 1927b.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história 1500-2000**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.

OLIVEIRA, Lima. O imperador e os sábios. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro; Imprensa Nacional, t. 98, v. 152, p. 145-149, 1927.

_____. **A formação histórica da nacionalidade brasileira**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e educação de Adultos**. São Paulo-SP Edições Loyola, 1987.

PILETTI, Nelson. Império (1822-1889): O paraíso das elites. In: **História da Educação no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1997. p. 41-50.

PIMENTEL, Mesquita. **Biografias de brasileiros ilustres**. Petrópolis: Papelaria Silva, Comissão do Centenário de D. Pedro II, 1925.

RANGEL, Alberto. A educação de Dom Pedro II. In **Anuário do Museu Imperial** – v. 4. Petrópolis: Ministério da Educação e Saúde, 1943.

REICHARDT, Herbert Canabarro. A política imperial e os conselhos de D. Pedro II à sua filha Princesa D. Isabel. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro; Imprensa Nacional, v. 242, p. 328-341, 1959.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 1993.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 9. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.

ROSA, Maria da Glória. **A história da educação através dos textos**. São Paulo: Cultrix, [19--].

SAMPAIO, Theodoro. A cultura intelectual do imperador. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro; Imprensa Nacional, t. 98, v. 152., p. 142-144, 1927.

SCHELBAUER, Anaete Regina. **Idéias que não se realizam**. O debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá: EDUEM, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

SERRANO, Jonathas. O amigo do imperador. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro; Imprensa Nacional, t. 98, v. 152, p. 105-110, 1927.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. v.2. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Panorama do segundo império**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

TAPAJÓS, Vicente. **História do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1944.

TAVARES LYRA, A. de. A phase inicial do reinado e a acção individual do imperador. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro; Imprensa Nacional, t. 98, v. 152, p. 244-249, 1927.

_____. O segundo reinado e a unidade nacional. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 314, p. 268-284, 1977.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VIANNA, Hélio. D. Pedro e os seus ministros. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 98, v. 152, p. 875-880, 1927.

_____. **D. Pedro I e D. Pedro II acréscimos às suas biografias**. São Paulo: Nacional, 1966.

_____. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1980.